

crônos

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 22 n. 2
jul./dez. 2021



Dossiê
COVID-19:
Saúde e Sociedade

SUMÁRIO

v. 22, n. 2 (2021 – Julho/Dezembro)

DOSSIÊ COVID-19: Saúde e Sociedade

EDITORIAL

5-6

DOSSIÊ

A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO CAUSA DA COVID-19 E DO AQUECIMENTO CLIMÁTICO GLOBAL

THE DESTRUCTION OF THE ENVIROMENT AS A CAUSE OF COVID-19 AND GLOBAL CLIMATE WARMING

Antônio Carlos Demanboro

Arthur Colombo Bergamaschi

7-19

COVID-19 E IDOSOS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DA RAÇA/COR DA PELE

COVID-19 AND THE ELDERLY IN BRAZIL: A LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF RACE/ SKIN COLOR

Aparecido Batista de Almeida

Roudom Moura

Janessa de Fátima Morgado de Oliveira

20-35

SONHOS DE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO PANDÊMICO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

DREAMS OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE PANDEMIC CONTEXT AND THE BRAZILIAN POLITICAL SCENE

Jaquelina Maria Imbrizi

Jussara de Sousa Silva

Gabriela Corrêa Ramos

Dimitry Fernandes

36-52

**SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19
NO BRASIL**

PSYCHIC SUFFERING IN THE CONTEXT OF COVID-19'S HEALTH CRISIS IN BRAZIL

Paulo Dourian Pereira de Carvalho

Maria da Guia Cunha Dantas

Ana Paula Felizardo

Carlos Botazzo

53-70

ENTREVISTA

ENTREVISTA A DEISY VENTURA

Carlos Botazzo

71-78

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: FRAGILIDADES
E POTENCIALIDADES**

*POPULAR PARTICIPATION IN PRIMARY HEALTH CARE: FRAGILITIES
AND POTENTIALITIES*

Joseires Gleydson Santos Benício de Sá

Patrícia Araújo Amarante

José Carlos Araújo Amarante

79-95

**GÊNERO E DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA CAMPANHA AVON PARA TODES
THE GENDER AND STEREOTYPE'S DECONSTRUCTION IN AVON
PARA TODES CAMPAIGN**

Luiza de Faveri Leacina

Cláudia Nandi Formentin

96-119

POIESIS

KAIRÓS TEMPORALIDADE, BINÔMIO VIDA

KAIROS TEMPORALITY, LIFE BINOMIUM

Marcelo Calderari Miguel

120

RESENHAS

REAGREGANDO O SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA ATOR-REDE

REAGGING THE SOCIAL: AN INTRODUCTION TO THE NETWORK ACTOR THEORY

Cícera Pinheiro Batista

Paulo Dourian Pereira de Carvalho

121-126

REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

REFORM AND POLITICAL CRISIS IN BRAZIL

Hugo Feitosa Gonçalves

127-132

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE

133-134

EDITORIAL

A Revista CRONOS publica mais um fascículo, o v. 22 n. 2, jul./dez. 2021. Neste número, é apresentado um Dossiê intitulado Covid-19: Saúde e Sociedade, organizado pela Profa. Dra. Silvia Bastos do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Prof. Dr. Carlos Botazzo, da Faculdade de Saúde Pública da USP, abordando o tema da pandemia causada pela emergência do vírus SARS-CoV-2, explorando os seus efeitos sobre os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos da vida social.

O Dossiê é constituído por quatro artigos. No primeiro, *A Destruição do Meio Ambiente como causa da covid-19 e do Aquecimento Climático Global*, os autores Antonio Carlos Demanboro (doutor em Engenharia Civil pela PUC/Campinas) e Arthur Colombo Bergamarchi (advogado, mestre em Sustentabilidade pela PUC/Campinas) abordam a destruição do meio ambiente que caracteriza o antropoceno, indicando a necessidade de se considerar os desastres naturais e/ou induzidos pela ação antrópica, dando destaque ao aquecimento global e à pandemia de covid-19. No segundo artigo do Dossiê, *Covid-19 e idosos no Brasil: um olhar sob a perspectiva da raça/cor da pele*, Aparecido Batista de Almeida, Roudom Moura e Janessa de Fátima Morgado de Oliveira (doutores em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP) discutem indicadores de saúde da covid-19, considerando como base a raça/cor da pele da população idosa brasileira, levando em conta a gravidade dessa doença nesse grupo etário e o racismo estrutural que remonta à escravidão. No terceiro artigo, com o título *Sonhos de Universitários no Contexto Pandêmico e o Cenário Político Brasileiro*, Jaquelina Maria Imbrizi (psicóloga e doutora em Educação pela PUC/SP), os graduandos Jussara de Souza Silva, Gabriela Corrêa Ramos e o psicólogo Dimitry Fernandes fundamentam-se em uma “Roda de Conversa sobre Sonhos”, criada no ano de 2020, com o objetivo de acolher as angústias e partilhar experiências dos estudantes em decorrência da eclosão da pandemia de SARS-CoV-2 (covid-19). O quarto artigo do Dossiê, intitulado *Sofrimento psíquico no contexto da crise sanitária da covid-19 no Brasil*, aborda as consequências de dois anos de pandemia sob a perspectiva do agravamento do sofrimento psíquico, considerado pela OMS como uma epidemia paralela. Teoricamente, esse artigo fundamenta-se especialmente em quatro autores: Giorgio Agamben com seu conceito de “Estado de exceção”; Achille Mbembe, com sua “necropolítica”; Michel Foucault, com suas noções de “biopolítica” e “controle de corpos”; e Judith Butler, discutindo as “vidas precárias”.

Na seção seguinte, temos uma *Entrevista* com Deisy Ventura, advogada e Profa. de Ética na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, realizada pelo Prof. Dr. Carlos Botazzo.

Na seção de artigos de temática livre, temos dois textos: *Participação popular na atenção primária à saúde: fragilidades e potencialidades*, de Joseíres de Sá (pós-graduanda), Patrícia Amarante (doutora em Economia Regional) e José Carlos Amarante (doutorando),

analisando as possibilidades e os limites de gestão participativa em nível de atenção primária à saúde, envolvendo conselhos municipais no interior do Nordeste. O segundo artigo de temática livre, *Gênero e desconstrução de estereótipos na Campanha Avon para Todes*, de Luíza De Faveri Leacina (acadêmica de Publicidade e Propaganda) e Cláudia Nandi Formentin (doutora em Ciências da Linguagem), fundamenta-se nas ideias de Stuart Hall, Judith Butler e Correia e Mendes para refletir sobre a tentativa da Avon de romper com certos estereótipos relacionados às questões de gênero. Na sequência, temos a seção *Poiesis*, com um poema de Marcelo Caldereari Miguel e duas resenhas que finalizam esta edição. A arte de capa foi elaborada por Geovane Almeida, conhecido nos meios artísticos como Gigio Almeida, poeta dos espaços, utilizando a técnica Digital art com fusão entre colagens digitais, inspirada na escultura intitulada *The Healing Hands*.

OS EDITORES

A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO CAUSA DA COVID-19 E DO AQUECIMENTO CLIMÁTICO GLOBAL

THE DESTRUCTION OF THE ENVIRONMENT AS A CAUSE OF COVID-19 AND GLOBAL CLIMATE WARMING

Antônio Carlos Demanboro¹
<http://orcid.org/0000-0002-4708-9714>

Arthur Colombo Bergamaschi²
<http://orcid.org/0000-0001-5486-1410>

RESUMO

O meio ambiente é a pedra de toque para a manutenção do equilíbrio terrestre. Com a destruição do meio ambiente, a humanidade se vê às portas de seu fim como espécie, por meio dos desastres naturais e/ou induzidos pela ação antrópica, inclusive com destaque o aquecimento global e a sindemia de covid-19. Os Estados têm os meios necessários para agir a partir de incentivos fiscais e políticas públicas. É preciso ação imediata para um caminho sustentável. A covid-19 foi o limiar de um *iceberg* muito mais fatal aos seres humanos. Este artigo tem por base uma ampla pesquisa bibliográfica, utilizando, para tanto, a metodologia investigativo-exploratória. O estudo conclui que é hora de dar um basta na destruição do meio ambiente, que tem relação direta e central com a causa do aquecimento climático global e da covid-19.

Palavras-chave: meio ambiente; covid-19; aquecimento global

ABSTRACT

The environment is the touchstone for maintaining the earth's balance. With the destruction of the environment, humanity sees itself at the door of its end as a species, through natural disasters and/or induced by anthropic action, including highlighting the Global Warming and the COVID-19 sindemic. States have the necessary means to act through fiscal incentives and public policies. Action is needed for a sustainable path, immediately. Covid-19 was

¹ Doutor em Engenharia Civil (UNICAMP).

² Advogado. Mestre em Sustentabilidade (PUC/Campinas).

the threshold of an iceberg much more fatal to humans. This article was developed based on extensive bibliographical research, using the investigative-exploratory methodology. It is concluded that it is time to put a stop to the destruction of the environment, which is directly and centrally related to the cause of global climate warming and Covid-19.

Keywords: environment; COVID-19; global warming

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é exploratório e pretende mostrar as múltiplas facetas envolvidas, em toda a sua complexidade, na relação entre o meio ambiente, covid-19, e aquecimento global. Os temas se entrelaçam e realçam a necessidade da união global para combater a causa da covid-19 e do aquecimento global: a destruição do meio ambiente. Nesse sentido, considera-se mais adequado utilizar o termo *sindemia*³ do que *pandemia*, para caracterizar a covid-19, conforme descrito pela Fiocruz ([202-]).

Pretende-se investigar, no presente artigo, a superação da proteção do meio ambiente *pro forma*, por exemplo, na assembleia sobre o clima na Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorre sem qualquer obrigatoriedade, apenas por mera “adesão” dos países-membros que consentirem com as deliberações, a fim de assegurar as medidas necessárias para a preservação do meio ambiente ou a adaptação da humanidade a uma nova realidade, a um mundo escatológico.

2. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE *PRO FORMA*

É muito antiga a preocupação com o meio ambiente. Entretanto, apenas recentemente a problemática ambiental passou a ser, também, global (FIELD; FIELD, 2014). Por isso, afirma-se que esse paradigma, em nível mundial, formalmente se consolidou com a Conferência de Estocolmo, em 1972. Diz-se ainda “formalmente”, porque, na prática, poucas são as pessoas e ou os representantes dos países que se preocupam com o indiscutível “colapso ecológico”, se mantidas as condições atuais (HARARI, 2016).

³ Os autores consideram que a covid-19 é uma *sindemia*, e não uma *pandemia*. Bispo e Santos (2021, p. 1), explicam que “Adotou-se o conceito de *sindemia* como processo de interação sinérgica entre duas ou mais doenças, no qual os efeitos se potencializam mutuamente. Foram discutidas as três principais tipologias de interação *sindêmica*: epidemias mutuamente causais; epidemias interagindo sinérgicamente; e epidemias causais em série”. Os autores concluem que: “Neste ensaio, nós defendemos a tese da COVID-19 como uma *sindemia*. A *pandemia* causada pelo SARS-CoV-2 não se desenvolve de maneira isolada e não está restrita à dimensão biológica da transmissibilidade do vírus. O quadro teórico apresentado possibilita a compreensão da interação sinérgica entre COVID-19 e vários grupos de doenças, o que resulta no aumento da incidência e dos óbitos de todas as causas envolvidas. Além das repercussões sobre a morbimortalidade da população, a *sindemia* é fortalecida e ao mesmo tempo amplifica crises nas esferas política, econômica, social e ambiental, que se afetam mutuamente. Desse modo, a *sindemia* da COVID-19 constitui-se em complexo problema de saúde pública que atua como catalisador das desigualdades sociais e das vulnerabilidades” (BISPO; SANTOS, 2021, p. 11).

3. MEIO AMBIENTE E COVID-19

O que a sindemia de covid-19 tem a ver com o meio ambiente? Apesar de parecer rara, podem-se destacar, ao menos, dois motivos discutidos a seguir. Primeiro, porque se pode afirmar que sindemia de covid-19 decorre da destruição do meio ambiente causada pelo ser humano na ânsia cada vez mais de desenvolvimento por meio de incentivos fiscais à “energia suja”, da não taxaço do carbono, da extraço de minérios finitos, da destruiço desregulada da fauna e flora etc. (WU *et al.*, 2016; CROW, 2020; IPBES 2020). Em face do exposto, para debelar doenças fatais como a covid-19, é preciso atacar a causa, isto é, preservar o meio ambiente. Segundo, porque a pandemia de covid-19 trouxe a lume preocupações ambientais inerentes à própria contenço e erradicaço do vírus, por exemplo: (i) a errática dependência de combustíveis fósseis na cadeia produtiva e o subsídio estatal para manter empresas poluentes em vez de empresas sustentáveis (STIGLITZ, 2020); (ii) fatores sociais de protestos contra a desigualdade gritante; controle e mundo virtual (ROMANET, 2020); (iii) planejamento futuro com mudança de paradigmas e a indispensabilidade da preservação da natureza como condição de vida dignificante (SANTOS, 2020; CHOMSKY, 2020); (iv) profusão da solidariedade para com os mais vulneráveis; (v) o isolamento social para conter o vírus reduziu a pegada ecológica da sobrecarga da Terra no ano de 2020⁴; (vi) maior arrefecimento sobre o setor energético extrativista (petróleo, gás e carvão) que já vinha ocorrendo no mundo (STEENIS, 2020); planejamento, como no Reino Unido, de extinguir o carvão progressivamente de sua matriz energética (GUIMÓN, 2017); redução do consumo de tal recurso pelo terceiro ano consecutivo na China (LIY, 2017)⁵; (vii) o crescente enriquecimento dos ainda mais ricos⁶.

4. MEIO AMBIENTE E AQUECIMENTO GLOBAL

Indubitavelmente, o aquecimento global é, hoje, a maior preocupação da humanidade (RIOS NETO, 2020). Pode-se afirmar que não há limite aos super-ricos, custe o que custar (VAROUFAKIS, 2020), mesmo que isso signifique uma drástica redução populacional.

É consenso científico, quase⁷ unânime, que o aquecimento global advém de atividade antrópica com efeitos desastrosos para o Planeta Terra – tendo sido detectados os seguintes impactos: extinço de espécies de fauna e flora, extinço de ecossistemas naturais, derretimento das calotas polares com aumento do nível do mar e conseqüente desaparecimento de ilhas e cidades litorâneas, eventos extremos climáticos (calor e frio

⁴ WW-F Brasil. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/overshootday.cfm>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁵ Vinte empresas da lista [1º Saudi Aramco 59,26; 2º Chevron 43,35] contribuíram com 35% de todo o dióxido de carbono e metano relacionados à energia em todo o mundo, totalizando 480 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO2e) desde 1965. Revelado: as 20 empresas por trás de um terço de todas as emissões de carbono (TAYLOR; WATTS).

⁶ Neate (2020). Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/oct/07/covid-19-crisis-boosts-the-fortunes-of-worlds-billionaires>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁷ Utiliza-se “quase”, por existirem trabalhos científicos contrários ao aquecimento global antrópico no meio acadêmico.

extremos, secas e inundações), entre outros (IPCC, 2020). Apesar do consenso científico ser importante para pressionar os setores econômicos, na realidade efetiva das coisas⁸, é insuficiente para, deveras, equacionar o problema – como se comprova pela não taxaço de carbono, mesmo quando imprescindível para a preservação do planeta (MAQUIAVEL, 2007) e um promissor mercado de controle de gases de efeito estufa (GODOY, 2009). Além disso, permanecem atuais os desafios em frear o desmatamento da Amazônia que, em um cenário pessimista, poderá alcançar ponto de inflexão de irreversível autodestruição ecossistêmica da própria floresta (BARROSO; MELLO, 2020).

É nesse quadro que a relação entre a destruição do meio ambiente e o surgimento de novas doenças potencialmente fatais (WU *et al.*, 2016; CROW, 2020; IPBES 2020) torna-se presente. Houve um fracasso da união global para combater a sindemia de covid-19, tornando-se, assim, um problema de saúde pública que coloca em risco toda a humanidade (GUTERRES, 2020; IPBES, 2020).

Para conter o aquecimento global, deveria haver uma cooperação resultado de esforço conjunto dos países e empresas globais. Caso contrário, certos países estariam “nadando contra a maré”, tal como narra Harari (2018, p. 154): "A República de Kiribati – uma nação insular no oceano Pacífico – pode reduzir sua emissão de gás de efeito estufa a zero, e assim mesmo ficar submersa com a elevação das águas se outros países não seguirem seu exemplo".

5. EMPRESAS PODEM CONTRIBUIR? DE QUE FORMA?

O poder político é capturado pelo poder econômico a partir da formação do Estado Nacional⁹. A captura se dá de modo direto, indireto, pontual ou ostensivo (BONAVIDES, 2012, p. 467). Exemplificativamente, (i) os conglomerados empresariais do mundo se utilizam do prestimoso conhecimento da legalidade de determinados paraísos fiscais para se enriquecerem cada vez mais, em detrimento dos países desenvolvidos¹⁰; (ii) ou mesmo a

⁸ Maquiavel (2007, p. 96): “De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não a defender-se”.

⁹ Huberman (2010, p. 71-72): Os livros de História discorrem longamente sobre as ambições, conquistas e guerras deste ou daquele grande rei. É um erro a ênfase que dão a tais fatos. As páginas que consagram à história desses reis deveriam antes ser dedicadas aos poderes verdadeiros que se escondiam atrás dos tronos – os ricos mercadores e financistas da época. Constituíam poder atrás do trono, porque os reis, a cada passo, necessitavam de sua ajuda financeira. Durante os duzentos anos dos séculos XVI e XVII as guerras foram quase contínuas. E alguém tinha que pagá-las. Com efeito, eram financiadas pelos que tinham dinheiro – mercadores e banqueiros. Foi um banqueiro alemão, Jacob Fugger, chefe da grande casa bancária de Fugger, quem decidiu a questão de quem caberia usar a coroa do Sacro Império Romano: se Carlos V da Espanha ou Francisco I da França. A coroa custou a Carlos 850 mil florins, dos quais 543 mil foram emprestados por Fugger.

¹⁰ Slee (p. 150-151): “Por ora, a exemplo do que fazem outras corporações de tecnologia, a pilha de dinheiro da Uber nas Bermudas não é enviada de volta aos Estados Unidos porque a corporação não quer pagar impostos de pessoa jurídica. Esse esquema, chamado de ‘Duplo Holandês’, devido às duas subsidiárias na Holanda, mostra o quão longe a companhia está disposta a ir para evitar contribuir com as cidades onde opera”.

impunidade em crimes de colarinho branco¹¹; (iii) algumas empresas superam o PIB de quase todos os países, sendo que, em 2018, somente 14 países superaram a capitalização de mercado da Apple (KOLAKOWSKI, 2020); (iv) em 2020, pode-se afirmar que as 10 maiores empresas do mundo, se agregadas, estariam em terceiro lugar no PIB mundial – superando o Japão (HEMMING, 2020).

Chomsky (2017) define que o poder econômico contemporâneo é composto, na época atual, de conglomerados multinacionais formados por gigantescas instituições financeiras e impérios de varejo, denominados de “mestres da humanidade”. Outros estudiosos, da perspectiva da concentração de riqueza, asseveram que apenas nove homens possuem a mesma riqueza que metade das pessoas do mundo¹². Não é mais possível, portanto, desconsiderar o mundo complexo e caótico em que vivemos. Como diz Harari (2016, p. 380):

Em um sistema caótico, uma visão estreita e não periférica apresenta vantagens e o poder dos bilionários é estritamente proporcional a seus objetivos. Se o homem mais rico do mundo quiser fazer mais 1 bilhão de dólares, ele será capaz de manejar o sistema facilmente para alcançar seu intento. Em contraste, se quiser diminuir a desigualdade global ou interromper o aquecimento global, ele não terá êxito porque o sistema é complexo demais para isso.

Há conglomerados financeiros e tecnológicos hegemônicos que dependem diretamente da emissão de gases de efeito estufa na produção do capital para a permanência como “mestres da humanidade”; e por isso, mais factível que comunguem da máxima: sem planeta não há lucro. São, principalmente, bancos e empresas de tecnologia, mas também “traders” globais da área agrícola.

Para ilustrar, mesmo para a *BlackRock*, uma das gigantes do mercado financeiro, a crise climática não passa despercebida. Em seus últimos comunicados ou cartas aos investidores, isso tem sido enfatizado, com o destaque para a possibilidade de, por um lado, haver perdas em caso de debacle; e, por outro lado, de maiores ganhos pela possibilidade de novos investimentos caso a crise seja contornada, pois “também acreditamos que a transição climática representa uma oportunidade histórica de investimento” (FINK, 2021).

Essa movimentação da capital financeiro, de certo modo, inédita, tem animado os analistas e há quem afirme que “Depois de testemunhar a turbulência da crise covid-19, os mercados estão se concentrando mais do que nunca nos riscos colocados pelas mudanças climáticas”.¹³

¹¹ Pistor (2020): “Mesmo que os últimos escândalos no setor bancário não revelem nada de novo sobre os padrões éticos do setor financeiro, eles colocaram os holofotes em um problema emergente maior: a cumplicidade das agências de segurança pública no crime do colarinho branco. Os cães de guarda não estão apenas fugindo de seus deveres; eles se juntaram ao outro lado”. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/fincen-files-banks-financial-crime-no-punishment-by-katharina-pistor-2020-09>. Acesso em: 1 out. 2020.

¹² Oxfam (2017). Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/just-8-men-own-same-wealth-half-world>. Acesso em: 14 out. 2020.

¹³ Steenis (2020). Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/financial-industry-embracing-climate-transition-by-huw-van-steenis-2020-09?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 14 out. 2020.

Destaca-se que é indispensável o consumo de energia para manter o império digital: Facebook, Amazon, Apple, Netflix, Google, conhecidos pela sigla FAANG,¹⁴ além de Microsoft, IBM e Ali Baba. A maioria dessas empresas tem feito investimentos maciços em fontes renováveis de energia para diminuir sua pegada de carbono. Ainda que não se possa afirmar cabalmente que tais ações sejam efetivas para conter o aquecimento global, fato é que as ações estão em prática^{15, 16}. Em contrapartida, há conglomerados globais como “mestres da humanidade” intrinsecamente relacionados com a emissão de gases de efeito estufa na produção do capital. São, principalmente, os setores petrolíferos e industriais pesados.

Nesse cenário, as empresas petrolíferas estavam operando com prejuízos mesmo antes da pandemia, devido à alteração da política de preço pela Arábia Saudita¹⁷. Evidentemente que a situação dessas empresas se agravou com a covid-19 e seus impactos recessivos sobre todos os setores, com destaque para o transporte aéreo.

Pode-se vislumbrar, então, a ascendência dos “mestres da humanidade” preocupados com o meio ambiente, mesmo que seja tarde; e a decadência, ainda que não certa, dos “mestres da humanidade” que necessitam da exploração do meio ambiente para lucrarem como possível cenário para além da sindemia da covid-19.

6. PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU NOVO MUNDO ESCATOLÓGICO

No cenário atual, ou se preserva o meio ambiente e se contém o aquecimento global e se evitam novas doenças fatais, ou continuaremos assumindo o risco de termos de nos adaptar de forma impensável até então ao Novo Mundo Escatológico, tal qual ocorreu com o advento da covid-19.

A esse respeito, o IPCC 2021¹⁸ mostra o desastre planetário caso persista o aquecimento global nas condições atuais. O 1% da população mundial mais rica foi responsável por mais que dobrar o dióxido de carbono em relação à metade mais pobre da população mundial entre 1990 e 2015¹⁹. Por isso, a desigualdade econômica é, também, o cerne da questão.

¹⁴ Limón (2019): “Nova geração da telefonia celular tem efeitos colaterais, como interferir nos satélites de observação. Também aumenta o consumo de energia e as emissões de poluentes e reduz banda para TV digital”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/tecnologia/1558714580_836909.html. Acesso em: 14 out. 2020.

¹⁵ Adec innovations (2015). Disponível em: <https://www.esg.adec-innovations.com/resources/newsletters/september-2015-how-tech-companies-are-promoting-sustainability/how-tech-companies-are-promoting-sustainability/>. Acesso em: 14 out. 2020.

¹⁶ Ambrose (2020). Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/28/google-tech-giants-spark-record-rise-in-sales-of-renewable-energy>. Acesso em: 05 fev. 2020.

¹⁷ Fiori (2020): <https://jornalggm.com.br/a-grande-crise/o-virus-o-petroleo-e-a-geopolitica-mundial-por-jose-luis-fiori/>: De qualquer maneira, deve-se incluir neste ponto a outra grande dimensão desta crise mundial, a crise da indústria do petróleo, provocada pela queda da demanda mundial em consequência da própria epidemia, começando pela desaceleração da economia chinesa, e depois alastrando-se para toda a economia mundial, com um baque imediato do preço do barril de petróleo, que caiu de US\$ 70 para US\$ 23 b/p/d, flutuando depois em torno de US\$ 30 b/p/d. Não se sabe ainda quanto tempo durará a epidemia, nem tampouco a recessão da economia mundial, nem se consegue prever o tempo da recuperação econômica depois da pandemia. Mas mesmo que as novas negociações entre a OPEP+ e o G20 cheguem a um acordo sobre novos níveis e produção e o rateio do corte entre os países produtores, é muito pouco provável que o novo preço seja superior a US\$ 35 b/p/d.

¹⁸ <https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/ipcc-relatorio-mudancas-climaticas-2021>. Acesso em: 06 out. 2021.

¹⁹ Oxfam (2020). Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/>. Acesso em: 14 out. 2020.

De qualquer forma, pode-se afirmar que os ultra-ricos estão se preparando para sobreviver em um mundo pós-apocalíptico, por meio de tecnologias caras, seja pela provisão de alimentos em locais fortificados subterrâneos, seja em viagens espaciais, e tantas outras formas. Isso ocorreria após o que denominam de “evento”, que consideram como sendo advindo, entre outras causas, de uma guerra nuclear, do aquecimento global, de insurreições populares, de um vírus incontrolável e tantas outras hecatombes (RUSHKOFF, 2019).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário superar a proteção *pro forma* do meio ambiente para, de fato, preservar o meio ambiente. Há estruturas econômicas que comandam setores dos Estados, ou mesmo preponderantemente os Estados, fazendo valer a continuidade da destruição do planeta, por meio insidioso, como o aquecimento global; ou de forma mais célere, com as doenças fatais, como a covid-19.

Os conglomerados econômicos perfazem a globalização fundamentalmente por meio de energia “suja” e, por consequência, contra o meio ambiente. Por isso, os Estados devem criar incentivos fiscais para favorecer o uso de energias sustentáveis e para que haja uma ação global que priorize a energia “limpa”. É imprescindível promover políticas públicas em prol da energia “limpa”, mesmo que seja tarde. Caso os Estados permaneçam resistentes à aplicação da energia sustentável, ou mesmo pouco ativos e até inertes (que é equivalente para o resultado), será inevitável a adaptação da humanidade a um mundo onde se conviverá, cada vez mais, com diversos desastres naturais – doenças fatais, aquecimento global, incêndios, crises hídricas, dentre outras.

A janela de oportunidade que existia desde a Conferência de Estocolmo, para que se consiga fazer a transição energética e conter as Mudanças Climáticas Globais, está se fechando, em uma corrida contra o tempo e contra a própria humanidade. Nessa direção, a mudança de paradigma para frear a destruição ambiental passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que somos seres dependentes da natureza e que dela não podemos simplesmente nos apropriar economicamente dos recursos naturais. A preservação das florestas, dos rios, mares, oceanos e das demais espécies que nesses espaços habitam é a condição *sine qua non* para a sobrevivência da humanidade. Mesmo que isso seja obtido, ainda teremos de nos adaptar a esse “novo mundo”, no qual as relações econômicas não se sobreponham aos interesses coletivos, tanto da humanidade como de todas as espécies que habitam o planeta.

Essas conclusões podem parecer óbvias, mas para além disso, há a incerteza inerente aos sistemas complexos. Portanto, conclui-se que é urgente agir em conformidade com o que já se sabe, tendo em perspectiva a imprevisibilidade ao se avançar em maior grau de complexidade.

REFERÊNCIAS

AMBROSE, Jillian. Tech giants power record surge in renewable energy sales. **The Guardian**, [S. l.], 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/28/google-tech-giants-spark-record-rise-in-sales-of-renewable-energy>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ADEC INOVVATIONS. **How Tech Companies are Promoting Sustainability**. [S. l.]: ADEC INOVVATIONS, 2015. Disponível em: <https://www.esg.adec-innovations.com/resources/newsletters/september-2015-how-tech-companies-are-promoting-sustainability/how-tech-companies-are-promoting-sustainability/>. Acesso em: 14 out. 2020.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Como Salvar a Amazônia: Porque a floresta de pé vale mais do que derrubada. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1262-1307, 2020. ISSN: 2317-7721 DOI: 10.12957/rdc.2020.50890.

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. COVID-19 como síndrome: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, out. 2021. ISSN 1678-4464.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 19. ed. São Paulo, SP: Malheiros Editores LTDA, 2012.

CASTRO, F.; LOPES, R. L.; BRONDIZIO, E. S. The Brazilian Amazon in Time of COVID-19: from crisis to transformation? **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-11, 2020.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** Tradução de Renato Marques. 1. ed. São Paulo, SP: Planeta, 2017.

CHOMSKY, Noam. Noam Chomsky: “Hay riesgos inminentes de una guerra civil en Estados Unidos”. **Página 12**, [S. l.], 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/293276-noam-chomsky-hay-riesgos-inminentes-de-una-guerra-civil-en-e>. Acesso em: 14 out. 2020.

CORONA, Sonia; FARIZA, Ignacio. Apple dobra de valor em plena pandemia e supera valor do PIB do Brasil. **El país**, [S. l.], 19 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpairdinss.com/economia/2020-08-20/apple-dobra-de-valor-em-plena-pandemia-e-supera-valor-do-pib-do-brasil.html>. Acesso em: 14 out. 2020.

CROW, David. The next virus pandemic is not far away. **Financial Times**, [S. l.], 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/dc33f21b-740f-4be8-9947-b47439f557d2>. Acesso em: 14 out. 2020.

DESJARDINS, Jeff. The \$74 Trillion G Economy in One Chart. **Visual Capitalist**, [S. l.], 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/74-trillion-global-economy-one-chart/>. Acesso em: 14 out. 2020.

ELLIOT, Larry. IMF estimates global Covid cost at \$28tn in lost output. **The Guardian**, [S. l.], 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/oct/13/imf-covid-cost-world-economic-outlook>. Acesso em: 14 out. 2020.

FEATHERSTONE, Liza. Se Biden está se movendo para a esquerda, agradeça à esquerda. **DCM.**, [S. l.], 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/se-biden-esta-se-movendo-para-a-esquerda-agradeca-a-esquerda-por-liza-featherstone/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 383 p.

FINK, L. **Carta do Larry Fink aos CEOs**. [S. l.]: BlackRock, [201-]. Disponível em <https://www.blackrock.com/br/2021-larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FIOCRUZ. **COVID-19 não é pandemia, é sindemia**: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, [202-]. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>. Acesso em: 4 maio 2022.

GLOBAL JUSTICE NOW. **10 biggest corporations make more money than most countries in the world combined**. [S. l.]: Global Justice Now, 2016. Disponível em: <https://www.globaljustice.org.uk/news/2016/sep/12/10-biggest-corporations-make-more-money-most-countries-world-combined>. Acesso em: 14 out. 2020.

GODOY, Sara Garfinkel Marques de. Uma análise do mercado mundial de certificado de carbono. **Cronos**, Natal, v. 10, n. 2, p. 77-99, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, Rubén Miranda; MACEDO NETO, Naor Ribeiro de; RIBEIRO, Sarah Gonçalves. A supremacia do interesse público no combate a Covid-19 e as controvérsias na aplicação da teoria do garantismo penal de Ferrajol. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 2579-2599, 2020. ISSN 2317-7721.

GUIMÓN, Pablo. Reino Unido vive primeiro dia sem carvão desde a Revolução Industrial. **El País**, [S. l.], 26 maio 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/ciencia/1493208302_664530.html. Acesso em: 14 out. 2020.

GUTERRES, António. International community must unite, or be crushed by chaos, warns UN chief. **UN NEWS**, [S. l.], 24 set. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/09/1073462>. Acesso em: 14 out. 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Tradução de Paulo Geiger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEMMING, Gary. Wealth wars: the companies more profitable than countries. **Finance Limited**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://abcfinance.co.uk/blog/companies-more-profitable-than-countries/>. Acesso em: 14 out. 2020.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO) em 2019 é de 10.129 km²**. Brasília, DF: INPE, 2020. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465. Acesso em: 14 out. 2020.

IPBES. Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **IPBES #PandemicsReport: Escaping the ...Era of Pandemics%o**. 2020. Disponível em: <https://ipbes.net/pandemics>. Acesso em: 25 out. 2020.

IPCC. **Intergovernmental Panel on Climate Change**. 2020. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 14 out. 2020.

KOLAKOWSKI, Mark. At \$1.3 Trillion, Apple Is Bigger Than These Things. **Investopedia**, [S. l.], 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www.investopedia.com/news/apple-now-bigger-these-5-things/>. Acesso em: 14 out. 2020.

LIMÓN, Raúl. O 5G será 10 vezes mais rápido, mas ameaça a previsão do tempo. **El País**, [S. l.], 4 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/tecnologia/1558714580_836909.html. Acesso em: 14 out. 2020.

LIY, Macarena Vidal. China reduz seu consumo de carvão pelo terceiro ano consecutivo. **El País**, [S. l.], 8 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/04/internacional/1488631238_086175.html?rel=mas. Acesso em: 14 out. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MILANEZ, Felipe Lutando contra a sucuri invisível em meio a uma guerra de conquista: apontamentos de um genocídio. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-11, 2020.

NEATE, Rupert. Billionaires' wealth rises to \$10.2 trillion amid Covid crisis. **The Guardian**, [S. l.], 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/oct/07/Covid-19-crisis-boosts-the-fortunes-of-worlds-billionaires>. Acesso em: 14 out. 2020.

OXFAM INTERNATIONAL. **Just 8 men own same wealth as half the world**. [S. l.]: OXFAM International, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/just-8-men-own-same-wealth-half-world>. Acesso em: 14 out. 2020.

PARTRIDGE, Joanna. BlackRock votes against 49 companies for lack of climate crisis progress. **The Guardian**, [S. l.], 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/sep/17/blackrock-votes-against-49-companies-for-lack-of-climate-crisis-progress>. Acesso em: 14 out. 2020.

PISTOR, Katharina. White-Collar Crime, No Punishment. **Project Syndicate**, [S. l.], 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/fincen-files-banks-financial-crime-no-punishment-by-katharina-pistor-2020-09>. Acesso em: 14 out. 2020.

PLANELLES, Manuel. Acabou a era da gasolina? **El País**, [S. l.], 24 set. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/ciencia/1506075705_547083.html. Acesso em: 14 out. 2020.

RIOS NETO, Antônio Sales. Complexidades emergentes, por Antônio Sales Rios Neto. **O jornal de todos os brasis**, [S. l.], 1 out. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/complexidades-emergentes-por-antonio-sales-rios-neto/>. Acesso em: 14 out. 2020.

RUSHKOFF, Douglas. Jornal de todos os brasis. Os ultra-ricos preparam um mundo pós-humano. Tradução Inês Castilho. **O jornal de todos os brasis**, [S. l.], 6 mar. 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/os-ultra-ricos-preparam-um-mundo-pos-humano/>. Acesso em: 28 out. 2020.

ROMANET, Ignacio. Ignacio Ramonet: "a pandemia está evidenciando a crise do modelo neoliberal". **Carta Maior**, [S. l.], 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ignacio-Ramonet-a-pandemia-esta-evidenciando-a-crise-do-modelo-neoliberal-/4/48395>. Acesso em: 14 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. O jornal de todos os brasis. Boaventura: “só os míopes desprezam a utopia”. **O jornal de todos os brasis**, [S. l.], 19 set. 2020. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/politica/boaventura-so-os-miopes-desprezam-a-utopia/>. Acesso em: 14 out. 2020.

SANTOS, Gustavo Souza. #Vemprarua: jornadas de um espaço em rede. **Revista Cerrados**, Claros, MG, v. 17, n. 1, p. 240-255, jan./jun. 2019. Disponível em: www.periodicos.unimontes.br/cerradosMontes. Acesso em: 7 jun. 2022.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

STEENIS, Huw Van. The Financial Climate Has Reached a Tipping Point. **Project Syndicate**, [S. l.], 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/financial-industry-embracing-climate-transition-by-huw-van-steenis-2020-09?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 14 out. 2020.

STIGLITZ, Joseph. Como conquistar uma recuperação “verde”. **Carta Maior**, [S. l.], 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Como-conquistar-uma-recuperacao-verde-/3/48892>. Acesso em: 14 out. 2020.

TAYLOR, Matthew; WATTS, Jonathan. Revealed: the 20 firms behind a third of all carbon emissions. **The Guardian**, [S. l.], 9 out. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/09/revealed-20-firms-third-carbon-emissions>. Acesso em: 14 out. 2020.

TRAVASSOS, L. R. F. C.; MOREIRA, R. M. P.; CORTEZ, R. S. O vírus, a doença e a desigualdade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-12, 2020.

UNITED NATIONS. **Climate Change**. Nova York: United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/issues-depth/climate-change/>. Acesso em: 14 out. 2020.

VAROUFAKIS, Yanis. Os jogos de redistribuição. **Carta Maior**, [S. l.], 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Os-jogos-de-redistribuicao-/52/48863>. Acesso em: 14 out. 2020.

VEGA, Miguel Ángel García. FAANG: a sigla mais cara da história. **El País**, [S. l.], 25 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-07-25/faang-a-sigla-mais-cara-da-historia.html>. Acesso em: 14 out. 2020.

VENTURA, D. F. L.; DI GIUIO, G. M.; RACHED, D. H. Lessons from the Covid-19 pandemic: sustainability is an indispensable condition of Global Health Security, **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-11, 2020.

YACCAR, M. D. Naomi Klein: lecciones de la pandemia y la urgencia de un plan de reparación. **Página 12**, [S. l.], 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/293051-naomi-klein-lecciones-de-la-pandemia-y-la-urgencia-de-un-pla>. Acesso em: 14 out. 2020.

WU, Xiaoxu; LU, Yongmei; ZHOU Sen; CHEN, Lifan; XU, Bing. Impact of climate change on human infectious diseases: empirical evidence and human adaptation. **ENVIRONMENT INTERNATIONAL**, [S. l.], n. 86, p. 14-23, 2016.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL (WWFBRASIL). **Dia da sobrecarga da terra - overshoot day 2020**. [S. l.]: WWF, 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/overshootday.cfm>. Acesso em: 14 out. 2020.

COVID-19 E IDOSOS NO BRASIL: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA RAÇA/COR DA PELE

COVID-19 AND THE ELDERLY IN BRAZIL: A LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF RACE/SKIN COLOR

Roudom Ferreira Moura¹

<http://orcid.org/0000-0002-0685-4627>

Aparecido Batista de Almeida²

<http://orcid.org/0000-0002-9349-3128>

Janessa de Fátima Morgado de Oliveira³

<http://orcid.org/0000-0002-8482-5872>

RESUMO

No Brasil, país com histórico e tradição colonial, o racismo estrutural é uma realidade que impacta a equidade em saúde e o bem-estar da população negra (parda e preta). Além disso, tem graves repercussões nas condições socioeconômicas, frutos de uma história escravocrata, patrimonialista e excludente que tem como resultado os piores indicadores sociais e de saúde da população afrodescendente. Esses pressupostos contrapõem-se a narrativas que propõem uma leitura sobre a covid-19 ser uma pandemia democrática, cujo argumento se alinha à retórica da democracia racial, conceito originado na metade do século XX, que defendia que o Brasil era dotado de boas relações raciais devido ao seu histórico de miscigenação e definições raciais imprecisas, o que corresponde a uma potente estratégia de manutenção do lugar de populações racializadas, como negros e indígenas, em uma produção da colonialidade moderna. Sob tais premissas, o objetivo deste artigo é discutir indicadores de saúde da covid-19, segundo o marcador social raça/cor da pele da população idosa brasileira, publicados pelo Ministério da Saúde do Brasil, haja vista a gravidade dessa doença nesse grupo etário, as controvérsias desse quesito nessas publicações e o racismo estrutural que remonta à escravidão.

Palavras-Chave: covid-19; desigualdades em Saúde; origem étnica e saúde; saúde do idoso; racismo.

¹ Doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo (FSPUSP). Professor Doutor da Universidade Paulista (UNIP). Enfermeiro efetivo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SESSP) - Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac" - São Paulo, SP, Brasil.

² Doutor em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo (FSPUSP). Trabalha na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SESSP) - Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac" - São Paulo, SP, Brasil.

³ Doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo (FSPUSP). Residente de Farmácia Hospitalar - ACSS. Porto, Portugal.

ABSTRACT

In Brazil, a country with a colonial history and tradition, structural racism is a reality that impacts health equity and the well-being of the black population (brown and black). In addition, it has serious repercussions on socioeconomic conditions, the result of a history of slavery, patrimonialism and exclusion, which results in the worst social and health indicators of the Afro-descendant population. These assumptions are opposed to narratives that propose a reading about covid-19 being a democratic pandemic, whose argument is aligned with the rhetoric of racial democracy, a concept that originated in the mid-twentieth century, which defended that Brazil was endowed with good relations racial due to their history of miscegenation and imprecise racial definitions, which corresponds to a powerful strategy for maintaining the place of racialized populations, such as blacks and indigenous people, in a production of modern coloniality. Under these premises, the objective of this article is to discuss health indicators of covid-19, according to the social marker race/skin color of the Brazilian elderly population, published by the Brazilian Ministry of Health, given the severity of this disease in this age group, the controversies of this issue in these publications and the structural racism that goes back to slavery.

Keywords: covid-19; Health inequalities; Ethnic Origin and Health; Elderly Health; Racism.

INTRODUÇÃO

A covid-19 (Coronavírus Disease 2019) – causada pelo novo vírus altamente contagioso, o SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavírus 2), detectado na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China – é uma doença emergente que foi capaz de se disseminar intensamente e infectar milhões de pessoas (LU; STRATTON; TANG, 2020; JUNG *et al.*, 2020; ZHU *et al.*, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em janeiro de 2020 o surto como emergência de saúde pública de interesse internacional (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020a).

No Brasil, em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) declarou a covid-19 como uma situação de emergência em saúde pública de importância nacional (BRASIL, 2020). Mas, devido ao avanço e à expansão em nível global, em março de 2020, foi declarada como pandemia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020b), que persiste até hoje.

O grupo populacional com maior risco de complicações e óbitos devido à pandemia da covid-19 foi, desde o início, o dos idosos (BRASIL, 2021a). A dinâmica da transição demográfica no Brasil, país de industrialização tardia, vem sendo observada desde a metade do século passado (GERONUTTI; MOLINA; LIMA, 2008; VASCONCELOS; GOMES, 2012). Ela resulta na alteração da estrutura etária da população, com um crescimento percentual da população em idades mais avançadas e diminuição da base da pirâmide.

De acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), é considerado idoso, no Brasil, o indivíduo com 60 anos ou mais de idade, o que se coaduna com o que define a OMS para países em desenvolvimento (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003; BRASIL, 2017a). Os idosos no Brasil constituem um grupo heterogêneo e de distribuição desigual, sujeitos a riscos heterogêneos acumulados ao longo do curso de vida que impactam diretamente em suas condições de saúde e em seu processo saúde-doença, agravados pelo envelhecimento em uma sociedade desigual. Assim, as desigualdades sociais e em saúde constituem um importante fator diferencial nas condições do envelhecimento e na longevidade nos tempos atuais.

Os resultados do último censo demográfico brasileiro, realizado em 2010, apresentaram uma população de 190.755.799 habitantes. Desse total, 20.590.599 (11%) eram pessoas com 60 anos de idade ou mais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). O mesmo censo, em 2010, mostrou que, em dez anos, a estrutura da população mudou em termos de raça/cor da pele, com destaque para uma maior proporção das pessoas que se autodeclararam como pretas e pardas, de 44,7% da população em 2000 para 50,7% em 2010. Destacou-se uma maior concentração de pretos e pardos no Norte e no Nordeste; e no Sudeste e Sul, uma maioria de pessoas da raça/cor da pele branca, o que acompanha os padrões históricos de ocupação do Brasil e perpetuação nas desigualdades sociais e de saúde (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Seguindo a tendência de aumento de autodeclarações de pessoas negras (pretas e pardas), a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018 mostrou que 55,8% da população brasileira se autodeclarou negra (46,5% parda e 9,3% preta), enquanto 43,1% branca e 1,1% amarela e indígena (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

No tangente ao sexo, a mesma pesquisa apresentou que 56,6% dos homens eram negros (47,1% parda e 9,5% preta) e 55,0% das mulheres eram negras (46,0% parda e 9,0% preta). No tocante à faixa etária, 50,7% da população com 60 anos ou mais era branca. Assim, observa-se que à medida que a idade da população avança, a proporção de brancos aumenta, o que se traduz em maior longevidade para brancos e menor longevidade para negros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Estudos têm sinalizado que a esperança de vida da população negra é significativamente menor comparada à da raça branca, o que é reflexo de condições sociais e de saúde peculiares (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004; IANNI *et al.*, 2007).

Ao observar que a proporção de negros na população do Brasil é mais elevada nos grupos etários com menos de 60 anos do que entre idosos, havendo desigualdade racial na esperança de vida, tais achados sugerem que a população de pardos e pretos ainda não se beneficia dos avanços sociais e das tecnologias de saúde. Os recursos e ações não são distribuídos com equidade, fazendo com que muitas pessoas negras ainda morram precocemente e não sejam contempladas com a oportunidade de envelhecer. Nesse sentido, mostra-se necessária a implementação de políticas públicas sociais efetivas, tendo em

vista os diversos tipos de vulnerabilidades enfrentados pela população negra a fim de proporcionar maior longevidade e melhor qualidade de vida.

Em todo o mundo, observa-se o efeito desproporcional da covid-19 em idosos, grupos socioeconomicamente desfavorecidos e minorias raciais. Nessa perspectiva, análises rápidas de dados populacionais em grande escala mostram risco aumentado de exposição ao SARS-CoV-2, bem como piores indicadores de saúde para esses grupos (MATHUR *et al.*, 2020). Entre as minorias raciais, sugere-se que os efeitos do racismo estrutural e institucional são os principais motores da exposição excessiva ao SARS-CoV-2.

No Brasil, o MS tem disponibilizado apenas os dados sobre os casos da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por covid-19 desagregados por faixa-etária e raça/cor da pele em seus boletins epidemiológicos. Isso impede a visão mais próxima da realidade dos indicadores de saúde da covid-19 por faixas etárias e raça/cor da pele, pois a doença também é investigada a partir da Síndrome Gripal (SG) (BRASIL, 2021a). Assim, a ausência de registro sistematizado do campo raça/cor da pele na ficha de notificação da SG e SRAG, ambas utilizadas como instrumentos de registro, monitoramento e avaliação dos casos suspeitos leves e graves da covid-19, em todos os serviços de saúde do Brasil, impede o aprofundamento do debate sobre desigualdades estruturais no panorama racial da covid-19 no país. Nesse contexto, fica clara a necessidade da análise crítica sobre a covid-19 em idosos sob a perspectiva racial com a finalidade de averiguar os resultados contraditórios apresentados pelo MS do Brasil à luz do racismo estrutural e institucional e iniquidade em saúde.

COVID-19 E IDOSOS: DESIGUALDADES RACIAIS

A desigualdade é um atributo histórico e estrutural das sociedades latino-americanas e caribenhas, que consistiu na desqualificação de grupos de indivíduos tendo por base sua etnia ou cor da pele. Ela se manteve e reproduziu em períodos de crescimento e prosperidade econômica. Ainda hoje se perpetua e é um obstáculo à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento sustentável e à garantia dos direitos das pessoas. Além disso, está assentada em uma matriz produtiva altamente heterogênea e pouco diversificada e em uma cultura do privilégio que é um traço histórico constitutivo das sociedades da região. Caracteriza-se por uma armação complexa, em que as desigualdades de origem socioeconômica se entrecruzam com as disparidades de gênero, territoriais, étnicas, raciais e geracionais (COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2016).

O Brasil é um país em desenvolvimento, com um território comparável a toda a Europa e em constante turbulência política (ZIMERMAN *et al.*, 2020). Também é um dos países mais desiguais do mundo, está em 2º lugar na escala do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), com 1% da população mais rica concentrando 28,3% das riquezas do país, apenas atrás do Catar.

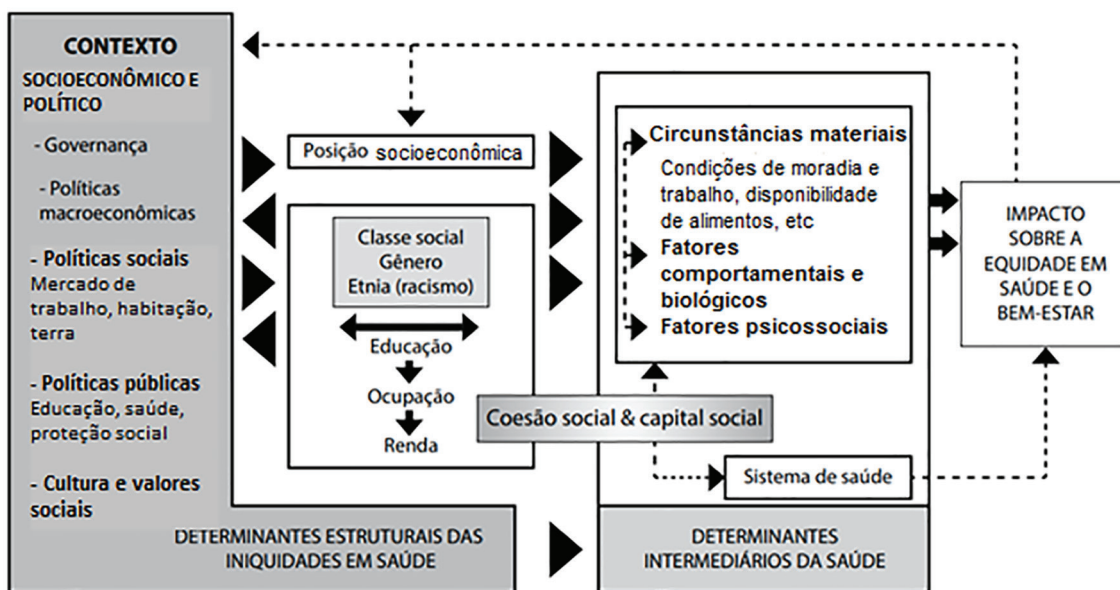
Enfrentar a desigualdade no Brasil requer, em primeiro lugar, olhar para nossa história escravocrata, patrimonialista e excludente a fim de compreender os processos que resultaram na exclusão social e política de grandes parcelas da população. Dessa forma, raça e cor da pele precisam ser entendidas como marcadores sociais importantes e capazes de proporcionar tipos de privilégios e oportunidades para um grupo social em detrimento de outros (SCHWARCZ; STARLING, 2015) e, conjuntamente ao marcador de classe social, podem elucidar as condições de vida das pessoas negras brasileiras (HIRATA, 2014; ZAMBONI, 2014). A privação de condições sociais dignas no Brasil foi, e ainda é, importante para a construção das desigualdades encontradas até os dias de hoje.

A concretização dessas desigualdades, que sempre foram sistemáticas no Brasil, caracteriza situações de iniquidades fundamentadas por diversos fatores sociais e de saúde, incluindo racismo, discriminação racial, sexismo, xenofobia e a intolerância (WERNECK, 2016). Esse racismo, que é ocultado pela falsa ideia de democracia racial, ganhou intensidade e se perpetuou no Brasil quando a teoria de embranquecimento surgiu como um meio rápido e higienista de tornar o país mais claro, com menor influência da cultura africana (GUIMARÃES, 2015; PETRUCCELLI; SABOIA, 2013; LAGUARDIA, 2004). Desde a concepção teórica do embranquecimento, observou-se, no país, a concessão de mais privilégios e regalias a pessoas consideradas como da cor branca em detrimento daquelas classificadas como não brancas, principalmente pardas, pretas e indígenas. Assim, os grupos raciais diferem no que diz respeito às características demográficas, socioeconômicas, epidemiológicas e acesso a serviços, entre outros. Todas essas situações são mediadas por processos de discriminação que se manifestam de forma individual, coletiva, ambiental ou sociorracial.

A OMS, entre 2005 e 2007, por intermédio da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, definiu um modelo para esses fatores no qual se criaram dois blocos relacionados à presença ou não da equidade em saúde. Trata-se de um bloco primário chamado de determinantes estruturais; e outro secundário, de determinantes intermediários (Figura 1). Destaca-se, nesse modelo, posição socioeconômica, classe social, gênero e racismo que, instigados pelo contexto político e socioeconômico, impactam na equidade em saúde e no bem-estar (SOLAR; IRWIN, 2010). Nesse sentido, a saúde é afetada ao longo da vida pelas características do contexto socioeconômico e político, que geram desigualdades nas exposições e vulnerabilidades. Esses determinantes sociais da saúde interferem no bem-estar, na independência funcional e na qualidade de vida dos idosos, principalmente entre os negros. No entanto, geralmente, são desconsiderados nas intervenções e políticas.

A preocupação com as iniquidades raciais em saúde tem aumentado nos últimos anos e vem ganhando espaço. Elas são expressas pelos diferenciais nos riscos de adoecer e de morrer, originados de condições heterogêneas de existência e de acesso a bens e serviços entre os grupos raciais. Ressalta-se que as diferenças são consideradas iníquas se ocorrem porque as pessoas dispõem de escolhas limitadas, acesso restrito a recursos de saúde e exposição a fatores prejudiciais (SOUZA *et al.*, 2012).

Figura 1 – Modelo conceitual dos determinantes sociais da saúde. Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde.

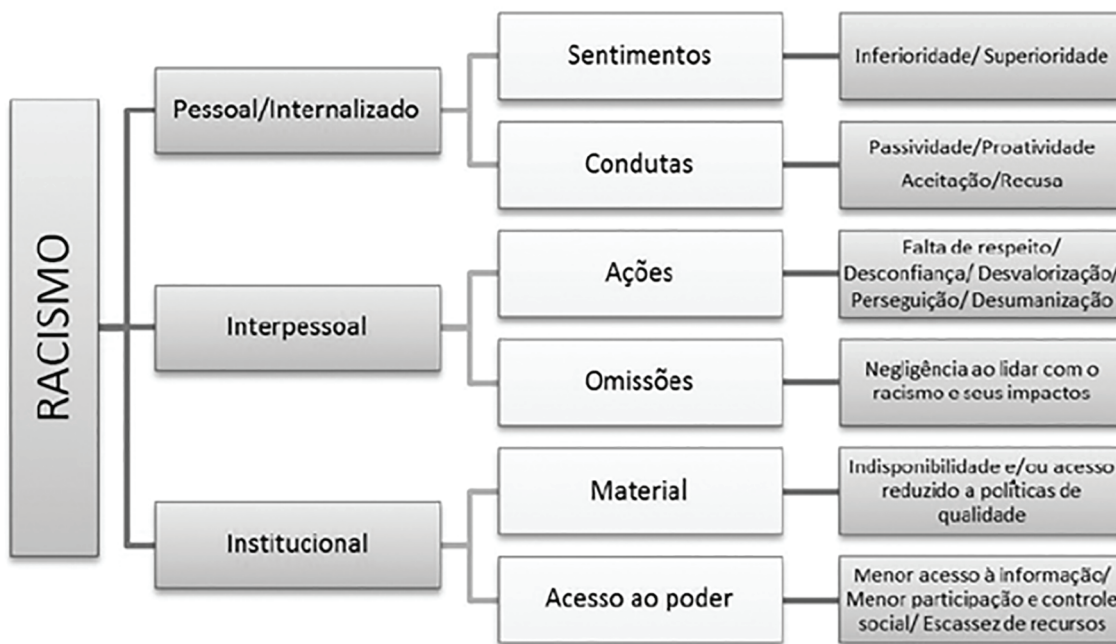


Fonte: Solar e Irwin (2010).

Existem vários conceitos e tipologias de racismo. Almeida (2019) destaca esse fenômeno como fundamento estruturador das relações sociais, ou seja, não existe racismo que não seja estrutural. Assim, o racismo estrutural é dado pela formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor em detrimento de outro. Nessa lógica, o racismo como estruturante social age em sentimentos, condutas, ações e omissões das pessoas e no uso e acesso a políticas, bens e serviços (Figura 2).

Conceito muito utilizado no Brasil para explicar as desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde, o racismo institucional, que ocorre de forma implícita, é descrito como: o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor da pele, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (ARTICULAÇÃO PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL, 2006).

Figura 2 – Dimensões do Racismo, 2013.
Baseado no modelo proposto por JONES (2002).



Fonte: Racismo Institucional e Saúde da População Negra (WERNECK, 2016).

Vários autores discorrem sobre as diferenças nos indicadores de saúde da covid-19 entre diversos grupos populacionais utilizando o termo *sindemia*, usado como sinônimo de pandemias sinérgicas e, nesse caso, refere-se às complexas interações dos efeitos dos fatores preexistentes de iniquidade em saúde/saúde mental e racismo estrutural e institucional/injustiça racial com a pandemia de covid-19 (SHIM; STARKS, 2021). Esses três fatores têm impactos na saúde, bem como sociais e econômicos.

A questão que se apresenta, além dos determinantes sociais em si, é como a saúde individual e populacional é afetada pelas consequências econômicas da discriminação e dos insultos acumulados decorrentes da vivência cotidiana e, por vezes, violenta, pela possibilidade de ser tratado como cidadão de segunda classe ainda hoje. A análise de exposições discriminatórias só pode ser medida no nível da população (KRIEGER, 2014).

O racismo constitui um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte. A crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19 evidenciou injustiças já existentes, tendo em vista que a população idosa negra conforma o maior efeito deletério do racismo (MATHUR *et al.*, 2020).

AÇÕES PARA FAVORECER A QUANTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Desde 2017, mediante a Portaria GM/MS nº 344, passou a ser obrigatória a inserção do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informação em Saúde, conforme descrito em seu primeiro artigo (BRASIL, 2017b):

Art. 1º A coleta do quesito cor e o preenchimento do campo denominado raça/cor serão obrigatórios aos profissionais atuantes nos serviços de saúde, de forma a respeitar o critério de autodeclaração do usuário de saúde, dentro dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que constam nos formulários dos sistemas de informações da saúde como branca, preta, amarela, parda ou indígena.

A abordagem sindêmica ajuda a compreender como as doenças e as condições sociais se formam, interagem e se agrupam para produzir resultados piores em determinados grupos populacionais. No caso da pandemia da covid-19, ela pode ajudar na proposição de recomendações de intervenções para o enfrentamento da pandemia, considerando também o racismo estrutural/injustiça racial e as iniquidades de saúde/saúde mental, nos níveis local, estadual e federal (SHIM; STARKS, 2021). Para viabilizar a abordagem sindêmica, a informação sobre a distribuição dos agravos de saúde de acordo com o quesito raça/cor da pele é condição necessária.

É importante lembrar que, para além da morbidade e mortalidade relacionada ao agravamento da doença e à SRAG, a covid-19 tem sido associada ao aumento dos problemas de saúde mental, tais como depressão e transtornos de ansiedade, assim como ao aumento do abuso de substâncias e suicídio (SHIM; STARKS, 2021). Isso ajuda a entender, na teoria, como os riscos preexistentes são potenciados e se somam nos grupos populacionais menos favorecidos. Na prática, a quantificação desses riscos depende, mais uma vez, de dados sobre a distribuição dos agravos de saúde de acordo com o quesito raça/cor da pele.

Da mesma forma, são reconhecidas as desigualdades raciais e étnicas no acesso aos serviços de saúde, o racismo estrutural e a injustiça social como impulsionadores de problemas de saúde, tendo sido agravados no contexto da covid-19. Abordar todas essas questões de uma maneira unificada, de forma sindêmica pode levar a soluções eficazes para a diminuição das iniquidades (SHIM; STARKS, 2021).

NÃO HÁ DADOS DE QUALIDADE PARA DIMENSIONAR O PROBLEMA

Apesar da obrigatoriedade e dos avanços do quesito raça/cor da pele nos formulários dos sistemas de informação em saúde, essa é uma prática ainda incipiente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos serviços privados de saúde do Brasil, como se pode analisar pelo cenário da pandemia da covid-19, em que, principalmente no início, não houve coleta dessa informação no tangente à SG (BRASIL, 2021b). Ressalta-se que a

incorporação do quesito raça/cor da pele como categoria de análise se deu em junho/2020, após posicionamentos do Grupo Temático Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), da Coalizão Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade (BRASIL, 2021b; SANTOS *et al.*, 2020).

Segundo o Boletim Epidemiológico Especial da covid-19, com dados até a semana epidemiológica 46/2021 (20/11/2021), que apresenta apenas os casos de hospitalização da SRAG por covid-19 no Brasil, essa doença ocorreu mais nos adultos (55,05%) do que nos idosos (35,47%). De maneira oposta, os óbitos se sucederam mais nos idosos (65,58%) do que nos adultos (37,04%). No tangente à raça/cor da pele, os óbitos da covid-19 por casos de SRAG ocorreram mais na população na branca (45,40%) do que na negra (39,60%) (BRASIL, 2021a). Ressalta-se que nenhum outro indicador de saúde (coeficiente de incidência, mortalidade e letalidade, entre outros) é apresentado na literatura e nos painéis do MS, segundo o quesito raça/cor da pele. Apenas os coeficientes de incidência, mortalidade e letalidade seriam capazes de sinalizar para os riscos e a gravidade a que cada um dos grupos esteve e está sujeito.

No mesmo boletim, também é apresentada a falta de completude dos dados dos óbitos segundo raça/cor da pele. Há falta de informação sobre o quesito para 13,99% dos óbitos, o que é considerado um alto índice de subnotificações (BRASIL, 2021a). Sugere-se que os dados não informados de raça/cor da pele sejam da população negra, haja vista o racismo institucional.

Ressalta-se que dados robustos sobre disparidades entre raça/cor da pele para a SRAG por infecção por SARS-CoV-2 são limitados (VAHIDY *et al.*, 2020). Além disso, a falta desses dados desvia o reconhecimento das disparidades raciais da covid-19. Isso nos afasta de ações políticas urgentes e outras para apoiar grupos particularmente em risco. É preciso reconhecer que as disparidades de saúde resultam da interseção de vários fatores econômicos, sociais e institucionais.

O racismo estrutural e institucional contribui para aumentar a mortalidade por covid-19 em idosos negros no Brasil. Destaca-se que não é possível extrair o racismo estrutural e institucional ou apenas as questões econômicas como fatores únicos que produzem esses efeitos. Eles são gerados pela combinação de múltiplas formas de desvantagem que se cruzam.

As regras políticas e medidas de bloqueio do Brasil não incluem o aumento dos riscos e as desigualdades da covid-19 enfrentados por grupos raciais. Nesse sentido, são necessários esforços diferenciados destinados aos grupos para lidar com o impacto desproporcional da covid-19, visando à redução da mortalidade nos grupos de raça/cor da pele em risco.

Podemos verificar que problemas relacionados com a qualidade da informação sobre raça/cor da pele impedem a estimação do possível e o real impacto da epidemia nos diferentes grupos raciais no Brasil. Segundo o MS, considera-se que as informações sobre determinado quesito são adequadas para análise quando o percentual de “ignorado”/“sem resposta” é menor que 10% (BRASIL, 2016; SÃO PAULO, 2011).

A hipótese que elaboramos é a de que os efeitos do racismo estrutural e institucional comprometem a classificação dos casos e óbitos, tendo reflexos na investigação do impacto do SARS-CoV-2 entre as minorias raciais devido à baixa qualidade de informação. A elevada falta de informação referente à variável raça/cor da pele reforça a necessidade de desenvolvimento de ações para aprimoramento e combate do racismo institucional.

Por fim, é importante destacar que, atualmente, a pandemia da covid-19 tem deixado claro que lidar com nossas sociedades e estruturas racistas é uma questão de vida ou morte, principalmente no que tange aos idosos negros. Precisamos trabalhar intensamente a questão de como reverter o curso do racismo, e isso exigirá ação concreta e focada, compromisso, disciplina, ambição, ousadia e dinheiro (CHOO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de nível individual para analisar discriminação e saúde ainda coexiste com a orientação biomédica dominante, também focada no nível individual, que pode ignorar os determinantes sociais da saúde e enfatizar as causas genéticas das doenças nos indivíduos para explicar as taxas de doenças dos grupos (KRIEGER, 2014). Entretanto, os indicadores de saúde da covid-19 deixam claro o papel dos determinantes sociais e da discriminação para a vulnerabilização dos sujeitos, mesmo com a baixa qualidade de informação acerca da classificação em relação à raça/cor dos idosos.

Os resultados apontam para disparidades raciais da covid-19 na população brasileira, inclusive os idosos, haja vista a situação epidemiológica apresentada nos boletins epidemiológicos e painéis do MS. Além disso, alerta para a inclusão tardia do quesito raça/cor da pele no formulário de notificação de casos leves de Síndrome Gripal da Covid-19. A informação desagregada por raça/cor da pele propicia a realização de pesquisas que podem aprofundar a compreensão das questões sociais, raciais e econômicas no contexto da covid-19.

A falta de transparência na divulgação dos boletins epidemiológicos e painéis do MS frente à covid-19 mantém a invisibilidade dos riscos e a gravidade da população idosa negra no enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, podemos sugerir que o envelhecimento da população negra é afetado direta ou indiretamente pela pandemia. É necessário reconhecer que práticas e saberes presentes no campo da saúde atualmente tiraram a sua legitimidade cultural e social e é por isso que as pessoas idosas negras estão em situação de vulnerabilidade pelo racismo presente na sociedade brasileira.

Reforça-se a urgente necessidade da inclusão do quesito raça/cor da pele nos formulários dos sistemas de saúde dada a sua importância, independentemente da pandemia da covid-19, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Dentre suas ações, destacam-se (BRASIL, 2017c):

- Aperfeiçoar a qualidade no atendimento da saúde, conhecendo mais quem necessita de atendimento e, mais ainda, respeitando a cultura e os costumes de cada pessoa ou grupo social;
- Monitorar, elaborar e implementar políticas públicas afirmativas e universalistas voltadas à população preta e parda (negra), povos e comunidades tradicionais e indígenas;
- Evitar as iniquidades no acesso e a permanência nos serviços de saúde por consequências do racismo institucional;
- Reduzir os impactos de doenças e agravos;
- Tornar os sistemas nacionais e locais de informação da saúde aptos a consolidar indicadores que traduzem os efeitos dos fenômenos sociais e das desigualdades sobre os diferentes segmentos populacionais;
- Promover pesquisas com base de dados consolidada;
- Melhorar a coleta de dados sobre a interseção da covid-19, do racismo estrutural e das iniquidades em saúde/saúde mental;
- Expandir a prestação de serviços de saúde/saúde mental e o acesso a esses serviços;
- Dar ênfase à promoção da saúde, com políticas locais, estaduais e federais que priorizem intervenções que promovam a equidade e a justiça e enfoquem a saúde e o bem-estar coletivos.

Em 1980, Audre Lorde já havia dito que “Nossa sobrevivência futura depende de nossa habilidade de nos relacionarmos com igualdade” (LORDE, 2019). A atual pandemia parece confirmar essa hipótese. Finalmente, na Década dos Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas 2015-2024 (2014), cabe destacar que mais de 133 anos após a abolição da escravatura, a população negra continua a clamar por justiça social: as vidas dos idosos negros e idosas negras importam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polen Livros, 2019.

BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. A cor da morte: causas de óbitos segundo características de raça no estado de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, [s. l.], v. 38, n. 5, p. 630-636, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Consultoria Legislativa. **BRASIL 2050: desafios de uma nação que envelhece**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017b**. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 14 fev. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso: 2 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial. **Doença pelo Novo Coronavírus - covid-19**. Brasília, DF, n. 90, nov. 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/novembro/29/boletim_epidemiologico_covid_90_30nov21_eapv5.pdf. Acesso: 25 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Saúde BRASIL 2020/2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade da informação** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021b.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La matriz de la desigualdad social en América Latina (LC/G.2690(MDS.1/2))**. Santiago: Cepal, 2016. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf. Acesso: 19 dez. 2020.

CHOO, E. Seven things organisations should be doing to combat racism. **Lancet**, [s. l.], v. 18, 2020.

ARTICULAÇÃO PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília, DF: CRI, 2006.

GERONUTTI, D. A.; MOLINA, A. C.; LIMA, S. A. M. Vacinação de idosos contra a influenza em um centro de saúde escola do interior do estado de São Paulo. **Texto Contexto Enferm.**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 336-341, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Soc Rev Sociol da USP.**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 161-182, 2015.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Soc Rev Sociol da USP.**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: https://nacoesunidas486780792.wpcomstaging.com/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf. Acesso em: 2 jan. 2021.

IANNI, A. M. Z. *et al.* Determinantes do acesso à saúde: o caso das populações remanescentes de quilombos. **Bol Inst Saúde.**, [s. l.], v. 41, p. 43-45, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no BRASIL**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JUNG, S. M. *et al.* Epidemiological Identification of A Novel Pathogen in Real Time: Analysis of the Atypical Pneumonia Outbreak in Wuhan, China, 2019-2020. **J. Clin. Med.** [s. l.], v. 9, n. 3, 2020.

KRIEGER, N. Discrimination and Health Inequities. *In*: BERKMAN, L. F.; KAWACHI, I.; GLYMOUR, M. M. (ed.). **Social epidemiology**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2014. p. 63-125.

LAGUARDIA, J. O Uso da Variável “ Raça ” na Pesquisa em Saúde. **Physis Re.**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 197–234, 2004.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LU, H.; STRATTON, C. W.; TANG, Y. W. Outbreak of pneumonia of unknown etiology in Wuhan, China: The mystery and the miracle. **J Med Virol.**, [s. l.], v. 92, n. 4, p. 401-402, 2020.

MATHUR, R. *et al.* Urgent actions and policies needed to address covid-19 among UK ethnic minorities. **Lancet.**, [s. l.], 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)**. [S. l.]: ONU, 2014. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/documents.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso: 19 dez. 2020.

SANTOS, M. P. A. *et al.* População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 99, 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação. CEInfo. Análise do Quesito Raça/Cor a partir de Sistemas de Informação da Saúde do SUS. **Boletim CEInfo Análise**, ano 6, n. 5, maio 2011.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Pólen, 2015.

SHIM, R. S.; STARKS, S. M. Covid-19, Structural Racism, and Mental Health Inequities: Policy Implications for an Emerging Syndemic. **Psychiatr Serv.**, [s. l.], v. 72, n. 10, p. 1.193-1.198, 2021.

SOLAR, O.; IRWIN, A. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**. Social Determinants of Health Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: World Health Organization, 2010.

SOUZA, E. H. A. *et al.* Raça e o uso dos serviços de saúde bucal por idosos. **Ciênc Saúde Coletiva.**, [s. l.], v. 17, n. 8, p. 2.063-2.070, 2012.

VAHIDY, F. S. *et al.* Racial and ethnic disparities in SARS-CoV-2 pandemic: analysis of a covid-19 observational registry for a diverse US metropolitan population. **BMJ Open.**, [s. l.], v. 10, n. 8, e039849, 2020.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência BRASILEIRA. **Epidemiol Serv Saúde.** [s. l.], v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Rev Saúde e Soc.**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Statement on the second meeting of the International Health Regulations**. Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). Geneva: World Health Organization; 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 2 ago 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on covid-19**. 2020b. Disponível em <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso: 3 ago. 2020.

ZAMBONI, M. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, p. 13–18, 2014.

ZHU, N. et al. China Novel Coronavirus Investigating and Research Team. A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. **N Engl J Med.**, [s. l.], v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.

ZIMERMAN, A. *et al.* Covid-19 in Brazil: the headlines should be about science. **The Lancet.**, [s. l.], v. 369, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/piiS0140-6736\(20\)32375-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/piiS0140-6736(20)32375-8/fulltext). Acesso em: 7 dez. 2020.

SONHOS DE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO PANDÊMICO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

DREAMS OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE PANDEMIC CONTEXT AND THE BRAZILIAN POLITICAL SCENE

Jaquelina Maria Imbrizi¹

<http://orcid.org/0000-0003-0950-6174>

Jussara de Souza Silva²

<http://orcid.org/0000-0003-3253-5838>

Gabriela Corrêa Ramos³

<http://orcid.org/0000-0001-5697-8516>

Dimitry Fernandes⁴

<http://orcid.org/0000-0002-6514-9944>

RESUMO

A ação de extensão “Roda de Conversa sobre Sonhos” foi criada no ano de 2020 como forma de acolhimento das angústias e de partilha de experiências dos estudantes em decorrência da eclosão da pandemia de Sars-CoV-2 (covid-19). Trata-se de um espaço grupal que visa compartilhar sonhos, cujos encontros são realizados em ambiente virtual, via *Google Meet*, como uma forma de manter os vínculos entre estudantes e a comunidade universitária. O objetivo do artigo é apresentar três narrativas oníricas de universitários que participaram do primeiro ciclo do projeto, entre maio e julho de 2020. O método de análise do material produzido no grupo se utilizou de três dimensões de tratamento das narrativas oníricas:

¹ Professora Associada III da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – *Campus* Baixada Santista, atua na graduação e nos programas de pós-graduação Ensino em Ciências da Saúde (Modalidade Profissional) e Interdisciplinar em Ciências da Saúde (Modalidade Acadêmica). É membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da Usp (PSOPOL). Coordena o Diretório de Pesquisas do CNPq Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade (PPAS) e o projeto de extensão: Arte e Sonho: abordagem psicanalítica nos modos de cuidar das Juventudes.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro cadastrada no Diretório de pesquisas do CNPq Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade e no Núcleo de Investigação e estudos em Psicanálise, Saúde e Sociedade (NIEPSS), atua como extensionista em dois projetos de extensão, atualmente é bolsista de extensão da Proec e Pesquisadora de Iniciação Científica na área da Psicologia Social e Criminal, sob viés da Criminologia Crítica.

³ Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro cadastrada do Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade (UNIFESP). Extensionista nos projetos de extensão “Arte e Sonho: abordagem psicanalítica nos modos de cuidar das Juventudes” e “Mulheres, Arte e Cuidado”.

⁴ Psicólogo formado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - *Campus* Baixada Santista.

singular, social e comum e a prospectiva. Cabe destacar que o distanciamento social e as incertezas políticas colocaram desafios às instituições de ensino superior no sentido de convidá-las a inventar dispositivos de comunicação com os discentes e docentes, e de cuidado com o intuito de acolher a dimensão sociopolítica do sofrimento da comunidade acadêmica. Consiste em uma aposta na formação profissional que articula pesquisas científicas e experiências de acolhimento ao outro no processo ensino/aprendizagem em constante busca de diálogo com o contexto social e histórico.

Palavras-chave: psicanálise; sonho; grupo; pandemia; juventudes universitárias.

ABSTRACT

The extension action of “wheels conversations about dreams” was created in the year 2020 as a way of greeting students’ anguish and sharing experiences as a result of the outbreak of the Sars-CoV-2 (Covid-19) pandemic. This is a grupal space aiming to share dreams, whose meetings are held in a virtual environment, through the Google Meet Platform, as a way to maintain the ties between students and the university community. This article aims to present three oneiric narratives of university students who participated in the first cycle of the project, between May and July of 2020. The method of analysis produced in the group used three dimensions treatment of the oneiric narratives: singular; social and common and the prospective. It is worth highlighting the social distancing and political uncertainties posed challenges to higher education institutions in the sense of calling them to invent communication devices, with students and teachers, and care in order to embrace the sociopolitical dimension of the suffering of the academic community. It is a commitment to professional training that articulates scientific research and experiences of welcoming the other in the teaching/learning process in a constant search for dialogue with the social and historical context.

Keywords: Psychoanalysis; Dream; Group; Pandemic; University Youths.

INTRODUÇÃO

O surgimento da pandemia de covid-19 representou uma ruptura nas formas de ser e estar no mundo até então experimentadas pelos seres humanos. No Brasil, esses modos de convívio produziram mais sofrimento na população em decorrência da gestão de um governo negacionista que não protegeu a vida, com agravantes para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essas formas de gestão do país aumentaram as desigualdades socioeconômicas. Desse modo, as trocas físicas e o convívio entre corpos foram transitoriamente suspensos e logo convertidos ao ambiente virtual. Especificamente, na

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Baixada Santista, houve uma diferença: apesar de as atividades acadêmicas presenciais terem sido paralisadas, a transição para o ambiente virtual não foi imediata e houve um período de suspensão de todas as atividades.

Em meio às discussões para a construção de um ensino remoto, observou-se a necessidade de restabelecer o vínculo dos estudantes com a universidade no formato *on-line*. Para a turma XIV de Psicologia, houve a formação do “Grupo de Sonhos”, com o objetivo de proporcionar um espaço de escuta, acolhimento e cuidado, utilizando-se de narrativas oníricas como disparadoras para a elaboração das angústias e a construção de outras possibilidades de ser e estar no mundo em meio ao contexto caótico desencadeado pelo advento da pandemia. Mais tarde, essas atividades grupais engendrariam o projeto de extensão *Arte e Sonho: Abordagem Psicanalítica nos Modos de Cuidar das Juventudes*, coordenado por Jaquelina Imbrizi (2020), e se configurariam como uma ação extensionista, intitulada “Roda de Conversa sobre Sonhos”, ampliando-se o público-alvo para a comunidade acadêmica e externa à universidade.

A inspiração para a criação do trabalho advém de *A Interpretação dos Sonhos*, livro no qual Sigmund Freud (2017)⁵ apresenta um método de investigação do inconsciente e considera a produção onírica a principal via de acesso à vida psíquica por meio da prioridade dada à fala e às associações livres do sonhante. Outras importantes referências são Charlotte Beradt (2017), em cujo livro, *Sonhos no Terceiro Reich*, observa a manifestação da conjuntura política na produção onírica das pessoas; Ailton Krenak (2019) e Krenak e Sidarta Ribeiro (2020), que defendem a dimensão prospectiva das narrativas oníricas para a construção de outros horizontes políticos possíveis; René Kaës (2003), com seu trabalho a respeito do compartilhamento de sonhos em grupo e da possibilidade de construir um espaço onírico comum; e Paulo Freire (1987), que apresenta, no livro *Pedagogia do Oprimido*, a concepção de “Círculo de Cultura”, influenciando a decisão das criadoras do projeto com vista a estabelecer uma Roda de Conversa como ferramenta para uma condução horizontal dos papéis no grupo cujos objetivos são facilitar a circulação da palavra e promover o encontro entre os sonhantes.

Na primeira etapa do projeto, ocorreram nove encontros do “Grupo de Sonhos”, entre maio e julho de 2020, via *Google Meet* e com duração de aproximadamente 2 horas. Os participantes foram universitários, de 18 a 25 anos, do segundo ano do curso de Psicologia, sob a coordenação da professora de referência da turma. No início, um sonhante compartilha sua experiência onírica e, ato contínuo, é instado, pelos coordenadores e demais participantes, a livre-associar a respeito, por meio de questões sobre o dia anterior ao sonho, os afetos durante e após o despertar, experiências relacionadas ao conteúdo onírico, entre outras ações. Em seguida, os participantes do grupo são convidados a estabelecer associações, trazendo tanto referências pessoais quanto sociopolíticas e histórico-culturais, sem haver juízo de valor ou hierarquia nas contribuições de cada participante. Desse modo, há a produção de um espaço onírico comum e compartilhado entre os presentes (KAËS,

⁵ Original publicado em 1900.

2003), possibilitando a realização do exercício de diálogo crítico e de produção de recursos de enfrentamento da realidade vivida.

Objetiva-se apresentar a primeira etapa do projeto de extensão, na qual foram compartilhados 19 sonhos e deu ensejo ao Trabalho de Conclusão de Curso de graduação de Dimitry Fernandes (2021) vinculado ao projeto supracitado, bem como à pesquisa intitulada *Produção Onírica e Arte: o que sonham juventudes e adolescentes em situação de vulnerabilidade social?* (IMBRIZI, 2021). Foram escolhidos três sonhos dos participantes das rodas para ser apresentados, cujos critérios de escolha foram: como o contexto de crise sanitária advinda da pandemia e o concomitante desalento político, instados pelo contexto político brasileiro, incidiram na produção do sonho, conforme Joel Birman (2020a, 2020b); como o espaço público apareceu no cenário onírico e a perspectiva apresentada pelo sonhante, muitas vezes, em clima distópico e em meio a uma cidade apartada pelas desigualdades; e como os sonhadores se posicionam subjetivamente no espaço onírico diante do terror da morte como vestígio da vida de vigília transformada em pesadelo. Assim, apresentar-se-ão a contextualização do momento histórico no qual ocorreram as rodas de conversa, o método de análise e as dimensões de tratamento do material onírico e, na sequência, serão analisados, separadamente, a exposição das produções oníricas selecionadas e as respectivas associações do sonhante e demais participantes, os afetos que apareceram e o que foi discutido no dia. Os processos associativos produzidos pelo grupo vêm funcionando como caixa de ressonância de sentidos e significados sobre o contexto histórico e político do Brasil em contexto de pandemia, sob a perspectiva de estudantes universitários.

O MÉTODO DE ANÁLISE: AS TRÊS DIMENSÕES DE TRATAMENTO DO MATERIAL ONÍRICO

Para a análise do material produzido nesses encontros, foram elencadas três dimensões de tratamento do material onírico. A primeira se refere ao “o quê” no conteúdo apresentado nos remeteria à singularidade da história de vida do sonhante, o qual é convidado a fazer suas próprias associações. É preciso atentar-se para a especificidade do cenário e dos objetos apresentados no ambiente onírico criado pelo sujeito, pois se trata de uma experiência profícua de encontro com a vida do narrador. Ressalta-se a perspectiva pela qual o sujeito narra o sonho e a função deste podendo tratar-se de uma realização de desejo, conforme considerado por Freud (2017), ou se referir a uma função traumatolítica, de acordo com Sándor Ferenczi (2011), no sentido de um trabalho psíquico de elaboração de acontecimentos traumáticos. O segundo caso se aproxima dos pesadelos capazes de acordar o sonhante em sobressalto com forte sentimento de angústia, conforme apontado por Freud (2010).

A segunda dimensão se refere às ideias de Beradt (2017), que percebeu elementos comuns nos sonhos de pessoas que viveram sob o impacto da ascensão das forças políticas da extrema-direita na Alemanha. Nesse sentido, interessa-nos os afetos comuns aos participantes, relacionados ao atual contexto histórico e político da pandemia no Brasil. Kaës (2004) auxilia na reflexão sobre essa dimensão, já que o psicanalista e grupalista valoriza os processos associativos criados em grupo a ponto de conceber o sonhante como representante de uma função denominada de “porta-sonhos”. Desse modo, a narrativa onírica pertencerá e será propriedade de todos os participantes. Há a possibilidade de a narrativa ser endereçada para o próprio grupo que a acolhe (FERENCZI *apud* KAËS, 2004) e oferece a oportunidade de confiança mútua e o compartilhamento de experiências.

A terceira forma de tratamento revela a dimensão prospectiva dos sonhos em direção ao futuro e com vista a novos horizontes poéticos, existenciais e políticos (KRENAK; RIBEIRO, 2020). Trata-se de não se ater apenas ao movimento regressivo presente no trabalho onírico mas também de localizar a direção progressiva da experiência do sonhar capaz de colocar o sujeito frente a frente com os desafios de seu tempo, além de analisar os impactos da pandemia e do cenário político no bem viver das juventudes contemporâneas e dos estudantes universitários, com impactos na qualidade de seu sono. A crise climática impõe dilemas aos sujeitos na contemporaneidade e, ao mesmo tempo que apresenta um cenário distópico de destruição e falta de perspectivas para o futuro, também nos convida a mudar nossa forma de agir e de estar no mundo, a criar ações mais coletivas e menos consumistas no sentido de inventar novos corpos que caibam e respeitem o planeta.

ANÁLISE DOS TRÊS SONHOS E DOS PROCESSOS ASSOCIATIVOS NO GRUPO

Das três narrativas oníricas selecionadas, duas foram relatadas no dia 12 de junho e no dia 27 de julho de 2020. Em junho de 2020, o quadro pandêmico era grave e cada vez mais preocupante, pois avançavam as contaminações e o número de mortes, além do alerta dos cientistas por estarmos diante de um novo paradigma de modos de convivência em sociedade. Antes da primeira quinzena do mês, o Brasil já ultrapassava 41 mil mortes, saía do quinto e passava a ser o segundo país com mais vítimas fatais do novo coronavírus. As projeções dos especialistas apontavam para o agravamento da situação, com a estimativa de ter 60 mil mortes até o final de junho. A gestão da pandemia era caótica, como aponta Joana Oliveira (2020), e, como revela Elena Sevillano (2020), ocultava dados sobre os casos e fatalidades da pandemia. Por conseguinte, o clima entre os participantes do grupo era melancólico, fúnebre, amedrontado e de revolta diante da situação política brasileira e da quantidade de mortes que poderiam ter sido evitadas pelo governo federal.

O primeiro sonho relatado apresenta, de maneira explícita, o medo da morte por covid, enquanto o segundo o faz de modo velado, por meio de um cenário apocalíptico que parece ter saído de uma produção hollywoodiana sobre zumbis. O terceiro, por sua vez, é relatado no mês seguinte, no último encontro daquele primeiro ciclo do projeto. Naquele

momento, o Brasil já ultrapassava a marca de 85 mil histórias de vida perdidas, mais de mil óbitos diários (G1, 2020b) e 2,2 milhões de casos confirmados. Havia a promessa de um imunizante, mas ainda não se sabia quando chegaria e se seria em quantidade suficiente para todos (G1, 2020a). Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro recusava-se a comprar vacinas e defendia o uso de hidroxicloroquina mesmo depois da sua ineficácia contra a doença ter sido comprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (NÃO RECOMENDA, 2020). A despeito disso, não é surpreendente quando o terceiro sonho envolve um contexto familiar em ruínas e a sonhante relata as sensações de enjoo e ânsia persistentes no cenário onírico. Os nomes dos sonhantes, Júlia, Eduardo e Verônica, são fictícios para proteger suas identidades.

SONHO 1 - “MORRI DE COVID”

O sonho de Júlia:

Eu sonhei que eu estava em casa. Sentada na mesa, na mesa que tem aqui em casa, nada de mais, o mesmo ambiente. E aí, eu senti... eu estava bem, estava assim, normal, sabe? Como qualquer outro dia. E de repente eu sentia muita falta de ar, tipo, muita, muita, muita falta. E então eu olhava para minha mãe, e o cenário mudava, e eu tinha morrido. Depois falam que é de covid. Foi esse o sonho.

A partir dessa narrativa, um dos integrantes da Roda pede que Júlia explique um pouco mais o final do sonho. Ela afirma sentir muita falta de ar e, ao olhar para sua mãe, o ambiente da residência muda para outro lugar indistinguível para ela. Em seguida, percebe ter morrido e escuta alguém falando que a *causa mortis* foi covid. Conforme o processo associativo do grupo, o cenário político “sufocante” é relacionado a um dos sintomas da doença covid-19, que aparece como um quadro de síndrome respiratória aguda, causando falta de ar nas pessoas infectadas. Além disso, o medo de uma morte quase inevitável em tempos pandêmicos também se faz presente.

O sonho de Júlia começa em um ambiente bastante familiar, sua própria casa, e revela um conteúdo muito simples, mas angustiante. Há o estranhamente familiar, o sentimento de infamiliaridade e de incômodo (FREUD, 2021) persistente, mesmo no ambiente de sua própria residência. Para uma estudante de 20 anos, a morte parece pouco provável na linha de vida considerada natural. Entretanto, agora se mostrava como uma realidade tangível e assustadora, causada por um vírus invisível, responsável por produzir esses sentimentos diante da iminência de seus efeitos devastadores.

Esse sonho mostra-se com seu conteúdo manifesto literal: o medo da morte por sufocamento causado pelos sintomas respiratórios. A narrativa onírica expressa a dor da sonhante diante dos desafios do seu tempo histórico e se revela sem fantasia (BIRMAN, 2020a) referente a uma modalidade do sonhar em que há a reprodução *ipsis literis* da realidade apavorante no cenário onírico. Esse aspecto representa a primeira camada de tratamento do sonho concernente à dimensão singular.

O confinamento e a redução do número de espaços possíveis de ser ocupados podem causar a sensação de sufocamento e de falta de ar. A isso se relaciona também a pressão midiática daquele momento, com as disputas de narrativas sobre como proteger a população dos riscos de vida ou de negação da necessidade de tal proteção. A respeito disso, a sonhante comentou que “não há um segundo no qual se possa respirar aliviado”.

Assim, ao considerarmos a segunda camada de tratamento do sonho, os integrantes compartilharam sentimentos comuns vinculados à impossibilidade dos rituais de despedida e o respeito aos mortos, negado por um presidente da república que alegava não passar de uma “gripezinha” (UOL, 2020). O corte abrupto no sonho também foi relacionado à forma de tratamento das mortes nos telejornais, com apenas um breve comentário e/ou um número sendo descrito em um noticiário, um tempo curto demais para falar da morte e para velar os mortos.

Contudo, o momento também era propício para reflexões referentes à terceira camada de tratamento do material onírico. Quem mais estava morrendo em decorrência da pandemia? O vírus era o único determinante ou questões sociais estavam envolvidas? O que nós, como sujeitos em sociedade, podemos fazer para mudar esse cenário? Quais as ações coletivas a ser tomadas para se evitar uma nova pandemia? O encontro não trouxe respostas para todas essas questões, nem era esse o propósito, entretanto, produzir questionamentos foi um primeiro passo a fim de se refletir sobre projetos políticos inovadores, de modo a nos preparar para um futuro capaz de oferecer condições de vida digna a todos. Por consequência de tantas reflexões e indagações, essa experiência de partilha instigou que os outros participantes trouxessem narrativas oníricas envolvendo o tema da morte, como o caso da “Dutra congestionada”, sonho de Eduardo.

SONHO 2 – “DUTRA CONGESTIONADA”

Eu sonhei que eu estava passeando, a gente estava dentro do carro, numa estrada, tipo a Dutra, e ela estava lotada, o trânsito todo parado. E as pessoas começaram a descer do carro e andar, caminhar. E aí, eu, minha mãe e um homem, eu não sei quem é, a gente tava andando juntos e fomos saindo, pegando o retorno, assim pegamos uma saída dessa estrada. E ela ia fazendo a curva e a gente foi indo por ela. E, no meio do caminho, tinha umas poças d'água e havia um homem adulto pulando igual criança nessa poça d'água, espirrando água. Ele estava vestido de uma forma muito bizarra, com um capacete de minerador, aquelas capas de chuva amarela e pé de pato. E ele tava com... é... não sei, uma expressão muito doentia de... de infantilidade, rindo, meio sadicamente enquanto pulava na poça, espirrando água. E estávamos nós três andando de um lado da rua, e eu vi isso, aí eu falei 'eu vou atravessar a rua pra passar um pouco mais longe'. Eu atravessei a rua e fui indo e olhando, para ele, para minha mãe, para saber se ia ficar tudo bem. E aí esse cara foi para cima da minha mãe agressivamente. Eu atravessei a rua de volta correndo para tentar ajudar a minha mãe. E eu sei que ele enfiou algum objeto perfurante na região da barriga

da minha mãe e eu fiquei desesperado para impedir o cara e ele retirou a faca de dentro do corpo da minha mãe e enfiou em mim. E foi essa a última memória do sonho, eu tendo um objeto entrando na minha barriga com tudo e eu travando, ficando sem reação. Esse foi o sonho, desculpa pelo quão agressivo isso pode soar.

Com relação à primeira camada de tratamento do material onírico, Eduardo afirma que teve o sonho no começo da pandemia e revela o seu maior medo: ser esfaqueado, além de se sentir responsabilizado pelos cuidados com sua mãe, tratando-se de combustível associativo usado para a formação do sonho. Ele se culpa por não ter conseguido protegê-la do agressor. Concomitantemente, há uma identificação com o sofrimento da genitora desencadeado pela relação com o padrasto, o qual se omitia do cuidado em relação a ela. Outrossim, existe uma questão edípica, uma vez que o sonhante pode ter assumido a postura de protetor da mãe no lugar do padrasto e acontece, durante a narração, a repetição constante de “minha mãe”, com uma atenção especial dos participantes à possessividade presente no pronome “minha”. Cabe também assinalar a semelhança disso ao modo como apelamos para as nossas mães em momentos de perigo e medo da morte.

Na segunda camada, os processos associativos do grupo apontaram o cenário do sonho como o de um ambiente apocalíptico, como os dos filmes *Ensaio sobre a Cegueira* (2008), *Guerra Mundial Z* (2013) e a série *The Walking Dead* (2010). Nessas obras cinematográficas, apresentam-se personagens sobreviventes de um mundo assolado por uma pandemia, além de representar um alerta para as pessoas abandonarem modos de viver pautados na sociedade do consumo. Imbrizi *et al.* (2021) demonstram a percepção das juventudes sobre a pandemia, vista como uma máquina de moer sonhos por conta dos vários projetos de vida forçadamente interrompidos, sem contar as incertezas quanto ao futuro e a quase impossibilidade de terminar a graduação em uma universidade pública, dados os muitos cortes de recursos direcionados às instituições educativas no atual governo Bolsonaro.

No primeiro longa citado, os personagens são afetados por uma cegueira branca, cuja causa é desconhecida, associada pelos participantes à negação da realidade pandêmica. Nos outros dois, as ruas foram tomadas por mortos-vivos prontos para atacar qualquer um e o tornar um deles. No cenário onírico, como no dos filmes, não só não há escapatória para os poucos sobreviventes como ainda as personagens do sonho são agredidas violentamente por um palhaço vil e cruel.

O palhaço sádico foi interpretado pelo grupo como uma referência ao termo pejorativo dado ao presidente Jair Bolsonaro, Bozo⁶, em referência ao famoso palhaço dos anos 1980. A atitude bizarra e agressiva na narrativa onírica foi associada aos modos como o representante máximo do governo estava lidando com a pandemia, demonstrando desprezo à vida da população. Esse sonho torna explícito como a dimensão social – segunda camada de tratamento – atravessa a subjetividade e produz certo desalento do

⁶ GARCIA, Roosevelt. Todos os Bozos brasileiros: desde 1980, quinze atores já viveram o personagem na programação do sbt. **Veja São Paulo**. São Paulo, 11 set. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/todos-os-bozos-brasileiros/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

sujeito sem ter a quem apelar para se salvar diante das formas de governabilidade marcadas pela necropolítica (MBEMBE, 2011).

No tocante à terceira dimensão de tratamento do sonho, observou-se que há duas tendências conflitantes na forma de lidar com as crises sanitária e humanitária brasileiras. Por um lado, havia uma tentativa de manutenção da produtividade a todo custo, expressando a recusa neurótica em abandonar um estilo de vida reforçado pela máquina de produção capitalista. Por outro, está o reconhecimento de que a situação aflitiva produz a necessidade de construir espaços de pausa com o intuito de permitir o trabalho psíquico de elaboração do luto. Diante disso, é preciso eleger novos hábitos mais cuidadosos, os quais rompem com a onda de insensibilidade estimulada pelo governo bolsonarista (AB'SÁBER, 2021), sem se deixar anestésiar por atividades pautadas na lógica produtivista. Isso possibilita refletir criticamente sobre o contexto histórico e sociopolítico no qual estamos inseridos, ensejando criar estratégias singulares e coletivas de enfrentamento dos desafios advindos da pandemia e das políticas assassinas que dela se aproveitam para se fazer valer.

SONHO 3 - “EXCESSO E ESCASSEZ NO CAPITALISMO TARDIO”

No meu sonho, eu estava num carro com pessoas que eu não conhecia, mas no sonho eles eram meus amigos, eles eram mais velhos do que eu. A gente estava dirigindo pela cidade de Santos, mas estava tudo diferente, as ruas eram de pedra e não tinha nada asfaltado e nem prédios, era totalmente diferente e nos canais as pontes eram de madeira, parecia que estava tudo destruído. Aí eles pararam no único prédio que tinha, ele lembrava um daqueles galpões que ficam na Silva Jardim (bairro da cidade de Santos), mas para o fundo, para o porto, vários desses galpões estão vazios agora. Só tinham dois andares, então eles estacionavam ali, subiram uma escada e no topo tinha uma praça de alimentação e era um contraste gigantesco com o resto da cidade. Era muito iluminado, não tinha nenhuma janela, então você não via o lado de fora, o teto era baixo e era uma praça de alimentação só com comida fast food. A primeira coisa que eu senti quando eu entrei, eu olhei e pensei: “Meu Deus, só tem gente branca aqui” foi a única coisa que eu lembro de pensar na hora.

E aí eles iam almoçar e se direcionavam para outro lugar, e eu não tinha nenhum dinheiro para comprar nada e as pessoas ficavam perguntando “mas você não vai almoçar? Não vai comprar nada? Você vai ficar com fome” e eu me senti enjoada o tempo inteiro porque eles pediam muita comida e era “tipo” opulento, e muito excesso. A decoração era excessiva, a luz era excessiva, a comida era excessiva e tinha muito banner de marca “tipo” Burger King e Mcdonalds de néon, muito chamativo e eu ficava enjoada, eu sentia a sensação do enjoo, eu achei que eu ia acordar e vomitar. E ficavam toda hora me oferecendo comida “eu pago para você, eu compro senão você vai ficar com fome, você não quer comer? Você não está com fome? Você está muito magra” e eu falava “não, não, não” e eu pensava “quem são essas pessoas, afinal, eu não conheço ninguém”. Mas eu não podia ir embora

porque eu precisava do carro como carona para poder ir embora, então eu tinha que ficar com eles e esperar que terminassem de comer para eu ter uma carona de volta, para onde eu não sei. É isso, foi bem estranho, eu acordei com uma sensação forte de enjoo e me sentindo como se tivessem me oferecido muito.

O material onírico revela detalhes do território no qual a sonhante nasceu e cresceu: os bairros próximos ao Porto de Santos, São Paulo, marcados pela presença de muitos galpões e caminhões e pela precariedade de infraestrutura voltada para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Há um contraste com o local onde a sonhante mora atualmente: belo, convidativo e abastado. Ter voltado a frequentar o bairro da sua infância, onde o *campus* da universidade se situa, pode ter servido como inspiração para a tessitura onírica.

No cenário onírico, é possível observar um desses galpões como palco dos acontecimentos da segunda parte do sonho. Para a primeira camada de tratamento, é possível observar a repetição de uma cena em sua trajetória de vida: a preocupação invasiva de seus familiares em relação a ela e ao seu corpo. Isso ocorreu pelo fato de Verônica, desde criança, ser muito magra e, por causa disso, seus parentes constantemente lhe ofereciam todo tipo de comida, mesmo quando ela não sentia fome, produzindo nela uma preocupação excessiva com seu corpo por meio de suas atividades físicas rotineiras. Todavia, devido ao isolamento físico, os exercícios foram pausados, e as lembranças sobre as cobranças na sua infância retornaram. Ela supõe que a sensação de enjoo pode estar vinculada a esse excesso de oferta e imposição de se alimentar.

Por sua vez, na segunda camada, o interior do galpão também é visto pelo grupo como uma referência aos excessos aos quais somos expostos constantemente: os apelos publicitários voltados à alimentação e ao consumo, as luzes inebriantes e enjoativas que impedem o nosso sono tranquilo, ostentando marcas conhecidas de *fast food*, um local análogo a uma praça de alimentação de um *shopping*. O racismo estrutural – revelado por um ambiente ocupado apenas por pessoas brancas – e as desigualdades sociais – presentes na sociedade brasileira, que foram intensificadas durante a pandemia – aparecem em um cenário onírico no qual a sonhante está em um lugar repleto de excessos de toda ordem enquanto ela sabe que há outras pessoas sem a mesma oportunidade, muitas delas, sendo obrigadas a comer osso e a buscar comida no lixo (MESQUITA, 2021).

Por fim, na terceira dimensão de tratamento do sonho, o desamparo e o medo se fizeram evidentes, mas também trouxeram reflexões. Para Krenak (2019) e sua tribo, os sonhos são consultados como uma base de apoio na qual as pessoas se organizam para transformar seus modos de agir com vista ao bem da comunidade. Dessa maneira, na Roda, a narrativa onírica mostrava dois ambientes desiguais – um no qual pessoas, principalmente brancas, usufruíram do excesso e se escondiam em *shoppings* para não ver a realidade; e o outro marcado pela escassez e falta das condições mínimas para sobreviver – que interpelaram os participantes a se sensibilizar com o alerta dos ambientalistas: a devastação do planeta, pois se o modo de produção e consumo não mudar para meios sustentáveis, não será possível acolher as novas gerações em um futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida não é para ser útil. Isso é uma besteira. A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade para ela. A vida é fruição. A vida é uma dança. Só que ela é uma dança cósmica e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária, a uma biografia: alguém nasceu, fez isso, fez aquilo, fundou uma cidade, inventou o fordismo, fez a revolução, fez um foguete, foi para o espaço... tudo isso, gente, é uma historinha tão ridícula! A vida é mais do que tudo isso. [...]. Nós temos de ter coragem de ser radicalmente vivos. E não negociar sobrevivência (KRENAK, 2020a).

A ação de extensão “Roda De Conversa Sobre Sonhos”, além das atividades de ensino e pesquisa, tem contribuído para sustentar o tripé estruturante das universidades públicas brasileiras. Os projetos de extensão, característicos do Instituto Saúde e Sociedade (ISS) do *Campus* Baixada Santista, têm se configurado como um elo de pertença e comunicação com as pessoas que ocupam o território ao redor da universidade, além de contribuir para estabelecer uma comunicação dialógica com o público interno, principalmente estudantes do curso de Psicologia da UNIFESP.

Os universitários aprenderam a conviver em grupo e em formato horizontal de relações, entraram em contato com a “via régia para o inconsciente” (FREUD, 2017), exercitaram um modo de psicologia inventiva e colocaram a produção onírica como parte do cotidiano, não descolada da vida, em suas três dimensões de tratamento apresentadas neste estudo: a singular, a comum e a prospectiva. Assim, a ideia de uma universidade pública reservada apenas para as elites e que produz conhecimentos conceituais descolados da realidade social, como se fosse uma redoma de vidro, foi desconstruída.

O aspecto social e geográfico da covid manifestou-se nos cenários oníricos. A unidade Silva Jardim, onde se localiza o ISS da universidade, ocupa uma parte da cidade longe do *glamour* da orla da praia, e rodeada por prédios precários que servem de residência à população em situação de rua. Há dificuldade de comunicação com essa população, a qual também questiona a universidade como elite dos conhecimentos hermeticamente fechados ao território onde se localiza, aquela que produz saberes aplicáveis imediatamente à realidade e não questionados e revistos por meio do contato com a diversidade dos contextos sociais. Essas dimensões também estiveram presentes nas narrativas oníricas apresentadas. Daí a importância dos nossos sonhos para o encontro com o horror e, no caso, para exercitar e se deparar com a não identificação com um mundo desigual, o estranhamento frente ao terror de estar *sub judice* de um chefe de Estado que é irônico e desrespeita as mortes de brasileiros e brasileiras. Como afirma Reinhart Koselleck (2017, p. 180): “Subjugar-se ao terror no sonho significava resistir fortemente a ele no dia a dia”.

Portanto, retomou-se a proposta psicanalítica que situa o sonho como trabalho psíquico de elaboração de acontecimentos traumáticos aos moldes dos sonhos traumáticos descritos por Freud (2010). Eles não funcionam mais como guardiões do sono em um momento da história da humanidade no qual quase é impossível dormir diante da

pandemia que incita o enfrentamento da angústia frente à nossa finitude escancarada pelas 613.957 mortes de nossos contemporâneos até o momento da escrita deste texto (BRASIL, 2021).

A experiência com o “Grupo de Sonhos” foi significativa para pensar sobre as juventudes inseridas na universidade, em meio a um projeto de construção profissional, atravessadas por uma das maiores tragédias sanitárias, e, especificamente no caso do Brasil, por um governo de extrema-direita, que não agiu de acordo com as orientações da OMS, isentando-se de ações necessárias para proteger a vida da população. O grupo de universitários precisou lidar com os desafios de uma pandemia e foi possível localizar, no material onírico coletado, as temáticas do terror da morte; o racismo estrutural; e o sujeito diante de um mundo apocalíptico e um futuro distópico.

Além da análise dos aspectos singulares, também estabelecemos diálogo com as contribuições de Beradt (2017) e localizamos os possíveis atravessamentos sociais e políticos nos sonhos de universitários, o que permitiu criar um registro histórico da vida psíquica dos participantes da Roda, algo como o feito da jornalista no período de ascensão do nazismo. No nosso caso, fomos um pouco além, pois conseguimos inserir as associações dos sonhantes e os processos associativos grupais de modo a retratar o nosso período histórico por intermédio da apresentação dos elementos presentes nos sonhos de universitários de uma universidade federal no Brasil.

Há de se ressaltar a terceira camada de tratamento do material onírico relacionada ao desafio de localizar elementos reflexivos sobre o futuro da humanidade em sociedade. A proposta da psicanálise, do grupo de partilha dos sonhos e deste artigo, é exatamente a de sonhar com a emergência de um ser humano politicamente atento e, principalmente, crítico quanto a si mesmo e resistente frente aos empuxos consumistas impostos pelos discursos sociais produtores de desejos e subjetividades. Quanto às notícias veiculadas e aos anúncios de mercadorias antes de cada produto cultural consumido, coube a reflexão: quais as forças que servem ao consumo excessivo em sua contraface de escassez oferecida para muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social?

Os sonhos de universitários explicitaram diversas dessas linhas de força que trafegam livremente em nossa sociedade. Por ora, um dos encaminhamentos possível é o de oferecer uma formação crítica aos estudantes, de modo a inspirar resistências contra discursos pautados na racionalidade instrumental do consumo de mercadorias. Há de se desnaturalizar o consumo conspícuo desencadeador de efeitos nefastos para o meio ambiente e para a crise climática do planeta.

Portanto, a construção de trabalhos que voltem o seu olhar para o sonho, em sua multiplicidade de formas de análise, é de grande relevância para promover cuidado em saúde. O sofrimento vivenciado pelos estudantes, apresentados no material onírico e nos processos associativos do grupo, mostra a necessidade de a universidade refletir sobre seu papel no cuidado e na produção de canais de comunicação com seus discentes. Para além da construção de conhecimento e de fomentar uma formação profissional mais sensível aos desafios de seu tempo, como um *campus* voltado à saúde pública, é necessário

analisar em quem as diretrizes e as cobranças de uma produção científica de excelência causam angústias e como promover saúde na e com a comunidade acadêmica.

Os sonhos não cessam, portanto, não podemos deixar de pensar sobre eles e os escutar, com o intuito de produzir conhecimentos, acolher a angústia que se torna visível e construir um futuro inspirado pelos mundos oníricos e não mais marcados pelo consumismo sem medida, pelo desrespeito à dignidade humana e pela devastação da natureza. Cabe, assim, um convite a você, leitor e leitora, para dançar a dança cósmica que nos dá coragem para sermos radicalmente vivos sem negociarmos sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, T. A. M. A morte é festa no Brasil de Bolsonaro. **a terra é redonda**, 29 abril. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-morte-e-festa-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em: 29 de nov. 2022.
- BERADT, C. **Sonhos no Terceiro Reich**: com o que sonhavam os alemães depois da ascensão de Hitler. Tradução de Silvia Bittencourt. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- BIRMAN, J. Do sonho ao pesadelo. *In*: BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a. p. 11-31.
- BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do coronavírus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.
- BRASIL. Coronavírus. **Painel Coronavírus**. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENSAIO Sobre a Cegueira**. Direção de Fernando Meirelles. Produção de Niv Fichman; Andrea Barata Ribeiro; Sonoko Sakai. Música: Marco Antônio Guimarães. 2008. (120 min.), son., color. Legendado. Baseado em: Ensaio sobre a Cegueira, de José Saramago.
- FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. **Obras Completas**. Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FERNANDES, D. **Produção Onírica de Estudantes Universitários em tempos pandêmicos e o cenário político brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Psicologia) – Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. v. 14. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 328-376. Original publicado em 1920.

FREUD, S. **O Incômodo** (Das Unheimliche). Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Blucher, 2021. Original publicado em 1919.

G1. As notícias mais importantes sobre coronavírus de 24 de julho: vacinas podem ter aprovação acelerada, estudo mostra que vírus pode se ‘camuflar’ contra sistema imunológico e OMS alerta Europa sobre risco de ‘ressurgimento’ da Covid-19 em meio à reabertura. **Portal G1**, 24 jul. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/24/as-noticias-mais-importantes-sobre-coronavirus-de-24-de-julho.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

G1. Brasil passa de 85 mil mortes por Covid-19 e tem média de 1.065 por dia na última semana: país conta 85.385 óbitos pela covid-19 e 2.348.200 infectados com coronavírus; 9 estados têm alta de mortes. **Portal G1**, 24 jul. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/24/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-24-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GUERRA Mundial Z. Direção de Marc Forster. 2013. (116 min.), son., color. Legendado. Adaptação de: World War Z: An Oral History of the Zombie War.

HUXLEY, A. L. **Admirável mundo novo**. 22. ed. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

IMBRIZI, J. M. **Arte e sonho**: abordagem psicanalítica nos modos de cuidar das juventudes. Santos: Unifesp, 2020.

IMBRIZI, J. M. *et al.* **Produção Onírica e Arte**: o que sonham juventudes em situação de vulnerabilidade social? Baixada Santista: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

KAËS, R. **A Polifonia do Sonho**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

KOSELLECK, R. Posfácio. *In*: BERADT, C. **Sonhos no Terceiro Reich**: com o que sonhavam os alemães depois da ascensão de Hitler. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

KRENAK, A. Como adiar o fim do mundo. Brasil: O Lugar, 2020a. 1 vídeo (72 min). https://www.youtube.com/watch?v=4NLcCm9bGrs&t=87s&ab_channel=OLugar. Acesso em: 21 nov. 2021.

KRENAK, A. Do sonho e da Terra. *In*: KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019. p. 25.

KRENAK, A.; RIBEIRO, S. **Sonhos para adiar o fim do mundo**. Live em 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2011.

MESQUITA, C. Mercado da miséria: frigoríficos vendem ossos de primeira e de segunda na periferia de Fortaleza: ossadas, pés e pescoços de galinha, vísceras e ovos se tornaram opção de compra de famílias vulneráveis, desempregadas e com a atividade autônoma comprometida durante a pandemia, para o consumo de proteína. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 de out. 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mercado-da-miseria-frigorificos-vendem-ossos-de-primeira-e-de-segunda-na-periferia-de-fortaleza-1.3151320>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NÃO RECOMENDA? 6 vezes que Bolsonaro defendeu uso da cloroquina: presidente diz não ser o responsável por recomendar uso da hidroxicloroquina, mas defende medicamento para tratar Covid-19 desde o início da pandemia e tomou decisões com base na convicção. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 17 jul. de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna_politica,872688/nao-recomenda-6-vezes-que-bolsonaro-defendeu-uso-da-cloroquina.shtml. Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, J. Brasil salta de quinto a segundo país com mais mortos por coronavírus no mundo em duas semanas: com 41.828 óbitos, país ultrapassa Reino Unido. Pesquisadores veem aceleração da doença com reabertura do comércio. Projeção calcula 60.000 mortos até o fim do mês. **El País**, São Paulo, 11 de jun. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-13/brasil-salta-de-quinto-a-segundo-pais-com-mais-mortos-por-coronavirus-no-mundo-em-duas-semanas.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RIBEIRO, S. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016

SEVILLANO, E. G. Aceleração do coronavírus nas Américas provoca críticas sobre gestão da pandemia: especialista aponta falhas na atuação de Brasil e EUA. Na região, Chile e Peru também têm incidências elevadas de casos de covid-19. **El País**, Madri, 12 de jun. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-06-12/aceleracao-do-coronavirus-nas-americas-provoca-criticas-sobre-gestao-da-pandemia.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SOUZA, J.; CAMBI, J.; VIEIRA, L. **Relatoria de cinco encontros da TMRoda de Conversa Sobre Sonhos**" (de 08 de maio até 24 de junho do ano de 2020). Santos: Unifesp, 2020.

THE Walking Dead. Direção de Ernest R. Dickerson; Frank Darabont; Guy Ferland; Gwyneth Horder Payton; Johan Renck; Michelle Maclaren. 2010. (252 min.), son., color. Legendado.

UOL. 'Gripezinha': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 2020. **Portal UOL**, São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO BRASIL

PSYCHIC SUFFERING IN THE CONTEXT OF COVID-19'S HEALTH CRISIS IN BRAZIL

Paulo Dourian Pereira de Carvalho¹
<http://orcid.org/0000-0003-1961-8970>

Maria da Guia Cunha Dantas²
<http://orcid.org/0000-0003-4640-7079>

Ana Paula Felizardo³
<http://orcid.org/0000-0001-6495-4303>

Carlos Botazzo⁴
<http://orcid.org/0000-0002-8646-1769>

RESUMO

A crise sanitária da pandemia da covid-19 produz expressões de sofrimentos no Brasil e no mundo. Desde março de 2020, o país é desafiado pelo patógeno SARS-CoV-2, vírus mutante, potente, pouco conhecido e letal, que já levou a óbito mais de seiscentas mil pessoas e infectou mais de 30 milhões somente em solo brasileiro. Ademais, as consequências ultrapassam o campo da Saúde Coletiva e afetam as dinâmicas econômicas e sociais na contemporaneidade, seja pelas disputas de narrativas entre salvar a economia ou vidas, seja pela maior exposição dos sujeitos em desvantagem social e condições de vida ainda mais precárias. Consequências diretas que se tem percebido como efeito de dois anos de pandemia são o desenvolvimento e o agravamento de quadros do sofrimento psíquico em parte considerável da população. Organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, além de psicólogos e psiquiatras têm considerado esse fenômeno na

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN) e doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). E-mail: paulo.dourian@hotmail.com.

² Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela UFRN. Mestranda em Ciências Sociais na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade. E-mail: guiadantas@gmail.com

³ Bacharel em Direito. Doutoranda em Ciências Sociais, na linha de Pesquisa Complexidade, Cultura e Pensamento Social, pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisadora – Colaboradora do Humanitas - Instituto de Estudos Integrados (UFRN). Ativista social, Fundadora da Ong RESPOSTA- Responsabilidade Social Posta em Prática. Colaboradora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: anapaulafelizardo.ufrn@gmail.com

⁴ Professor Associado Sênior. Departamento de Política, Gestão e Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Email: botazzo@usp.br

condição de uma “epidemia paralela” ao se referirem ao quadro de adoecimento mental que tem se desenhado. Desse modo, consiste em um assunto relevante pela sua influência na perda de qualidade de vida das pessoas e de suas famílias. Por tal razão, este ensaio tem como objetivo analisar como a emergência sanitária influenciou na saúde psíquica da população, com o uso de categorias teóricas desenvolvidas por expoentes do pensamento social contemporâneo, particularmente os conceitos de “Estado de exceção”, de que nos fala Giorgio Agamben; “necropolítica”, explicitado por Achille Mbembe; as noções de “biopolítica” e “controle de corpos”, de Michel Foucault; além das discussões sobre “vidas precárias”, de Judith Butler, entre outras categorias e autores. Além disso, também realizamos breve reflexão sobre a gestão das informações que circulam nas redes sociais durante a pandemia e seus impactos na saúde mental dos brasileiros(as). Os referidos autores e suas teorias, embora distintas, confluem, nesta análise, no sentido de oferecer lastro para o aprofundamento do tema do sofrimento psíquico no contexto pandêmico no Brasil. Entendemos que essa é uma discussão urgente e que precisa ser trazida à baila a fim de que, a partir do debate científico e político, possamos encontrar alternativas que nos ajudem a diminuir os efeitos nocivos da epidemia na produção de subjetividades na sociedade brasileira.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; covid-19; pandemia; Brasil.

ABSTRACT

The health crisis of the covid-19 pandemic produces expressions of suffering in Brazil and in the world. Since March 2020, the country has been challenged by the pathogen SARS-CoV-2, a mutated, potent, little-known and lethal virus that has already killed more than 600,000 people and infected more than 30 million people on Brazilian soil alone. Furthermore, the consequences go beyond the field of Collective Health and affect the economic and social dynamics in contemporary times, whether due to narrative disputes between saving the economy or lives, or due to the greater exposure of subjects at social disadvantage and even more precarious living conditions. Direct consequences that have been perceived as an effect of two years of pandemic are the development and worsening of psychological suffering, which are present in a considerable part of the population. International organizations such as the World Health Organization (WHO), in addition to psychologists and psychiatrists, have considered this phenomenon as a “parallel epidemic” when referring to the picture of mental illness that has emerged. Thus, it is a relevant subject due to its influence on the loss of quality of life for people and their families. For this reason, this essay aims to analyze how the health emergency influenced the population’s mental health, using theoretical categories developed by exponents of contemporary social thought, particularly the concepts of “State of exception” mentioned by Giorgio Agamben, the “necropolitics” explained by Achille Mbembe, the notions of

“biopolitics” and “control of bodies” by Michel Foucault, in addition to the discussions about “precarious lives” by Judith Butler, among other categories and authors. In addition, we also made a brief reflection on the management of information that circulates on social networks during the pandemic and its impacts on the mental health of Brazilians. The aforementioned authors and their theories, although distinct, converge, in this analysis, in the sense of offering ballast for the deepening of the theme of mental suffering in the pandemic context in Brazil. We understand that this is an urgent discussion that needs to be brought up so that, based on the scientific and political debate, we can find alternatives that help us to reduce the harmful effects of the epidemic on the production of subjectivities in Brazilian society.

Keywords: Mental suffering. Covid-19. Pandemic. Brazil.

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo principal tecer uma reflexão sobre o sofrimento psíquico relacionado à pandemia do coronavírus no Brasil. Sabemos que os primeiros casos de contágio pelo SARS-CoV-2 (covid-19) foram identificados em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, tendo se espalhado por todo o mundo nos meses que se seguiram. Desde então, uma série de transformações tem sido desencadeada pelo contexto da crise sanitária da covid-19, em nível global. Um dos efeitos mais drásticos na vida das pessoas diz respeito ao aumento dos índices de adoecimento psíquico.

Pesquisa recente aponta que o bem-estar e a saúde mental de 53% dos brasileiros piorou nos últimos 12 meses, ou seja, desde o início da pandemia no país, em março de 2020 até março de 2021. A mesma pesquisa foi desenvolvida em um total de 30 países e o Brasil só fica abaixo dos índices registrados em quatro outros países, quais sejam: Itália (54%), Hungria (56%), Chile (56%) e Turquia (61%). Casos de ansiedade, insônia e depressão foram os aspectos mais relatados pelos 2 mil entrevistados brasileiros, como consequência das alterações em suas rotinas causadas pela pandemia (SIMECS, 2021)

Especialistas em saúde mental, como psicólogos e psiquiatras, além de importantes órgãos sanitários, como a Organização Mundial da Saúde, chegaram a mencionar uma “epidemia paralela” à da covid-19, que se caracteriza pelo aumento percebido do sofrimento psicológico e dos transtornos mentais no Brasil. Embora ainda não haja estudos suficientes capazes de mensurar a exata alteração desses índices, a literatura científica tem chamado a atenção para os impactos da epidemia do coronavírus na saúde mental e emocional dos(as) brasileiros(as). Embora, certamente, esse seja um problema social que possa ser identificado em escala global.

De acordo com o Ministério da Saúde, o crescimento das enfermidades psíquicas possui múltiplas causas, desde questões de ordem subjetiva a implicações decorrentes da esfera social. Válida a transcrição:

O aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia pode ocorrer por diversas causas. Dentre elas, pode-se destacar a ação direta do vírus da Covid-19 no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas, na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamento por dificuldades de acesso. [...] Esses cenários não são independentes. Ou seja, uma pessoa pode ter sido exposta a várias destas situações ao mesmo tempo, o que eleva o risco para desenvolver ou para agravar transtornos mentais já existentes (BRASIL, 2020)⁵.

Ademais, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) alertou que a pandemia da covid-19 exacerbou os fatores de risco associados a comportamentos suicidas com base em estudos que demonstram que a pandemia ampliou os episódios relacionados ao suicídio, como perda de emprego ou econômica, trauma ou abuso, transtornos mentais e barreiras ao acesso à saúde. Cerca de 50% das pessoas que participaram de uma pesquisa do Fórum Econômico Mundial no Chile, Brasil, Peru e Canadá, um ano após o início da pandemia, relataram que sua saúde mental havia piorado.

Trata-se de um tema complexo. Nesse sentido, lançando mão de categorias teóricas desenvolvidas por grandes nomes do pensamento social contemporâneo, como o conceito de “Estado de exceção”, de que nos fala Giorgio Agamben; “necropolítica”, explicitado por Achille Mbembe; noções de “biopolítica” e “controle de corpos”, de Michel Foucault; além das discussões sobre “vidas precárias”, de Judith Butler, entre outros autores, pretendemos aprofundar a reflexão sobre o tema do sofrimento psíquico no contexto pandêmico no Brasil. Também achamos pertinente uma breve reflexão sobre a gestão das informações que circularam nas redes durante a pandemia e os seus impactos na saúde mental dos brasileiros(as), uma vez que é também um importante fator capaz de desencadear sofrimentos psíquicos.

A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Em 1947, foi publicado *A Peste*, do escritor franco-argelino Albert Camus (1913-1960). Desde a pandemia da covid-19, esse livro tem ganhado os holofotes e a atenção do público leitor em diversos países, sobretudo na Europa. Essa obra atemporal é uma ficção que retrata um quadro desesperador de uma cidade ao norte da Argélia, chamada Oran, no contexto da década de 1940, que passa por uma grave epidemia responsável por causar uma verdadeira devastação na cidade. No romance, o caos desencadeado pela doença, além de afetar profundamente a saúde física da população, fez com que se manifestasse e se agravasse uma série de problemas psíquicos, emoções perturbadoras, isto é, o sofrimento psíquico das pessoas se tornou uma consequência fundamental na cidade de Oran. Saindo um pouco da realidade ficcional, algo semelhante tem ocorrido no Brasil.

⁵ Fonte disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 12/02/2022.

Em solo brasileiro, a crise sanitária, que em breve completará dois anos, mobiliza sentimentos de medo, angústia e ansiedade potencializados pelo isolamento social somado à visão negativa de futuro. Esses fatores agem como gatilhos para estados mentais de preocupação, ansiedade, insônia, tristeza, melancolia, pânico, visão negativa de futuro, além do exaustivo custo emocional mobilizado diariamente para assegurar autoproteção, para fazer frente aos perigos de contágio, resultando em privação afetiva, de convívios e sociabilidades. Tudo isso soma-se ao *stress* produzido pela dificuldade de manutenção do pacto de saúde coletiva, representado pela política de vacinação, uma vez que parte da população aderiu às ideias negacionistas, influenciadas pelas *Fake News*, produzindo efeitos deletérios que subestimam o perigo representado pelo vírus e desprezam os inegáveis benefícios da imunização para salvar vidas.

Em *Uma ofegante epidemia - reflexões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da covid-19 no Brasil*, texto que integra coletânea sobre trabalho infantil e pandemia, Ana Paula Felizardo faz um apanhado das afetações emocionais que marcarão o cotidiano durante os primeiros momentos das ondas de contágio pelo coronavírus. Afirma a autora que o medo de adoecimento do corpo; o perigo da morte e da perda das pessoas amadas; o recolhimento bem ou mal assimilado; o luto; a distância dos afetos dos que padecem em leitos hospitalares ou sem assistência médica adequada; a redução do poder aquisitivo com a economia oscilante; até a cerimônia do adeus com velórios curtos, breves, rápidos, cujos rituais espirituais ocorrem por meio de transmissão nas redes sociais, são produtoras de mais sofrimentos psíquicos.

Nesse cenário, a vigilância contínua com a higienização é acompanhada dos novos usos do corpo. O cotovelo se apresenta como o local ideal para o espirro, a boca para a máscara e as mãos para a limpeza. Na quarentena, os abraços são proibidos, o uso da máscara é o mais novo símbolo de responsabilidade social e dos bons costumes. A falta do seu uso passou a ser considerada como uma grave transgressão, sinal de descuido consigo e com o outro. Os beijos que compunham as cenas eróticas foram substituídos por “sexo sim, beijo não”. Várias empresas funerárias oferecem a possibilidade de o internauta acender uma vela virtual nas cerimônias dos velórios e deixar uma mensagem de condolências. As circunstâncias do isolamento social afetaram as formas de cumprimentos, as práticas amorosas dos amantes e as despedidas dos que morrem. Viver, amar e morrer ficaram diferentes. Os espaços e os cotidianos foram reinventados.

Ela complementa que a cartografia de uma parte das residências passou a acomodar atividades laborais; convívio em tempo integral com as crianças; limpezas de produtos e superfícies; atividades de lazer, exercícios físicos, práticas meditativas, terapias, consultas, aulas, convívio familiar e de amizades, tudo a distância, com a mediação de dispositivos eletrônicos. As zonas de fronteiras que separavam a dinâmica pessoal e profissional ficaram ainda mais diluídas, potencializando o cansaço (FELIZARDO, 2020).

Tecidas tais considerações, convém ressaltar que a filósofa Judith Butler, em *Vida Precária – Os poderes do luto e da violência*, interroga “quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?”.

Para Butler (2011 p. 40), somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade social dos nossos corpos.

No Brasil, vários são os estados de morte que militam desfavoravelmente para a afirmação da vida e que potencializa a vulnerabilidade desigual dos corpos, especialmente para a parcela da população que está mais exposta aos efeitos da brutalidade da crise social e econômica que afeta notadamente os doze milhões de desempregados, somado ao fenômeno da precarização do trabalho, do enfraquecimento das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no país. Na compreensão de Butler, “se uma vida não é digna de luto, ela não é bem uma vida; ela não se qualifica como uma vida e não é digna de nota” (BUTLER, 2011, p. 55). Para a autora, o sentimento de luto é precedido do reconhecimento público, essa é a condição que ensejará que a sua morte seja pranteada publicamente. Butler afirma que, “se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que já foram negadas” (BUTLER, 2011, p. 54). Assevera a autora que, “as vidas que não são passíveis de luto continuam a viver, teimosamente, no estado de morte” (BUTLER, 2011, p. 54).

Assim, a distribuição desigual do luto e das próprias condições de assegurar a manutenção da vida precipitam profundos sofrimentos psíquicos como consequência do desamparo estatal, isto é, da ausência de políticas públicas, da exaustão a que o modo de produção capitalista expõe a classe trabalhadora e da escassez de condições para a assegurar a sobrevivência, além disso, lidar com o *stress* do cotidiano são fatores que comprometem os indicadores sistêmicos de saúde e de bem-estar, expondo cada vez mais as pessoas a estados emocionais adoecidos. No Brasil, o que tem se verificado, no que se refere à saúde mental de amplos grupos sociais, parece confirmar essa relação direta entre a pandemia e o agravamento do sofrimento psíquico. Diante de tantas incertezas trazidas pelo vírus que tem ceifado e precarizado ainda mais a vida de tantas pessoas, é sabido que o medo em relação ao futuro se torna uma emoção muito presente. Não é fácil ler ou ouvir notícias e saber que existe uma doença descontrolada que possui um elevado nível de letalidade e que pode a qualquer momento nos infectar, tirar as nossas vidas, a vida dos nossos amigos e amigas, dos nossos familiares. Essa apreensão por si só já traz, para a maioria de nós, sentimentos de ansiedade, desamparo e finitude, uma vez que notamos que nada está sob nosso controle direto.

Além disso, temos algumas peculiaridades no contexto pandêmico brasileiro que tornam a situação ainda mais desesperadora, uma vez que somos governados por políticos que desde o início da pandemia até o final do ano de 2022 agiram de modo extremamente irresponsável desde o início da emergência sanitária, adotando posturas contrárias aos principais órgãos de saúde do mundo, indo de encontro ao que dizem os institutos de pesquisa, as universidades e as autoridades médicas. A socióloga Sandra Caponi (2020) afirma que o governo brasileiro atenta contra a vida ao estimular aglomerações em igrejas, negar-se a impor a quarentena das pessoas que chegam aos aeroportos vindo de países afetados pela pandemia, ao desrespeitar prefeitos e governadores que estão se esforçando para manter o isolamento e o distanciamento social. Por sua vez, a professora e

pesquisadora da Unifesp-Unicamp, Isabel Carvalho (2020) aponta que o governo tem adotado a promoção de medicamentos à revelia dos estudos científicos, isto é, tem feito a defesa de remédios de baixa eficiência e com altos riscos de efeitos colaterais.

Um estudo oriundo do “Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil”, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em parceria com a Organização Não Governamental Conectas Direitos Humanos, concluiu que o governo federal “optou por favorecer a livre circulação do novo coronavírus, sob o pretexto de que a infecção naturalmente induziria à imunidade dos indivíduos” (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 27). Essa retórica foi atestada pelo Presidente da República que, em 17/03/2020, declarou em entrevista à rádio Tupi: “o que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos”, declarou Bolsonaro⁶. Esse estudo foi elaborado no âmbito do projeto intitulado “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19”, publicado pela primeira vez em janeiro de 2021 e que serviu como base de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, em funcionamento de abril a outubro de 2021 (VENTURA *et al.*, 2021).

No Brasil, o governo federal adotou uma postura que tem sido chamada de “negacionista”. O pesquisador Jean Miguel afirma:

O modo como a pandemia da COVID-19 tem sido tratado pelo presidente Bolsonaro e grupos bolsonaristas é um exemplo claro de como a ignorância é produzida e difundida culturalmente. Ignorância produzida frente ao farto número de informações apresentadas pela comunidade científica, pelos dados compartilhados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e aplicados pelo Ministério da Saúde brasileiro. No contexto da pandemia, dois principais fatos insistem em ser negados e, por fim, ignorados: a gravidade da pandemia e a efetividade do isolamento social. Isso já basta para que se ignore a realidade da pandemia por completo, dando-se espaço para teorias conspiratórias e inúmeras fake news disseminadas pelas redes sociais e grupos de whatsapp bolsonaristas. [...] (MIGUEL, 2020, p. 98-101).

Em síntese, a partir dos dois aspectos anteriormente mencionados, percebemos que a produção da ignorância em torno da COVID-19, agenciada por redes bolsonaristas, é operada segundo meios digitais e práticas específicas que podem ser identificadas como formas de anulação da complexidade e da possibilidade de verificação dos fatos. Portanto, comporta-se como um sistema de produção da ignorância, que se alimenta de uma cosmovisão compartilhada na qual a ciência é vista como produtora de um conteúdo contaminado ou, simplesmente, entendida como “ideologia” propagada pela esquerda (MIGUEL, 2020, p. 101).

Com essa constatação de Jean Miguel estão de acordo Araújo e Pereira (2021), quando afirmam:

Decidir pela vida é uma obrigação ética fundamental. Lamentavelmente não foi a decisão lógica desde o início. O desgoverno do presidente foi contra a gravidade do vírus, banalizou a ciência, opôs-se às orientações básicas de combate ao vírus e, além de dificultar a aquisição de vacinas, menosprezou-as. Bolsonaro segue seu governo necrótico. O negacionismo da pandemia

⁶ Ver: <https://aduenf.org.br/governo-incompetente-ou-genocidio-de-estado/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

do novo coronavírus associado à falta de compromisso com a vida tece a necropolítica ou necropoder (política da morte, poder de morte). O contexto é demarcado por parâmetros em que a submissão da vida em função da morte foi legitimada. Bolsonaro classificou a pandemia de «gripezinha» e insultou os comprometidos com as orientações da ciência chamando-os de «maricas» (ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p. 78).

Fica explicitado, desse modo, que o governo federal brasileiro tende a negar não somente a gravidade do vírus mas também todas as consequências nefastas que ele tem trazido para centenas de milhares de pessoas. Os números jamais serão capazes de exprimir afetos, sentimentos de dor, saudade e incapacidade que nos consome a alma. A frieza estatística esconde os rostos daqueles que se foram: homens, mulheres, jovens, crianças, idosos(as). As perdas são incontáveis e fazem crescer os vazios deixados nos corações dos familiares e amigos que tiveram seus entes queridos levados pelo vírus. Vivemos um luto imensurável. O medo é somente um dos tantos afetos desencadeados pela pandemia.

Giorgio Agamben (2015a) usa um conceito muito caro para as nossas reflexões sobre o contexto pandêmico brasileiro. O filósofo refere-se à constituição de uma “vida nua”, isto é, de uma vida “matável”, despossuída de valor, de dignidade, algo que se aproxima das discussões de Butler sobre a precarização da vida. Uma vida assim é construída de modo a poder ser controlada, exposta, descartada e eliminada pelo Poder Soberano que controla corpos e gere a vida das pessoas, geralmente definindo determinadas vidas como submissas, menos importantes e que, por isso, não merecem a garantia de direitos. Essas “vidas nuas” podem ser tiradas sem que o culpado seja punido, mesmo que seja o Estado.

No Brasil, diante do caos que se instala e de um governo que manifestamente adota postura de desprezo em relação à vida, não é difícil perceber a proliferação de “vidas nuas”, sobretudo pelo fato de sabermos que a pandemia não atinge igualmente os grupos sociais. Existem aqueles que sofrem muito mais as consequências da crise, como os mais pobres, as mulheres, as populações negras e indígenas. Trata-se de segmentos sociais que não têm recebido do Estado brasileiro a atenção devida, ficando, muitas vezes, propensos à morte certa. Morte que pode se dar pela ação do vírus, mas também pela fome, pelas péssimas condições sanitárias, de saúde, de emprego e de renda.

No contexto de pandemia, o Brasil parece se aproximar de um “Estado de exceção”, em que se evidencia a proliferação de uma gestão política empenhada em pôr fim a determinados grupos por meio de uma administração conivente ou mesmo agente de extermínios dos grupos considerados indesejáveis, atuando, portanto, como aliado do patógeno. Agamben (2015b) analisa esse tipo de Estado que abandona os seres vivos à própria sorte, sem qualquer tipo de amparo ou empatia, em que se percebe a exacerbação do sentimento de indiferença e total desrespeito com a vida humana.

As vidas perdidas não são valorizadas, mas não é só isso. Na pandemia no Brasil, o choque, o sofrimento mental também não costuma ser reconhecido pelo governo como um importante e legítimo problema de saúde pública. Assim, não bastassem as grandes preocupações e consequências negativas trazidas pelo vírus, ainda precisamos lidar com as ansiedades geradas por um governo que não tem compromisso com a saúde do

povo, pelo contrário, está afinado com os interesses do grande capital. Nas palavras de David Harvey (2016), esse governo é responsável por sustentar uma sociedade em que predominam a barbárie e a selvageria marcadas pela competição e pela desumanização da vida, tendo como pano de fundo a naturalização da violência, da espoliação, a traição, o roubo, a fraude, entre outros fatores, como nos mostra a história do colonialismo nas Américas e na África.

Harvey (2016), ao apresentar algumas das contradições do capitalismo, deixa bem evidente que se trata de um sistema político e econômico doente, que produz desigualdades crônicas e que se vale da exploração dos mais pobres, da mão de obra que, geralmente, é oprimida e vilipendiada em seus direitos mais básicos. Parece ser autoevidente pensar que um sistema doente gera adoecimentos na população, precarização e sofrimento psíquico. A pandemia da covid-19 – particularmente em um país marcado pela selvageria do capitalismo, onde o desespero pela manutenção da sobrevivência, fruto da forte concentração de renda e injusta distribuição de oportunidades já faz parte do cotidiano do povo – parece exacerbar as tensões. Nesse sentido, o autor fala enfaticamente da naturalização das desigualdades no capitalismo que faz com que alguns indivíduos sejam favorecidos em detrimento de outros. Esses “outros” desfavorecidos podem passar as mais terríveis dificuldades, privações, opressões e explorações que nascem da apropriação da força de trabalho nos regimes de escravidão, servidão e até tráfico de pessoas, são ainda conduzidos a uma condição de alienação, sem qualquer domínio sobre o próprio trabalho. Isso por si só já é aflitivo e adoecedor.

O que percebemos é um verdadeiro barril de pólvora. Trata-se de um vírus descontrolado e extremamente letal, em um país com um governo irresponsável e, como muitos dizem, genocida, com regime historicamente desigual fundado nos elevados ganhos do capital que naturaliza a barbárie, a desumanização, o egoísmo e tudo o que há de mais perverso. Os trabalhadores historicamente perdem seus empregos. No Brasil, também perdem a vida, pois suas existências parecem não importar para os governantes. O Estado não é só conivente com as relações de dominação mas também um facilitador, agindo em comunhão de esforços com grandes empresários, em suma, com as classes mais abastadas.

Em nosso país, vigora o que Achille Mbembe (2018) chama de “necropolítica”, que manifesta mais que a capacidade de o poder soberano dizer quem deve morrer e quem deve viver, configurando uma política que incita a morte de determinados corpos e populações tidas como indesejáveis. Quando o Estado brasileiro age de modo manifestamente omissivo em criar mecanismos de proteção que resguardem os direitos e a vida dos grupos mais vulneráveis, é a necropolítica que está em ação. É possível notar o uso de tecnologias específicas para matar, isto é, todo um aparato, por vezes até mesmo burocrático, que executa uma política de extermínio (MBEMBE, 2018).

Mbembe (2018) argumenta que essas relações de opressão são históricas e remontam ao período escravocrata. O escravo era tido como um instrumento de trabalho, tinha um preço, vivia em um mundo de horrores. O poder sobre a vida do outro assumia uma forma

de comércio em que a humanidade do sujeito escravizado era completamente dissolvida. Assim, humanos eram coisificados, tinham suas existências diminuídas e alienadas.

Cabe destacar que esse passado horrendo ainda continua vivo. Mbembe (2018) aponta que as tecnologias de poder que instauram a violência e, por que não dizer, a loucura e o sofrimento psíquico que nascem no bojo do sistema capitalista, tiveram continuidade no tempo, ganharam novas roupagens, mas ainda são letais e seguem rasgando corpos, minando a dignidade de populações, segregando vidas por intermédio de vigilâncias, separações e reclusões.

O autor aponta que a necropolítica e o necropoder são mecanismos usados com o objetivo de provocar a máxima destruição de pessoas e criar mundos de morte, em que várias populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos vivos (MBEMBE, 2018). Esse cenário aterrador certamente exacerba o sofrimento psíquico dos grupos mais vulneráveis, sobretudo aqueles atravessados por marcadores sociais da diferença que lhes que lançam aos “não lugares”, às margens, à precarização que tende a ser naturalizada pelo silenciamento histórico de narrativas subalternizadas. Em um contexto de pandemia, tal como este que estamos vivendo, essas construções sociais assumem feições cada vez mais preocupantes. Leva-nos a pensar que algumas vidas serão abandonadas.

Ademais, o filósofo Paul Preciado (2020), em *Aprendendo com o vírus*, aponta que “o que estará no centro do debate durante e após esta crise é quais serão as vidas que estaremos dispostos a salvar e quais serão sacrificadas”. O autor recupera que “o mais importante que aprendemos com Foucault é que o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política. *Il n’y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps* (não existe uma política que não seja uma política dos corpos)” (PRECIADO, 2020). O corpo é o território político que está em permanente disputa, em um campo de tensões constantes. Para ele, “todo o trabalho de Foucault poderia ser entendido como uma análise histórica das diferentes técnicas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações” (PRECIADO, 2020).

A “política de controle de corpos” sobre a qual fala Foucault (1988) demonstra com nitidez o poder exercido sobre o sujeito, com todas as técnicas e tecnologias de assujeitamento dos indivíduos, muitas vezes, de modo repressivo e violento. Isso se deu no passado, mas também se dá no presente. Foucault (1988, p. 40) explica:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar;

tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo.

A biopolítica é esse controle minucioso e insidioso sobre o corpo e sobre a vida que permite a construção de corpos dóceis, isto é, passíveis à dominação e ao jugo de outrem. Esse é um tipo de dominação que envolve a conformação de condutas de não questionamento, muito importantes no capitalismo, que necessitam de corpos disponíveis para o trabalho. Isso permite a manutenção das relações de produção, com a utilização de diversas tecnologias de poder e assujeitamento. Tais relações, que têm como base a opressão, são fatores históricos importantes de sofrimento psíquico. O corpo controlado equivale ao “ser” domado, impossibilitado de liberdade, de desenvoltura, de expressão, de uma vida plena. Foucault (1988, p. 133) diz que:

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.

Foucault fala de um poder intenso sobre a vida que redundava em controle de corpos, no gerenciamento dos processos vitais a partir de tecnologias que domesticam o viver. Isso revela a face de uma sociedade de controle, disciplinar, que busca a todo custo normalizar a vida social, configurando uma biopolítica ou o que conhecemos como “poder sobre a vida”. Esse fator nos induz a pensar sobre ansiedades e medos que essa vigilância gera nos sujeitos, refletindo em mais sofrimento psíquico. Além disso, vivemos em uma sociedade na qual as tecnologias de informação têm ganhado cada vez mais poder sobre as nossas vidas.

Quando não estamos sendo vigiados, estamos sendo expostos a uma série de informações que invade o nosso dia a dia. O que nos é mostrado diariamente, muitas vezes, sem a nossa exposição, pode se configurar como mecanismos de controle, sendo também responsáveis por gerar adoecimentos. A permanente exposição dos sujeitos aos dispositivos eletrônicos e aos conteúdos dos noticiários televisivos – que realizam a cobertura jornalística da pandemia, são relevantes como exercício ao direito à informação, mas os sentimentos daí decorrentes comprometem a promoção da saúde mental tendo em vista a natureza dos dados que são expostos diariamente no contexto da *infomedia* – potencializa as sensações de medo, impotência e vulnerabilidade.

A INFORMAÇÃO SOB HOLOFOTE

O site Internet Live Stats mostra que, a cada segundo, o mundo produz e compartilha na web 3,1 milhões de e-mails, 9.870 posts no Twitter, 1.137 fotos no Instagram, 6.544 chamadas no Skype, 99.578 pesquisas no Google e 94.052 visualizações no Youtube. Os números impressionam e, ao mesmo tempo, põem em alerta autoridades e especialistas já que, nesse diapasão, é necessário dar foco à quantidade de informações inverossímeis da Era das *fake news* somada à ameaça viral ainda potente, uma ciência em constante atualização e um Governo Central que, em vez de assumir papel protagonista no apoio e esclarecimento da população, tem sido porta-voz de narrativas obscurantistas e inquietantes quanto ao acompanhamento da covid-19, tal como discutimos anteriormente.

No Brasil, somos 152 milhões de usuários de internet (ou 81% da população com 10 anos ou mais), segundo estimativa da pesquisa “TIC Domicílios 2020” (Edição COVID-19 – Metodologia Adaptada), promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br). Isso quer dizer que as informações, ao contrário de 1918, quando ocorreu a gripe espanhola, alastram-se de forma retumbante, a começar pelos modelos de comunicação e de locomoção que eram absolutamente diferentes há um século. Hoje, cruzamos o mundo de avião em poucas horas e a tecnologia nos permite que se alastrem informações planeta afora instantaneamente.

Desde março de 2020, quando se assentou em solo brasileiro a pandemia da covid-19, a população brasileira vive uma cruzada sem precedentes. Para além das trapalhadas do governo brasileiro, que debulha narrativas nocivas pondo em desalento uma nação inteira, a carga pesada de *fake news*, alimentada por uma enxurrada de vídeos, textos, gráficos, ilustrações e áudios, dificultaram, e ainda dificultam, o entendimento das orientações e geram insegurança nas pessoas quanto ao *modus operandi* a seguir. No caso do Brasil, a avalanche de informações carregadas de um impressionante negacionismo da pandemia, cujo principal porta-voz era o próprio presidente da República, ganhava dia após dia um aliado de peso: a propaganda oficial do Governo Federal.

Como mostra o relatório de lavra dos Professores(as) da Universidade de São Paulo, Deisy Ventura, Fernando Aith e Rossana Reis, encaminhado à CPI da Covid no Senado Federal, a própria Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo Federal chegou a divulgar, via internet, a campanha publicitária “O Brasil não pode parar”, vídeo cujo texto dizia que “no mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos” – e ainda incitava a população à desobediência das medidas quarentenárias: “Para trabalhadores autônomos, o Brasil não pode parar. Para ambulantes, engenheiros, feirantes, arquitetos, pedreiros, advogados, professores particulares e prestadores de serviço em geral, o Brasil não pode parar” (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 42). O relatório destaca que a propaganda só não foi parar nas grandes redes de televisão e rádio, paga com recursos públicos, porque o Ministério Público Federal pediu a suspensão da propaganda ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu por vetar a produção e a circulação do material.

Não à toa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a situação já no início da pandemia, como uma infodemia – ou excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. Diante de tantas e confusas narrativas, é natural que, em se tratando literalmente de sobrevivência humana, o estado mental dê os primeiros sinais de arrefecimento. Daí o papel imperativo da grande mídia, sobretudo os meios televisivo e de rádio, para informação fiel dos fatos e para tranquilizar os cidadãos. A mídia institucional também deveria cumprir um papel fundamental de informação/orientação. Mas o que se viu foi uma guerra de posicionamentos, sobretudo entre União e Estados, quanto a seguir ou não a ciência, a flexibilizar ou não as medidas restritivas em pleno furor do vírus. Houve uma miscelânea que deixou famílias inteiras vítimas do que muitos têm chamado de genocídio.

Dito isso, é de suma importância assinalar o papel da imprensa profissional. Ademais, ressaltar que, embora as mídias digitais tenham um alcance cada vez maior, há rincões em países como o Brasil onde as pessoas ainda dependem dos aparelhos televisivos e radiofônicos para se informar sobre o mundo lá fora. Um estudo realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) confirmou a influência da televisão na vida da maioria dos brasileiros. Quando os entrevistadores perguntaram em quais meios de comunicação as pessoas viram ou ouviram notícias sobre as vacinas da covid-19, 82% disseram “na televisão”, daí a relevância sumária desse veículo de comunicação.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1997) chamou a atenção para que o jornalismo, com foco na televisão, pudesse contribuir com ferramentas ou estratégias para todos os que, como profissionais da imagem, lutam para que o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica. O que Bourdieu diz com isso é que a área de comunicação vive sob a pressão do campo econômico a partir de uma realidade na qual a TV (e os demais meios também), por exemplo, continua a se submeter: o índice de audiência. Ela, a audiência (e, portanto, o anunciante), dita as regras, doa a quem doer – e não a notícia.

Bourdieu (1997, p. 62) enfatiza que “é através dos índices de audiência que a lógica comercial se impõe [...]”. Na TV, acrescenta o autor, essa lógica é levada ao máximo, já que os índices de audiência podem ser medidos com a possibilidade, inclusive, de se verificar as variações por grandes categorias sociais. No caso em discussão, em que pese o posicionamento da quase totalidade da grande mídia brasileira de apoio à ciência e às medidas de controle pandêmico – além das investidas diárias nos noticiários no sentido de desmascarar Jair Bolsonaro e seu negacionismo, de desnudar as declarações jocosas e desrespeitosas do presidente e explicitar a condução tacanha do processo por parte de quem deveria conduzi-lo com responsabilidade –, o foco da imprensa como um todo, seja ela da seara comercial ou alternativa, continuava sendo a audiência. Para isso, o peso dado ao sensacionalismo midiático se manteve firme, apesar das circunstâncias.

Não foi fácil para ninguém: o medo do contágio, a solidão da clausura, o caos exteriorizado sem meias palavras nas capas da mídia impressa e sem cortes nas telas de TV

e nos celulares. A paranoia coletiva tomou conta. Não foi para menos. Bourdieu (1997) insiste que, com a televisão – e isso se enquadra a outros meios de comunicação também –, teoricamente é possível atingir todo mundo. É preciso saber usá-la. Ele lança o desafio sobre como deveria ser o interesse ideal da pauta jornalística: “o que tenho a dizer está destinado a atingir todo mundo? Estou disposto a fazer de modo que meu discurso, por sua forma, possa ser entendido por todo mundo?”. Ele provoca não só os jornalistas mas também os entrevistados, e lembra que há uma missão dos pesquisadores, dos cientistas em particular – e talvez ela seja particularmente urgente no que se refere às ciências da sociedade – que é restituir a todos as contribuições à humanidade. Para isso, o aparato jornalístico deve centrar foco no que é relevante e não no que é mais rentável.

Uma emissora de TV, cujo alcance bate à casa dos 212,1 milhões de brasileiros (5), dedicou um semestre inteiro de 2020 ao acompanhamento em detalhes dos infortúnios de dentro dos hospitais, de famílias despedaçadas pela morte de entes queridos, de duelo político de governadores, quase que integralmente em defesa da ciência, e de um presidente da República, como já mencionado, negacionista. Para tornar o contexto ainda mais dramático, uma eleição municipal no segundo semestre de 2020 trouxe ainda mais confusão no campo da comunicação. Era a guerra de narrativas Brasil afora. No subterrâneo de vidas humanas, avançava o processo das chamadas “doenças da alma”, a intensificação do sofrimento psíquico.

Em suas “notas sobre a pandemia”, o historiador Yuval Noah Harari lembra que tanto a incidência quanto o impacto das pandemias decresceram dramaticamente desde a idade da pedra. Diz o autor:

Isso porque a melhor defesa que os humanos têm contra os patógenos não é o isolamento, mas a informação. A humanidade tem vencido a guerra contra as epidemias porque, na corrida armamentista entre patógenos e médicos, os patógenos dependem de mutações cegas, ao passo que os médicos se apoiam na análise científica da informação (HARARI, 2020, p. 15).

Harari (2020, p. 37) fala da informação capitaneada pela ciência, mas não só dela, ele diz que “é preciso confiar nas autoridades e na mídia”. Certamente, a confiança que ele fala tem a ver com autoridades conscientes de um desafio que provoca uma pandemia e de uma base informacional séria e com fontes checadas e idôneas. Uma gestão responsável dessas informações, tendo como foco central a saúde emocional da população, sem dúvidas, é capaz de mitigar muitos dos efeitos nocivos da pandemia. Os esforços no sentido do compartilhamento de informações úteis à saúde coletiva, visando estimular emoções positivas diante de um contexto de crise, é um grande desafio para uma sociedade com tanta tecnologia e conteúdo em circulação, mas que, muitas vezes, faz uma gestão completamente irresponsável dos dados, contribuindo, em grande medida, para o aumento do caos, de ansiedades, medos e do pânico social em torno da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferimos que, no Brasil, não é somente com a violência do vírus que precisamos lidar diariamente, mas com um Governo que nos ameaça com a sua política que promove e estimula a violência. Bolsonaro, os seus ministros e correligionários encarnam um tipo específico de peste: o bolsonarismo, que se caracteriza, entre outros fatores, pela produção da ignorância responsável por desencadear barbaridades que têm custado a vida de tanta gente.

Sentimento de perda, saudades e a dor do luto estão acometendo brasileiros(as) de todas as cidades e regiões. Um turbilhão de emoções está proliferando nesse momento de crise. Os sujeitos têm de lidar com o sentimento de “exílio”, uma espécie de vazio frente ao sofrimento que se manifesta com toda a sua dramaticidade; um medo que se torna ainda maior por causa do caos político, social e econômico. A precarização da vida, o Estado de exceção encarnado, que torna patente a necropolítica, o controle de corpos e o caos informacional que somados às desigualdades históricas e a marcadores sociais da diferença que tanto nos caracterizam contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico em nosso país. Não é de se estranhar que se fale em uma “pandemia paralela” à da covid-19.

Por fim, alertamos para a importância da intensificação das pesquisas que tenham como foco a saúde mental dos sujeitos em contextos de crises sanitárias. Essa é uma questão premente e que precisa ser priorizada a fim de diminuirmos as consequências de um problema social grave, mas que ainda não revelou completamente as suas proporções. Que este breve ensaio seja somado a outros esforços que visam aprofundar reflexões sobre as questões que atravessam a pandemia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: [Homo Sacer, II, I]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015a.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.
- AGAMBEN, Giorgio. **Giorgio Agamben e a pandemia**: subsídios para um debate. [S. l.]: Bazar do tempo, 2020. Disponível em: <https://bazardotempo.com.br/giorgio-agamben-e-a-pandemia-subsidios-para-um-debate>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BARGUEÑO, Miguel Ángel. Sexo sim, beijo não: estas são as novas regras do flerte em tempos de pandemia. **El País**, [S. l.], 31 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-31/sexo-sim-beijos-nao-estas-sao-as-novas-regrasdo-flerte-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, [201-]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e a pandemia de Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.
- CAPONI, Sandra. Não existe salvação individual na pandemia de Covid-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.
- CARVALHO, Isabel C. M. Vozes da Pandemia: uma história a ser contada. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

CETIC.BR. **TIC Domicílios - 2020 Domicílios**. [S. l.]: CETIC BR, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FELIZARDO, Ana Paula. Uma ofegante epidemia: Reflexões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da covid-19 no Brasil. *In*: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte. **Trabalho infantil e pandemia: diagnóstico e estratégias de combate**. Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020. Disponível em: https://ead.trt21.jus.br/pluginfile.php/780/mod_book/chapter/17/E-book%20-%20Trabalho%20Infantil%20e%20Pandemia.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

GLOBO. **Consulte aqui a cobertura e as oportunidades da Globo em todo o Brasil**. [S. l.]: Globo Ads, [201-]. Disponível em: <https://negocios8.redeglobo.com.br/paginas/brasil.aspx>. Acesso em: 14 fev. 2022.

HARARI, Yuval Noam. **Notas sobre a pandemia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INTERNET LIVE STATS. [S. l.]: Internet Live Stats, [201-]. Disponível em: <https://www.internetlivestats.com/one-second/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/achile_mbembe_-_necropol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

MIGUEL, Jean. Coronavírus, bolsonarismo e a produção da ignorância. *In*. GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PRECIADO, Paul. **Aprendendo com o vírus**. Campinas: AGB, 2020. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SIMECS. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul e Região. **Saúde mental na pandemia:** cuidados para evitar uma “epidemia paralela”. [S. l.]: SIMECS, 2021. Disponível em: <https://www.simecs.com.br/blog/artigos/saude-mental-na-pandemia-cuidados-para-evitar-uma-epidemia-paralela->. Acesso em: 13/02/2022.

TERRA. **Brasileiro confia na TV para saber da pandemia, diz pesquisa.** [S. l.]: Terra, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/brasileiro-confia-na-tv-para-saber-da-pandemia-diz-pesquisa,609aea316089aea873d9bbe44a2dadd3a6v5orzw.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VENTURA, Deisy; AITH, Fernando; REIS, Rossana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19. **Direitos na pandemia:** mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, São Paulo, v. 10, p. 6-31, 2021.

ENTREVISTA COM DEISY VENTURA¹: A PANDEMIA DA COVID-19 COMO EMERGÊNCIA DO *APARTHEID* SANITÁRIO

Carlos Botazzo²

<http://orcid.org/0000-0002-8646-1769>



Entrevista com a profa. Deisy de Freitas Lima Ventura, Professora Titular de Ética da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade. Entrevista realizada pelo Prof. Carlos Botazzo (USP)

A professora Deisy Ventura, como é conhecida, é gaúcha de Santa Maria (RS), onde cursou Direito na UFSM e iniciou sua carreira acadêmica. Concluiu o Mestrado em Direito em 1996, no Programa de Integração Latino-Americano; em seguida, concluiu outro mestrado, em 1998, em Direito Comunitário e Europeu, na Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Em 2002, obteve o Doutorado em Direito, na mesma Universidade de Sorbonne. Exerceu Sua Livre-Docência no Brasil, no Instituto de Relações Internacionais da USP, em 2012, cuja tese tratou da crise do Direito na emergência da epidemia de Gripe A, causada pelo vírus H1N1. É destacada na área do Direito Sanitário. Sua produção intelectual e seu ativismo político e acadêmico evidenciam seu engajamento na análise crítica das relações entre crises sanitárias mundiais e o deslocamento de populações provocadas por guerras ou outros fenômenos globais que têm por determinantes políticas neoliberais.

Na entrevista que concedeu à Cronos, Deisy Ventura nos brindou com uma análise aguda da influência das mazelas governamentais no aprofundamento da covid-19 em nosso país, sem deixar de considerar as consequências advindas de um sistema mundial que tem aprofundado o fosso (ou linha abissal) que divide países ricos e pobres, naquilo que oportunamente foi denominado de “*apartheid* sanitário”.

A entrevista foi dividida em quatro blocos (Covid e Lei; Covid e Mundo; Covid e Brasil; Covid e suas Lições), sendo transcrita na íntegra, sem cortes nem edição. Desejamos uma boa e profícua leitura!

¹ Advogada, doutora em Direito e Professora Titular de Ética na Faculdade de Saúde Pública da USP.

² Professor Associado Sênior. Departamento de Política, Gestão e Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
Email: botazzo@usp.br

Revista Cronos – *Profa. Deisy, tem sido muito difundida a ideia de que o governo federal é incompetente ou demonstrou ser incompetente para tratar da epidemia da covid-19. No entanto, o próprio estudo do Conectas/Cepedisa de fevereiro de 2021 demonstra que é possível imaginar que houve atuação deliberada do governo no sentido de agravar o quadro sócio-sanitário brasileiro? Como essa posição trágica foi possível?*

Deisy Ventura – Antes da covid-19, a opinião pública e o mundo acadêmico consideravam as pandemias um assunto de profissionais de saúde, principalmente da medicina e da enfermagem. Isto revela a pouca atenção que foi dada a emergências internacionais anteriores como a gripe AH1N1 (2009-2010), a crise do Ebola na África Ocidental (2014-2015) ou a Síndrome Congênita do Vírus Zika (2016), nas quais os aspectos legais foram decisivos, não somente em relação aos direitos das pessoas atingidas pelas citadas doenças mas também para a qualidade das respostas estatais às emergências.

Hoje, restam poucas dúvidas sobre a importância da relação entre a covid-19 e o Direito. O Brasil tornou-se um caso paradigmático quando se trata de estudar o papel das normas jurídicas e do Poder Judiciário no enfrentamento de uma pandemia. Apenas no Supremo Tribunal Federal (STF), até dezembro de 2021, contavam mais de dez mil processos relativos à covid-19 que, entre sentenças intermediárias ou definitivas, já havia gerado mais de treze mil decisões daquele tribunal. Entre tais decisões, encontram-se alguns dos mais importantes fatores determinantes do resultado final da resposta brasileira, como foi o caso do entendimento de que os governos locais tinham competência para adotar medidas de controle da propagação da doença. No entanto, o STF não teve capacidade ou vontade política para obrigar o governo federal a tomar medidas elementares de controle da doença. Trata-se, portanto, de um legado ambíguo por ser, aparentemente, capaz de “evitar o pior”, mas por estar longe de “garantir o melhor”. Eu estenderia esta avaliação a quase todas as numerosas esferas jurisdicionais que se manifestaram sobre temas relacionados à covid-19 no Brasil. Apesar de existirem importantes diferenças entre elas, o balanço frequentemente se situa em posição intermediária entre a resistência ou a cumplicidade, diante das graves violações de direitos causadas em torno do avanço da doença no território nacional³.

Ainda sobre a importância do Direito, não é um acaso que uma das primeiras providências tomadas pelo governo federal, no início de fevereiro de 2020, tenha sido o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei sobre a resposta à pandemia. Ali estavam regrados temas essenciais como as medidas restritivas de direitos (sobretudo isolamento, a quarentena e o tratamento obrigatório), ou outras urgências, como as compras públicas e o acesso à informação. O projeto se transformou na Lei nº 13.979, de 06/02/2020, depois emendada, distorcida e até aviltada por medidas provisórias e modificações determinadas por novas leis, sendo hoje uma colcha de retalhos, aliás, curta e rota. Nas poucas horas em que permaneceram na Câmara dos Deputados, parlamentares progressistas conseguiram

³ Ver o dossiê Pandemias, Direito e Judicialização que organizei com Octavio Ferraz (King's College London) para a revista *Direito e Práxis*, v. 12, n.3 (2021). Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/issue/view/2463>>.

inserir na lei gatilhos que foram decisivos no ringue da judicialização, inclusive a obrigação de respeito aos direitos humanos e o dever de transparência, entre outras medidas.

Nós, membros do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (CEPEDISA/FSP/USP), por termos estudado as emergências anteriores, tanto no âmbito internacional quanto no âmbito nacional, sabíamos que uma dimensão importante da eficiência da resposta brasileira dependeria das normas jurídicas, e não apenas das leis mas também dos atos normativos do Poder Executivo (medidas provisórias, decretos, portarias etc.). Por esta razão, com apoio da Conectas Direitos Humanos, a partir de março de 2020, passamos a acompanhar os diários oficiais da União e dos Estados a fim de captar, por meio de descritores aperfeiçoados ao longo dos meses, a legislação federal e estadual brasileira sobre a covid-19. O estudo foi coordenado por Fernando Aith, Rossana Reis e por mim, contando com uma pequena, mas valiosa equipe de estudantes de Direito, além de colegas da epidemiologia que preferiram não ser identificados por razões pessoais relevantes.

Porém, o que nós não sabíamos naquele momento é que a dimensão jurídica viria a ser um dos palcos mais importantes da luta política brasileira pela saúde e pela vida nos anos de 2020 e 2021. Isto se explica principalmente por duas razões relacionadas respectivamente à elaboração e à aplicação da lei.

Em primeiro lugar, as posições do governo federal sobre a covid-19 e sua omissão quanto ao papel de cabeça do Sistema Único de Saúde (SUS) – que deveria ter incluído a coordenação nacional da resposta e sua regulamentação –, ensejou uma inflação normativa sem precedentes no campo da saúde pública, com uma profusão de normas provenientes tanto dos Estados e Municípios quanto de órgãos federais que buscavam resistir ao avanço da pandemia (em certos momentos isto ocorreu com o Congresso Nacional ou com órgãos como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, embora ambos sejam omissos ou cúmplices em relação a outros temas). Mesmo sem a possibilidade de acompanhar as normas municipais, por sermos uma equipe pequena, encontramos milhares de normas nas esferas federal e estadual. Este vasto banco de dados se tornará público em breve e tem um potencial infinito como fonte de pesquisas caso seja associado a outras variáveis.

Em segundo lugar, embora a judicialização de temas relacionados à pandemia seja um fenômeno mundial, no Brasil, ela ganhou escala e centralidade em razão da estratégia adotada pelo governo federal. Sob o manto da incompetência ou da loucura, houve uma estratégia sistemática de disseminação da covid-19. Assim, a despeito de um punhado de países no mundo ter se comportado de forma similar (pouco numerosos, mas não pouco influentes, como é o caso dos Estados Unidos), em razão de diversos fatores, o caso brasileiro acabou por ser um paradigma de deslocamento de decisões cruciais de governo em matéria de saúde pública para a seara judicial.

Nosso estudo ofereceu diversos achados, mas, entre eles, o que se tornou mais conhecido foi justamente ter apontado, ainda em junho de 2020, que o governo federal estava agindo propositadamente para disseminar a covid-19, ações que sistematizamos

na forma de uma linha do tempo, atualizada em maio de 2021 a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a covid-19⁴. Além das normas, a busca no Diário Oficial da União nos permitiu também encontrar atos de governo que compreendem ações de obstrução de medidas de contenção da doença adotadas por governos estaduais e municipais, além das omissões relativas à gestão da pandemia no âmbito federal. Por meio da análise de discursos oficiais e de motores de busca na internet, encontramos igualmente uma estratégia de propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da covid-19.

Cito brevemente nosso estudo: “Constatou-se a confluência entre esferas normativa, de gestão e discursiva da resposta federal à pandemia, havendo coerência entre o que se diz e o que se faz. Procede, portanto, a hipótese da existência de estratégia de disseminação da doença, por meio, em suma, dos seguintes atos e omissões: 1 - Defesa da tese da imunidade de rebanho (ou coletiva) por contágio (ou transmissão) como forma de resposta à covid-19, disseminando a crença de que a “imunidade natural” decorrente da infecção pelo vírus protegeria os indivíduos e levaria ao controle da pandemia, além de estimativas infundadas do número de óbitos e da data de término da pandemia; 2 - Incitação constante à exposição da população ao vírus e ao descumprimento de medidas sanitárias preventivas, baseada na negação da gravidade da doença, na apologia à coragem e na suposta existência de um “tratamento precoce” para a covid-19, convertido em política pública; 3 - Banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença, omitindo-se em relação à proteção de familiares de vítimas e de sobreviventes, propalando a ideia de que faleceriam apenas pessoas idosas ou com comorbidades, ou pessoas que não tivessem acesso ao “tratamento precoce”; 4 - Obstrução sistemática às medidas de contenção promovidas por governadores e prefeitos, justificada pela suposta oposição entre a proteção da saúde e a proteção da economia, que inclui a difusão da ideia de que medidas quarentenárias causam mais danos do que o vírus, e que elas é que causariam a fome e o desemprego, e não a pandemia; 5 - Foco em medidas de assistência e abstenção de medidas de prevenção da doença, amiúde adotando medidas apenas quando provocadas por outras instituições, em especial, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário; 6 - Ataques a críticos da resposta federal, à imprensa e ao jornalismo profissional, questionando sobretudo a dimensão da doença no país; e 7 - Consciência da irregularidade de determinadas condutas.

Por tudo isto, fomos os primeiros acadêmicos brasileiros a suscitar a tese da prática de crimes contra a humanidade pelo governo federal no contexto da pandemia, constatando a existência de um plano sistemático de ataque à população civil, no sentido previsto pelo artigo 7 do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI)⁵. Nós então

⁴ Disponível em: https://cepedisa.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v3.pdf.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm.

nos somamos a ativistas e acadêmicos que já vinham apontando o risco de agravamento do genocídio das populações indígenas e negras brasileiras em razão ou até por meio da resposta à emergência.

RC – *O que a senhora poderia nos dizer sobre as dimensões internacionais da pandemia, seus reflexos na geopolítica e no aumento das desigualdades regionais e continentais, tanto no que concerne à ocorrência e distribuição quanto à imunização da covid-19?*

DV – Dentre tantas respostas possíveis, eu gostaria de destacar a existência de um *apartheid* sanitário no mundo de hoje, reproduzindo a expressão que foi utilizada até pelo atual Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus. A minimização das assimetrias em matéria de acesso a medicamentos, insumos e vacinas é um velho tema do campo da saúde global, cujo avanço vem sendo obstaculizado de maneira muito firme pelos países ricos, representando os interesses da indústria farmacêutica. Era de se esperar que durante uma pandemia com o alcance que teve a covid-19 a flexibilização dos direitos de propriedade intelectual finalmente fosse consubstanciada, tanto nas normas como na realidade da cooperação internacional. Infelizmente, não é o caso. Em lugar de enfrentar a segregação gerada pela indiferença absoluta do mundo desenvolvido em relação às condições de saúde de dois terços da população mundial, a pandemia de covid-19 confirmou e expandiu esta segregação, com resultados terríveis, inclusive do ponto de vista do controle da propagação da doença.

Não sou simpática à acepção da saúde global como comunidade de riscos, no sentido de que, para ameaças comuns, deveriam existir respostas também comuns, e de que o que nos une é a luta contra os mesmos adversários – o que é uma inspiração nitidamente norte-americana, muito influente na área. Esta visão inspira, por exemplo, o campo que chamamos de segurança da saúde global. Embora hoje cresça uma vertente crítica dos estudos sobre segurança que é de grande qualidade e da maior importância (por exemplo, os estudos feministas sobre segurança), não me parece que se trate da melhor forma de abordar a dimensão internacional da saúde. No entanto, não posso deixar de reconhecer o quanto a ampla difusão de novas variantes da covid-19 comprova esta tese. Em outras palavras, além de inaceitável, do ponto de vista ético; e de infame, do ponto de vista da justiça, a concentração das vacinas contra a covid-19 nos países ricos compromete a eficácia do controle da doença no plano global. Isto significa que a obsessão com a segurança não corresponde aos termos em que é enunciada. Se, de fato, prevalecesse o interesse de proteger as populações, a repartição mundial das vacinas seria outra.

Em primeiro de dezembro de 2021, uma sessão extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde decidiu dar início à negociação de um novo instrumento jurídico internacional, de natureza ainda indefinida (provavelmente um tratado), sobre as pandemias. Um dos principais temas que está nesta agenda de negociação é a propriedade intelectual, que deve, por certo, ser acompanhada do debate sobre a capacidade de produção de tecnologias

farmacêuticas, tão assimétrica quanto o acesso a elas. O novo instrumento jurídico deve ser concluído no ano de 2024, o que mostra a ausência de compreensão sobre a urgência de mudar radicalmente a orientação da cooperação internacional durante emergências, ou talvez a convicção de que não haveria neste momento vontade política de avançar a este respeito. Em qualquer caso, é preciso acompanhar com atenção a negociação deste instrumento, para que não tenhamos mais uma oportunidade perdida.

RC – *Professora Deisy, se pensamos as dimensões regionais do Brasil seja em termos políticos e demográficos, seja, acima de tudo, em termos de classe social, como a senhora expressaria a queda da renda individual e familiar e o aumento da desigualdade?*

DV – As iniquidades em saúde são determinantes da dimensão que uma pandemia pode alcançar e igualmente da capacidade de resposta de um país, assim como dos efeitos que a emergência produzirá, em médio e longo prazo, após o seu controle. Como eu já afirmei, o Brasil é um caso paradigmático da resposta à pandemia de covid-19, uma das razões pelas quais, no futuro, será impossível analisar este fenômeno sem falar no Brasil é o caráter evitável dos resultados que obtivemos. Diferentemente de outros países em desenvolvimento, temos o SUS, que constitui uma extraordinária estrutura de resposta, com capilaridade continental e experiência de trabalho em rede. Malgrado as disfunções que resultam das políticas de austeridade fiscal e de outros ataques ao reconhecimento universal do direito à saúde capitaneados pelo mercado e por seus representantes políticos, é verdade que o SUS foi capaz de evitar uma catástrofe ainda maior. Mas o fato mais importante a destacar é que, caso recebesse o devido investimento e a devida prioridade, o SUS teria oferecido ao mundo a melhor resposta à pandemia do mundo em desenvolvimento, até rivalizando com alguns países desenvolvidos. Contudo, para além da estratégia do governo federal, o avanço das forças que promovem a destruição do SUS, associado a outros fatores, não permitiu que o Brasil percebesse a importância da proteção social na resposta às emergências, como ocorreu em outros países, tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento.

No meu entendimento, porém, a resposta federal à pandemia foi mais longe do que a simples perda de uma oportunidade política ímpar de demonstrar os danos causados pelas desigualdades e de promover reformas estruturais capazes de incidir sobre os determinantes sociais da saúde. Creio que, no auge da pandemia, o Brasil ofereceu ao mundo a mais radical experiência neoliberal no campo da saúde pública, que só não foi mais intensa em razão das resistências locais. Embora heterogêneas e muitas vezes equivocadas, as iniciativas estaduais, locais e da sociedade brasileira no sentido de controlar a disseminação da covid-19 evitaram a prevalência absoluta da resposta federal. No entanto, a estratégia do governo federal já foi suficiente para dar aos atores econômicos globais uma ideia do que ocorre quando se deixa uma epidemia seguir o seu curso natural. O neoliberalismo associa-se ao que se costuma chamar de darwinismo social – diga-se

de passagem, uma expressão injusta em relação ao pensamento de Darwin, mas amplamente difundida. O filtro ideológico que permitiu a existência desta resposta federal no Brasil é evidentemente a ideia de que “os melhores” ou “os mais fortes” sobreviverão, e de que o balanço da experiência ocasiona o “melhoramento” ou “aperfeiçoamento” da sociedade. Além disso, há a ideia de que o Estado “não pode cuidar de todos”. Não há pudor em enunciar essas ideias no Brasil de hoje, e elas foram intensamente mobilizadas pelo governo federal e por seus apoiadores. Elas obviamente preexistiam, mas vão formando uma narrativa sobre a pandemia que é um dos maiores perigos à saúde pública em nosso século. De modo que o Brasil oferece um estudo de caso inigualável sobre tudo o que acontece quando um governo opta pela propagação da doença: quais são as resistências e qual o seu alcance, quais são os instrumentos mais eficazes para confundir a população e gerar antagonismos, como propagar notícias falsas com mais eficiência, como a opinião pública e os meios de comunicação reagem, como a comunidade internacional se posiciona etc. Será cada vez mais fácil repetir essa experiência.

RC – *Podemos, então, pensar a dimensão pedagógica da pandemia? Ou seja, o que aprendemos com ela, tanto individual como coletivamente? Quais as lições que ficam para pensar a economia, os serviços de saúde e a vida?*

DV – Na continuidade da minha resposta anterior, considero que a lição mais importante desta pandemia foi perceber que esse tipo de crise sanitária pode fornecer um quadro ideal para o extermínio de populações vulneráveis, caso respostas como a do governo federal brasileiro permaneçam impunes ou, pior ainda, não passem a integrar a memória coletiva, internacional e local como crimes contra a humanidade. É o que estamos chamando de neoliberalismo epidemiológico, ou seja, a aceitação legal e social de que epidemias como a covid-19 podem ser enfrentadas por meio da imunidade de rebanho por contágio, ou imunidade coletiva por transmissão, em que a decisão de causar a morte de centenas de milhares de pessoas, dispondo de meios que poderiam evitá-la, passa a ser incluída entre os poderes discricionários dos governos. Os nazistas justificaram o assassinato de milhares de alemães e austríacos com deficiências, inclusive mentais e inclusive crianças, em câmaras de gás instaladas nas clínicas onde essas pessoas deveriam ser cuidadas, pela necessidade de economizar recursos durante a guerra e de promover o melhoramento genético. Refiro-me ao célebre programa Aktion T4, mas creio que esta ideologia nunca esteve tão viva como agora, diante da indiferença com que evolui no Estado e na sociedade. O modo pelo qual o Brasil e o mundo vêm naturalizando a morte evitável de milhões de pessoas é um péssimo augúrio quando sabemos que os intervalos entre as pandemias serão cada vez mais curtos. Por isto, embora eu estude as pandemias e as emergências internacionais de saúde pública desde 2009, só agora aprendi que as pandemias são um tema de memória, verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.97, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em: 8 jun. 2022.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES

POPULAR PARTICIPATION IN PRIMARY HEALTH CARE: FRAGILITIES AND POTENTIALITIES

Joseires Gleydson Santos Benício de Sá¹
<http://orcid.org/0000-0001-7075-8317>

Patrícia Araújo Amarante²
<http://orcid.org/0000-0002-0542-9223>

José Carlos Araújo Amarante³
<http://orcid.org/0000-0001-5249-2017>

RESUMO

Este artigo verificou a participação popular em assuntos que envolvem os processos de gestão da saúde no município de Patos, estado da Paraíba. Para tanto, buscou conhecer a atuação dos usuários do Sistema Único de Saúde, mais precisamente no primeiro nível, a atenção primária à saúde, nos conselhos municipais de saúde, verificando se os mecanismos de gestão garantidos na teoria são aplicados na prática. Os resultados sugerem que grande parte dos usuários da atenção primária à saúde não têm o conhecimento sobre uma ferramenta de gestão participativa tão importante para todos que tenham interesse em participar dos processos de tomadas de decisão envolvendo as questões de saúde para a população de todo o município.

Palavras-chave: atenção primária; gestão; participação; usuário; saúde.

ABSTRACT

This article verified popular participation in matters involving health management processes in the municipality of Patos, state of Paraíba. In order to do so, it was sought to

¹ Pós-graduado *lato sensu* em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal da Paraíba. sdbenicio@hotmail.com.

² Doutora em Economia Regional e Políticas Públicas. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, Campus III. Cidade Universitária, Centro, CEP: 58220000, Bananeiras, Paraíba. patricia.amarante@academico.ufpb.br.

³ Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal da Paraíba. carlos-amarante@hotmail.com.

know the actions of the users of the Unified Health System, more precisely in the first level, the primary health care, in the municipal health councils, verifying if the management mechanisms guaranteed in theory are applied in practice. The results suggest that most users of primary health care do not have the knowledge about a participative management tool so important for all who have an interest in participating in decision making processes involving health issues for the population of the entire municipality.

Keywords: Primary Care; Management; Participation; User; Health.

INTRODUÇÃO

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Brasil foram introduzidas a partir da publicação da Portaria nº 4.279 de 2010, publicada pelo Ministério da Saúde, como uma forma de organizar a oferta de ações e serviços de saúde, buscando a integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), apoiados em uma integração de sistemas técnico, logísticos e de gestão. Nesse aparato de organização, a Atenção Primária à Saúde (APS) exerce papel fundamental, uma vez que organizada e se torna responsável pelo fluxo de todos os usuários na rede de atenção.

Segundo Mendes (2011), acontece uma falta de integração entre a APS e os demais níveis de atenção à saúde, fragmentando, assim, a rede, pois os níveis não se articulam de forma correta. Além disso, os atendimentos estão focados apenas na doença e não em uma forma mais integral. Nesse contexto, as RAS, coordenadas pela APS, seriam uma possível solução para que, de forma integrada e vinculadas entre si, ofertassem serviços de saúde de forma contínua, integral e com menor custo de execução à população adstrita. Com isso, abrange-se a noção de pontos de atenção à saúde em espaços, tais como como domicílios, unidades básicas de saúde, serviços de hemoterapia e hematologia, residências terapêuticas, unidades ambulatoriais especializadas, centros de apoio psicossocial, entre outros.

Em síntese, só haverá uma APS de qualidade quando ela estiver apta a cumprir com excelência sete atributos em sua totalidade, bem como exercer três papéis de forma exemplar. Os primeiros quatro atributos são dados como essenciais, sendo eles: 1) contato (trata-se da acessibilidade ao serviço quando procurado); 2) longitudinalidade (oferta de cuidados regulares pela equipe de saúde havendo humanização entre as equipes e os indivíduos); 3) integralidade (prestação dos serviços que cuidem da saúde dos usuários de forma integral, considerando promoção, prevenção, cura, cuidado, reabilitação, bem como os cuidados paliativos); 4) coordenação (capacidade de garantir a atenção de forma contínua e organizada). Os outros três atributos são chamados de derivados, a saber: 1) focalização na família (uma abordagem familiar deve ser realizada, não se devendo focar apenas no indivíduo); 2) orientação comunitária (reconhecer as necessidades das famílias que estão no seu território de tal modo que haja enquadramento nos programas

intersectoriais de combate aos determinantes sociais de saúde); 3) competência cultural (respeito às manifestações culturais e das preferências das famílias sob o território de adstrição) (BRASIL, 2015).

Com relação aos papéis que são desempenhados pela APS, são, essencialmente, três, quais sejam: 1) a resolutividade, devendo os cuidados primários ser resolutivos a ponto de atender até 90% da demanda da APS; 2) coordenação, atuando como uma central de comunicação onde há o controle de fluxos e contrafluxos de pessoas, serviços e informações; 3) responsabilização, ou seja, responsabilidade pela população adstrita em todos os sentidos econômicos e sanitários (MENDES, 2002). Nesse contexto, para que se garantisse um sistema universal, em que todos tivessem a oportunidade de participar na sua gestão, foi criado um mecanismo que proporcionasse uma gestão mais participativa, estando respaldado pelos princípios constitucionais estabelecidos em 1988. Como forma de garantir esse mecanismo, a lei nº 8.142 de 1990 veio para dispor sobre os Conselhos de Saúde, nos âmbitos federal, estadual e municipal, estabelecendo uma conquista da sociedade frente ao processo de decisão com relação aos assuntos que envolvessem a saúde no país, em todos os níveis de atenção, de forma democrática (LOPES; SILVA; MARTINS, 2016).

Tendo em vista esse cenário, este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: como acontece a participação da sociedade nos processos relativos à gestão da saúde? Assim, o estudo tem como objetivo verificar a participação popular em assuntos que envolvam os processos de gestão da saúde no município de Patos, no estado da Paraíba. Para tanto, tal estudo buscou analisar a atuação dos usuários do Sistema Único de Saúde, mais precisamente no primeiro nível, a atenção primária à saúde, nos conselhos municipais de saúde, verificando se os mecanismos de gestão garantidos na teoria são aplicados na prática, observando se o usuário, nesse nível de atenção, conhece o Conselho Municipal de Saúde do município em que utiliza dos serviços de saúde no nível de atenção citado.

O trabalho está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. Na segunda, estão os fundamentos teóricos e empíricos que nortearam a pesquisa. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos; e, na quarta seção, são analisados e discutidos os resultados alcançados com a aplicação do questionário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Este capítulo visa realizar uma breve revisão da literatura acerca do tema analisado, destacando, assim, um panorama acerca do Sistema Único de Saúde e a assistência à saúde, bem como apresentar um levantamento de estudos empíricos com o intuito de investigar a participação popular na atenção primária à saúde.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi sendo construído historicamente envolvendo questões políticas, sociais e culturais. Segundo Carvalho (2013), durante a ditadura civil-militar de 1964-1985, alguns movimentos públicos, por exemplo, o chamado Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), possuíam um caráter de interiorização da oferta de serviços de saúde para as regiões mais pobres do país, não sendo efetivado por falta de interesse político de quem estava à frente do projeto. Assim, durante os anos ditatoriais, havia um processo de construção das ideias que formaram o SUS de hoje, em que o desejo era elaborar um programa de responsabilidade do Estado e que atendessem a todos.

Tais movimentos voltados para o social tiveram seu início após a Segunda Guerra Mundial, quando, em alguns países social-democratas, passou-se a adotar uma postura de direitos sociais ao cidadão, seja em estados de impedimentos provisórios, como doenças ou gestação, por exemplo; seja em estado permanente (velhice ou invalidez). Assim, quando o cidadão estivesse impossibilitado de produzir para ter sua subsistência garantida, o Estado seria o responsável por garantir a sua sobrevivência por meio de transferência de recursos, sendo reconhecido como um direito e não uma forma meramente assistencial. Dessa forma, o Estado garantiria benefícios sociais com vista a assegurar ao cidadão a manutenção de um mínimo de padrão de vida, configurando o que seria o chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) (SALLES, 2012).

No sistema de saúde brasileiro, após a Segunda Guerra Mundial, seguindo as tendências de outros países, notava-se o desejo de que houvesse uma saúde universal para todos. Para isso, necessitava-se de mudanças e, assim, atores sociais começaram a surgir nesse movimento, por exemplo, conforme destaca Carvalho (2013): a) os movimentos populares que tiveram como principais protagonistas as associações comunitárias dos bairros e a Igreja Católica, que buscaram de forma efervescente por justiça social e igualdade na saúde para a população mais pobre que vivia nos extensos bairros da periferia; b) as universidades, por meio das faculdades de medicina que primeiramente se viram na necessidade de trazer para a realidade os estudantes que só tinham contato com o ambiente hospitalar e, posteriormente, com a transformação de departamentos de higiene em um modelo mais voltado para o social; c) partidos políticos progressistas, que, na década de 1970, expandiram-se levantando uma bandeira de busca pelo social; e, d) as prefeituras com bandeiras progressistas, que por estarem mais próximas das necessidades do povo, sentiam a preocupação de haver políticas de saúde que se voltassem para todos, procurando não só estabelecer obras como também definir prioridades.

No final da década de 1970, ocorreram no mundo movimentos como a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância em Alma-Ata, na República do Cazaquistão (país membro da antiga União Soviética). Realizada no ano de 1978, essa conferência seria, mais tarde, a percussora da Atenção

Básica à Saúde (MENDES, 2004). Nesse contexto, nos municípios, surgem as primeiras equipes de atenção primária à saúde, com a formação composta por três profissionais, sendo eles: o médico, o enfermeiro e uma categoria denominada de agentes de saúde. Ademais, durante a década de 1970, o Brasil passava por um momento turbulento na saúde pública, os quais futuramente ensejariam na criação do atual Sistema Público de Saúde vigente, o SUS (BRASIL, 2002).

Antes da criação do SUS, o Ministério da Saúde desenvolvia ações voltadas para a educação sanitária e a prevenção das doenças, com pautas relacionadas às campanhas de vacinação e ao controle de endemias, observando-se a universalização nessas ações, pois eram direcionadas para todos, sem critérios de exclusão (BRASIL, 2002). Com relação à assistência à saúde, a grande ação do poder público era realizada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que fora criada pela Lei nº 6.439 de 1977. Essa lei instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), cuja assistência médica aos segurados era uma de suas atribuições. Tal assistência à saúde era prestada apenas para os trabalhadores que possuíam trabalho formal, bem como para seus dependentes, não possuindo um caráter universal (BRASIL, 1977).

Os serviços de Saúde nessa época estavam disponibilizados aos brasileiros da seguinte maneira: os que podiam pagar pelos serviços; os segurados do Inamps; os que eram portadores de doenças contagiosas, como hanseníase ou tuberculose; e a grande massa dos que não tinham direito a coisa alguma. Dessa forma, esses brasileiros que não tinham acesso aos serviços de saúde eram atendidos apenas por instituições filantrópicas (GARCIA, 2018). A partir da década de 1980, o Inamps passa a adotar medidas para racionalizar os recursos devido à crise que atingia o órgão. Dessa forma, começa a celebrar convênios com os executivos estaduais e municipais no setor da saúde. Apesar da crise que se avizinhava, no início da década de 1970, o Inamps – por meio do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), criado com o objetivo de garantir benefícios ao trabalhador rural, tais como aposentadoria por velhice e invalidez, serviços de saúde e sociais – passou a prover assistência médica também aos trabalhadores rurais que até então não possuíam qualquer assistência do poder público.

Ainda na década de 1980, o Inamps começou a não exigir carteiras de segurados para atendimentos nas redes de hospitais públicos conveniados, aproximando-se cada vez mais da universalização. Tal medida culminaria na criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), uma espécie de convênio entre o Inamps e os poderes executivos estaduais. O Suds foi instituído pelo Decreto nº 94.657, de 20 de julho de 1987, com o objetivo de contribuir para a consolidação e o desenvolvimento qualitativo das ações integradas de saúde, sendo revogado pelo Decreto S/N, de 5 de setembro de 1991 (BRASIL, 2002).

A partir de então, começa a ser observada a tendência para a universalização do Sistema Público de Saúde, entrando em cena, para tal feito, vários movimentos sociais e políticos que resultaram no chamado “Movimento da Reforma Sanitária” (MRS). O MRS

surgiu no início da década de 1970 e teve o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes) como instituição agregadora de ideias de mudança, com participação de vários conselhos profissionais e movimentos populares. Tal movimento era composto por trabalhadores de saúde, usuários do sistema em vigência, intelectuais, grupos sociais e centros universitários, os quais tinham por objetivo alcançar uma saúde que fosse pública, acessível a todos e de qualidade (DA SILVEIRA JÚNIOR, 2015; BARROS, 2016).

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1988) vigente até os dias atuais. Como conquista dos movimentos que buscavam por reformas na área da saúde, foi introduzido no texto da nova Carta Magna o Artigo nº 196 com a seguinte redação: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Ademais, no seu Artigo nº 198, inciso III, a Carta Magna dispõe que a participação da comunidade é uma das diretrizes organizadoras do SUS, a ser exercida especialmente nos Conselhos de Saúde e nas Conferências de Saúde. A Constituição Federal passou, assim, a vislumbrar a possibilidade de organização do Sistema, pautado em princípios que seriam, *a posteriori*, aperfeiçoados (BRASIL, 1988).

Dois anos após a promulgação da CF 1988, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, foi criada dispondo sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes. Era instituído, assim, o Sistema Único de Saúde, de modo que a universalização do acesso aos serviços de saúde estava garantida, rompendo com o modelo até então vigente e trazendo para a população um sistema de saúde público universal. Nesse sistema, a administração era organizada a partir de cada esfera do poder executivo (municipal, estadual e federal). O Inamps foi extinto após quase três anos, por meio da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e suas competências foram transferidas às esferas de governo gestoras do SUS (BRASIL, 2002).

Já a Lei de nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe que a participação da comunidade na gestão do SUS é requisito indispensável à democracia do país e que as Conferências de Saúde se constituem instância colegiada que deve contar com representação de vários segmentos sociais de modo paritário para avaliar a situação da saúde de maneira a propor diretrizes para execução das políticas na prática do SUS. Os princípios que norteiam o SUS são pautados na Universalidade. Sob essa ótica, todo e qualquer indivíduo, de forma gratuita, independentemente de raça, sexo, ocupação, religião ou outras características sociais, deve ter acesso garantido: aos serviços de saúde; à equidade, devendo maximizar a igualdade entre todos, observando, assim, as peculiaridades dos indivíduos, ou seja, tratando desigualmente os desiguais; à integralidade, na visão do indivíduo como um todo, considerando que suas necessidades devem ser atendidas. Ainda há alguns princípios que norteiam sua organização, sendo eles: regionalização e hierarquização, em que a complexidade das ações em saúde são organizadas em níveis crescentes e definidas a partir de determinada área geográfica; descentralização e comando único, visto que responsabilidade e poder são distribuídos nas três esferas de governo; e participação popular, uma

ferramenta para que as tomadas de decisão referentes ao sistema sejam edificadas a partir da colaboração de todos, com mecanismos que possibilitem tal participação (DA SILVEIRA JÚNIOR, 2015).

Um dos grandes avanços no processo de democratização e nas tomadas de decisão em assuntos voltados para a saúde no Brasil foram introduzidos pela Constituição Federal de 1988, quando o Sistema Único de Saúde (SUS) foi elaborado e a participação popular foi estabelecida por meio de mecanismos que possibilitam a participação, entre eles, os conselhos de saúde. O SUS trouxe para os municípios uma série de atribuições, considerando que o controle social deve ser exercido para que as políticas públicas em saúde sejam realizadas (BRASIL, 2005).

Em consonância com a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a “participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL, 1990), a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Ministério da Saúde, define diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde apontando que 50% dos representantes do Conselho Municipal de Saúde local devem ser destinados às entidades e aos movimentos representativos de usuários; 25%, a entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; e 25%, à representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Dessarte, os conselhos de saúde consistem em instrumentos privilegiados, uma vez que são dotados de autonomia e podem romper com o tradicional modelo de gestão, havendo a possibilidade de se ampliarem os cursos das discussões envolvendo a saúde como um bem pertencente a todos (SALIBA, 2009).

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Tendo em vista esse contexto, observa-se que a divulgação das atividades que são discutidas e realizadas pelos Conselhos de Saúde, além dos objetivos que devem ser alcançados por essas instituições, necessitam ser divulgados para que a comunidade compreenda como se dá o processo de trabalho no conselho municipal de saúde, assim como reconhecer a importância da ferramenta. A partir do momento que a população conhece a ferramenta e seus objetivos, passa a desempenhar papel importante no controle social, tendo em vista a observação da atuação do conselho e a possibilidade de melhorar os serviços de saúde do município (BRASIL, 2015). No entanto, particularmente no Brasil, observa-se que, na prática, a atuação da população nos conselhos ocorre de maneira divergente. No estudo de Pinheiro (1996), por exemplo, ao analisar o funcionamento dos conselhos municipais de saúde em três localidades do estado do Rio de Janeiro, verifica-se

que a participação e o controle social nos conselhos municipais de saúde são plurais e apresentam divergências em suas deliberações.

Já Silva *et al.* (2012), ao analisar a organização e o funcionamento do conselho municipal e dos seis conselhos regionais de saúde na cidade de Fortaleza, verificaram que, apesar da existência de uma estruturação que permite o pleno funcionamento, verifica-se uma baixa frequência nas reuniões dos conselhos regionais e municipais. A esse respeito, Jorge e Ventura (2012) apontam que há uma necessidade de haver uma autorresponsabilização por parte de todos os que compõe os Conselhos Locais, com organização popular para que se tenha a representatividade efetivada. Na mesma linha, Duarte e Machado (2012), ao analisarem o exercício do Controle Social no âmbito do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Município de Canindé, estado do Ceará, observaram que há uma necessidade de que se fortaleçam os vínculos dos Conselhos Municipais de Saúde com a população para que se efetive a participação popular.

Fassina (2014), por sua vez, analisando o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde na Região Norte do Rio Grande do Sul, identificou que o Conselho Local de Saúde aparentava ser um espaço para disputa de poder. Dessa forma, a participação popular não tinha expressividade em seus atributos garantidos por lei. Observou-se, no aparelhamento do Conselho de Saúde, pouca instrumentalização e participação para atender as demandas burocráticas e o cumprimento dos prazos *versus* muitas trocas, rotatividade e passividade, configurando-se como um espaço de apatia atrelado à relação e à disputa de poder entre os membros.

Já Busana *et al.* (2015) analisaram as práticas participativas necessárias para o fortalecimento da participação popular dos representantes de um conselho local de Saúde de Santa Catarina. Nele, os conselheiros revelaram uma necessidade de compreender o seu verdadeiro papel na ferramenta que garante o exercício democrático nas tomadas de decisão nos conselhos.

Por seu turno, Kezh, Bógus e Martins (2016) apontam que os conselheiros desconhecem o papel dos trabalhadores como componentes dos conselhos e, assim, acentuam entraves para obstáculos na efetiva participação popular a partir dessa ferramenta. Já Miwa, Serapioni e Ventura (2017), analisando dois conselhos locais da cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, citam que a baixa divulgação das reuniões dos conselhos locais de saúde e o pouco esclarecimento das funções e atividades dos conselheiros corroboram para sua invisibilidade, aumentando, assim, o desconhecimento por parte da população dos Conselhos Municipais de Saúde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo de verificar a participação popular em assuntos que envolvam os processos de gestão da saúde, optou-se pela pesquisa quantitativa, que busca a explicação do comportamento das coisas, sendo seu objeto de estudo os fatos

(vistos e descritos) (TURATO, 2005). O presente estudo foi realizado na cidade de Patos, localizada no sertão do estado da Paraíba. A cidade é sede da 6ª Região geoadministrativa do estado e sua população estimada, para o ano de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de 108.766 pessoas. A cidade possui um hospital regional e um hospital de câncer, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um centro de especialidades Odontológicas. No que se refere à Atenção Básica, o município conta com 40 Unidades de Saúde da Família e oito equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica.

Foram incluídos neste estudo os usuários da atenção primária à saúde, mais precisamente aqueles que utilizaram a Unidade de Saúde da Família Roberto Ôba, localizada no bairro de São Sebastião, no município de Patos-PB, e que se voluntariam para participar da pesquisa. No total, foram aplicados 36 questionários, por meio de contato direto entre o pesquisador e a pessoa entrevistada, no ambiente da Unidade de Saúde da Família Roberto Ôba, para indivíduos de ambos os sexos. Para tanto, o pesquisador entrevistou os participantes da pesquisa, contando com o auxílio do questionário disponível no Apêndice desta pesquisa.

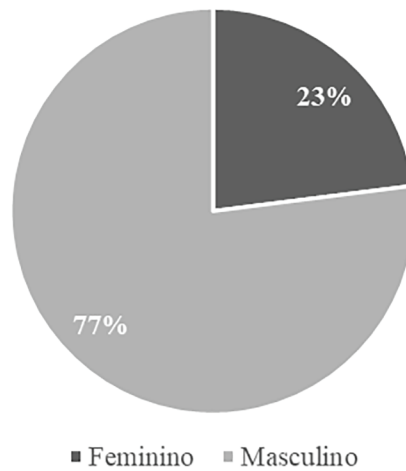
Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado, ou seja, previamente planejado, elaborado pelos autores, possuindo cinco questões direcionadas para a elucidação de fatos voltados à temática central desta pesquisa. Após a conclusão da coleta, os dados foram processados e representados em gráficos para análise. Ressalta-se que os participantes foram esclarecidos de que a participação no estudo era voluntária, não sendo obrigados a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador.

RESULTADOS

PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Com o intuito de verificar a participação popular em assuntos que envolvam os processos de gestão da saúde no município de Patos, no estado da Paraíba, primeiramente se realizou a caracterização do perfil dos participantes. Ao todo, colaboraram 36 pessoas que concordaram em responder ao questionário de pesquisa após ser devidamente explicados sobre as considerações éticas. Com relação à caracterização da amostra, o Gráfico 1, a seguir, demonstra que 77% dos participantes são do sexo feminino, e 23% do sexo masculino.

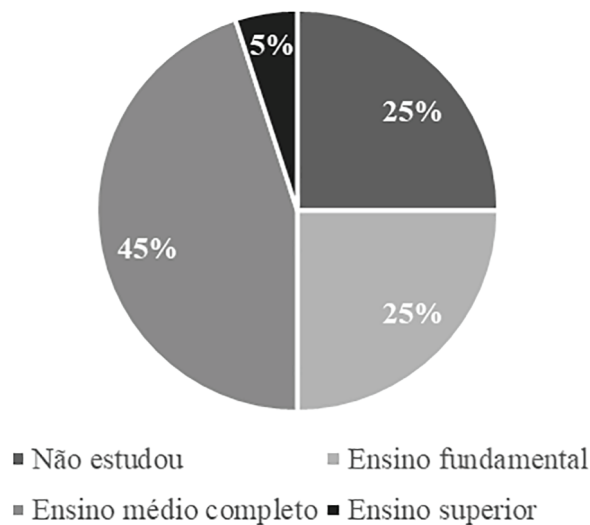
Gráfico 1 – Entrevistados por sexo



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa, 2018.

Com relação ao nível de escolaridade, o Gráfico 2, a seguir, demonstra que, entre os entrevistados, 45% possuem o ensino médio completo; 5% possuem ensino superior; 25%, o ensino fundamental; e 25% não estudou.

Gráfico 2 – Escolaridade dos indivíduos da amostra

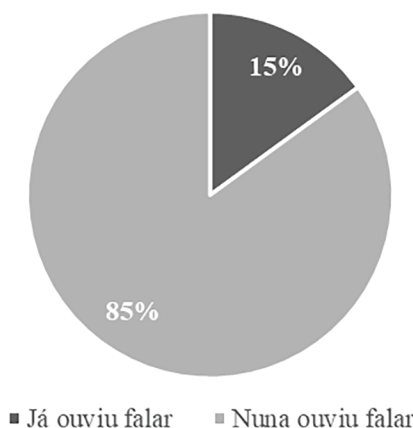


Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS RELATIVOS À GESTÃO DA SAÚDE

Após traçado o perfil dos participantes, foram realizadas indagações com vista a alcançar os objetivos propostos. Quando perguntado: “Você já ouviu falar sobre o Conselho Municipal de Saúde?”, os dados obtidos revelam que 85% responderam que não; e 15% responderam que sim.

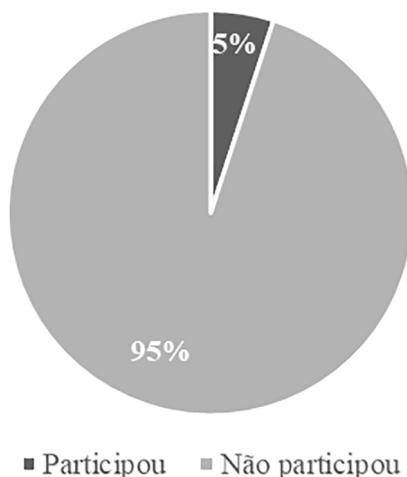
Gráfico 3 – Conhecimento sobre o Conselho de Saúde local



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

Quando perguntado: “Você já participou de alguma reunião do Conselho Municipal de Saúde do município?”, os dados obtidos revelam que 0,5% já participaram de alguma reunião do conselho municipal de saúde; enquanto 95% da amostra não participou.

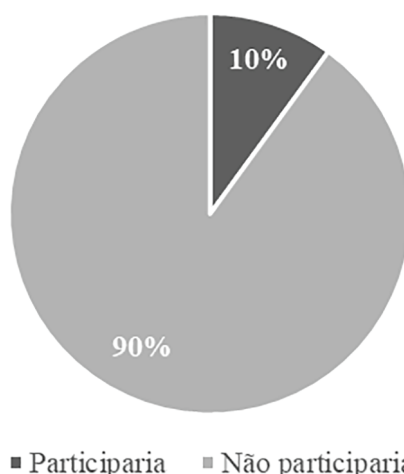
Gráfico 4 – Participação em reuniões



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

Dessa forma, percebe-se que a maior parte dos entrevistados não possui conhecimento da existência de um conselho de saúde local atuante no seu município, o que culmina com o fato de que apenas uma baixíssima parcela já participou de reuniões realizadas pelo conselho municipal de saúde. Quando perguntados: “Você teria interesse em conhecer, e se já conhece, participar de reuniões do Conselho Municipal de Saúde?”, os dados obtidos revelam que 90% da amostra desejam conhecer mais e participar do Conselho Municipal de Saúde.

Gráfico 5 – Participação em reuniões futuras.



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2018.

Dessa forma, observa-se que, apesar de uma considerável parte da amostra não possuir conhecimento sobre o Conselho Municipal de Saúde do seu município e nunca ter participado de reuniões, existe o interesse de uma participação mais ativa. Na mesma linha da presente pesquisa, o estudo realizado por Duarte e Machado (2012) traz dados de que, para a maioria dos conselheiros de saúde, cerca de 59% dos entrevistados, o conselho é desconhecido por parte da população em geral. Entre os integrantes do referido conselho representados pela gestão, 75% consideram que a população desconhece o órgão. Já para os integrantes representados pelos trabalhadores, 80% consideram que a população no geral desconhece o órgão e, por fim, para os integrantes do conselho do referido estudo, representados pelos usuários, 62% relatam que a população desconhece o conselho do município. Assim, corroborando o estudo realizado por Lopes (2016), é possível perceber que, embora um conselho municipal de saúde de determinado município esteja institucionalizado, ainda se faz necessário procurar maneiras de legitimar as atividades no campo democrático como espaço para tal, reforçando a necessidade de se conhecer se a população que recebeu a oportunidade de instrumentalizar tal ferramenta ao menos a conhece como existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa pautou-se em verificar o conhecimento – por parte da população usuária – dos serviços de saúde de um município do estado da Paraíba, mais precisamente no primeiro nível de atenção. Para tanto, optou-se por escolher uma Unidade Básica de Saúde para se proceder com uma entrevista semiestruturada em que o entrevistado responderia a questões ligadas ao conhecimento da ferramenta de participação popular garantida constitucionalmente para os usuários do SUS.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, percebe-se que grande parte dos usuários da atenção primária à saúde de determinada Unidade de Saúde da Família, localizada no município paraibano de Patos, não tem o conhecimento sobre uma ferramenta de gestão tão importante para todos que necessitam de participar dos processos de tomadas de decisão envolvendo questões de saúde para a população de todo o município. Os conselhos municipais de saúde são importantes instrumentos que devem ser utilizados por todos, e dispositivos legais garantem essa participação. Porém, muito se observa que não há conhecimento por parte da população sobre o que é tal instrumento de gestão participativa.

Dessa forma, observa-se que se faz necessário ampliar estudos com essa temática, a fim de que se possa verificar os reais motivos do não conhecimento por parte da população de instrumentos que auxiliam os gestores da administração pública em assuntos importantes como a saúde da população. Há de se considerar que o presente estudo apresentou limitações, como o número de Unidades Básicas de Saúde a ser pesquisadas, tendo como impeditivo o curto espaço de tempo disponível que impossibilitou uma coleta ampliada de informações. Dessa forma, sugerem-se novos estudos que confrontem os dados apresentados para que se possa obter novos dados e, assim, verificar opções de possibilitar o conhecimento dessa ferramenta participativa.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. P. C.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, mar. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O Sistema Público de Saúde Brasileiro**. Brasília, DF: MS, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde**. Brasília, DF: CONASS, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. v. 28.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde (série B: textos básicos de saúde), 2005.

BRASIL. **Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012**. Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselheiros de saúde**. 2. ed. Brasília, DF: TCU; Secretaria de Controle Externo da Saúde, 2015.

BUSANA, J. A.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; WENDHAUSEN, A. L. P. Popular participation in a local health council: limits and potentials. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 442-449, 2015.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 27, n. 78, 2013.

DA SILVEIRA JÚNIOR, A. M. Sistema Único de Saúde (Sus): um breve histórico de sua criação aos desafios atuais. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 75-79, ago. 2015.

DUARTE, E. B.; MACHADO, M. F. A. S. O exercício do controle social no âmbito do conselho municipal de saúde de Canindé, CE. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 21, Supl1, p. 126-137, 2012.

FASSINA, A. L.; **Controle Social, o Conselho Municipal de "Saúde":** funcional ou aparelhado? Rio Grande do Sul Picada Café, 2014.

GARCIA, M. F. Ditadura: hospitais públicos só atendiam contribuintes da Previdência. **Observatório do Terceiro Setor**, São Paulo, 26 ago. 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-hospitais-publicos-so-atendiam-contribuintes-da-previdencia/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LOPES, B. J.; SILVA, E. A.; MARTINS, S. Conselho Municipal de Saúde sob a ótica de seus conselheiros: estudo realizado em uma capital brasileira. **Interações**, Campo Grande, v. 17, nº 2, p. 163-172, jun. 2016.

KEZH, N. H. P.; BOGUS, C. M.; MARTINS, C. L. Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 950-963, dez. 2016.

MENDES, E. V. **A atenção primária à saúde no SUS**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

MENDES, I. A. C. Desenvolvimento e saúde: a declaração de Alma-Ata e movimentos posteriores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], 12, p. 447-448, 2004.

MIWA, M. J.; SERAPIONI, M.; VENTURA, C. A. A. A presença invisível dos conselhos locais de saúde. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 26, p. 411-423, 2017.

PINHEIRO R. A.; Dinâmica dos Conselhos Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro: três estudos de caso: Angra dos Reis, Resende e Bom Jesus do Itabapoana. **Racionalidades Médicas e Práticas em Saúde**, [S. l.], v. 30, n. 5, p. 62-100, 1966

SALIBA, N. A. *et al.* Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1369-1378, dez. 2009.

SILVA, L. M. S. *et al.* Análise da organização e funcionamento dos conselhos de saúde e a gestão participativa em Fortaleza, CE. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 21, p. 117-125, 2012.

JORGE, M. S.; VENTURA, C. A. Os conselhos municipais de saúde e a gestão participativa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 106-115, 2012.

TURATO, Egberto Ribeiro. Qualitative and quantitative methods in health: definitions, differences and research subjects. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Cordialidades iniciais, apresentação do pesquisador e da pesquisa, assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e esclarecido).

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Formação: _____

Questões norteadoras da entrevista:

1) Você já ouviu falar sobre o Conselho Municipal de Saúde?

Sim: Não:

2) Você já participou de alguma reunião do Conselho Municipal de Saúde do município?

Sim: Não:

3) Você teria interesse em conhecer, e se já conhece, participar de reuniões do Conselho Municipal de Saúde?

Sim: Não:

GÊNERO E DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NA CAMPANHA AVON PARA *TODES*

THE GENDER AND STEREOTYPE'S DECONSTRUCTION IN AVON PARA TODES CAMPAIGN

Cláudia Nandi Formentin¹
<http://orcid.org/0000-0002-9980-8362>

Luiza de Faveri Leacina²
<http://orcid.org/0000-0002-8304-6252>

RESUMO

A publicidade tem tido um papel de fundamental importância no contexto social. Com ela e por ela, ganham pauta temas relevantes para as questões sociais do cotidiano. Ao mesmo tempo que a publicidade aponta para mudanças, essa forma de comunicação também reproduz relações sociais que não são mais condizentes com as demandas sociais contemporâneas. Nesse sentido, o estudo busca pesquisar sobre a “Desconstrução de estereótipos de gênero na campanha Avon para *Todes*”. A partir da pesquisa bibliográfica e qualitativa, objetiva entender: questões identitárias; definição de gênero; o que são estereótipos e o que eles carregam diante da identidade de gênero; linguagem neutra; diversidade em campanhas de beleza, com foco na campanha “Avon para *Todes*”. Para fundamentar teoricamente esta pesquisa, traz as ideias de Hall (2003) para tratar de identidade e de Butler (2008) no que se refere à identidade de gênero. No que tange ao tema estereótipo, os autores com estudos-base para esta pesquisa foram Homi Bhabha (2007) e Correa e Mendes (2015). Como principais resultados alcançados aponta que a percepção de que a marca Avon buscou romper com certos padrões mercadológicos que, em uma perspectiva emancipatória, trata da superação do discurso que reproduz estereótipos na busca de uma publicidade comprometida com as demandas sociais.

Palavras-chave: estereótipos; gênero; publicidade; Avon.

¹ Professora e pesquisadora do Grupo de Estudos em Comunicação e Design da Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (UniSatc).

² Acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda (UniSatc).

ABSTRACT

Advertising has played a fundamental role in the social context. With she and because of her, issues relevant to everyday social issues gain an agenda. While advertising points to changes, this form of communication it also reproduces social relations that are no longer consistent with the contemporary social demands. In this sense, the study seeks to research on the "Deconstruction of gender stereotypes in the Avon para *Todes* campaign". Based on bibliographical and qualitative research, it aims to understand: identity issues; gender definition; what are stereotypes and what they carry in front of gender identity; neutral language; diversity in beauty campaigns, with a focus on the "Avon para *Todes*" campaign. For theoretically base this research, it brings the ideas of Hall (2003) to deal with identity and of Butler (2008) with regard to gender identity. Regarding the topic stereotype, the authors with baseline studies for this research were Homi Bhabha (2007) and Correa and Mendes (2015). As main results achieved, it points out that the perception that the Avon brand sought to break with certain market patterns that, in a emancipatory perspective, deals with overcoming the discourse that reproduces stereotypes in search for advertising committed to social demands.

Keywords: stereotypes; gender; advertising; Avon.

1. INTRODUÇÃO

Questões identitárias e de gênero são pautas que vêm ganhando cada vez mais relevância no debate social contemporâneo. Embora a discussão em torno do tema tenha ganhado espaço, ainda carece de mais engajamento e compromissos na desconstrução de estereótipos perpetuados ao longo da história que reforçam a discriminação, a segregação e a violência, como será demonstrado a seguir. A sociedade reproduz estereótipos relacionados a identidades, gêneros, grupos sociais, entre outros, fazendo com que prevaleçam visões distorcidas de realidades e verdades incompreendidas ou desconhecidas pela maioria. Na publicidade não foi diferente, a questão de gênero sempre privilegiou certos tipos em detrimento de outros, ora para agradar o mercado, ora para fazer prevalecer os padrões sociais.

Ao utilizar o gênero neutro na linguagem verbal e características que se distinguem dos estereótipos sociais, a marca Avon chama a atenção por iniciar o rompimento de estereótipos de gênero. Assim, o problema desta pesquisa centra-se na seguinte questão: de que forma a campanha Avon para *Todes* de 2016 contribui para a discussão sobre estereótipo de gênero?

Para responder a esta pesquisa, definiu-se como objetivo geral verificar como a campanha Avon para *Todes* contribuiu para o debate sobre estereótipos de gênero. Para o processo de busca, foram traçados como objetivos específicos compreender o significado de gênero e detectar o que é estereótipo, o que ele carrega, bem como identificar se

existem na campanha analisada elementos que contribuem para a ruptura com estereótipos de gênero. Justifica-se a importância desta pesquisa tanto nos aspectos históricos e cultural quanto na compreensão do mercado em relação ao tema, tendo em vista que existe a necessidade de trabalhar a questão de uma maneira que, pouco a pouco, seja possível quebrar a barreira do preconceito e dos estereótipos.

Neste processo, entender e discutir a questão de gênero apresenta-se como elemento social relevante, pois, ao fazer isso, rompe-se com estigmas e preconceitos. Compreende-se que as campanhas publicitárias podem reforçar os papéis de gênero, por exemplo, quando direciona campanhas de produtos de beleza às mulheres e campanhas de temáticas auto-motivas aos homens. Ao mesmo tempo, a publicidade pode contribuir para romper com tais padrões visto que, no mundo contemporâneo, novas pautas são discutidas. Nesse sentido, observam-se questões de gênero e a desconstrução dos estereótipos.

Esta pesquisa é de natureza básica. Quanto à sua abordagem, ela tem caráter qualitativo. No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, tendo como procedimentos técnicos pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Nas seções que seguem, serão apresentados os conceitos de gênero de acordo com autores como Hall (2003) e Butler (2008); para entender o que é estereótipo, trazemos os postulados de Bhabha (2007); para identificar as mudanças diante da identidade de gênero, pesquisamos Dorlin (2021); já o uso da linguagem neutra é abordado por Caê (2020) e Lau (2017). Para exemplificar a diversidade em campanhas de beleza, temos por base a Avon para *Todes*.

2. COMPREENSÃO DE GÊNERO

A definição de gênero em questões gramaticais serve para designar a diferença entre os sexos masculino e feminino, ou qualquer outro item de forma sexuada. Com o passar dos anos, a pauta feminista apresenta outras características e significados para tal. A historiadora Joan Scott (1995) afirma que as feministas americanas apontaram como conceito de gênero a organização social entre os sexos. Depois, elas passaram a utilizar como ponto social distinções fundadas sobre o sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito no termo “sexo”.

O termo sexo reserva-se às características biológicas predeterminadas do homem e da mulher, enquanto gênero é utilizado para assinalar as características socialmente construídas, que constituem a definição do masculino e do feminino em diferentes culturas (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1993 *apud* MESQUITA FILHO; EUFRÁSIO; BATISTA, 2011, p. 555).

Nessa perspectiva, Butler (2008) diz que o conceito de gênero foi adulterado como oposição à questão biológica relacionada ao sexo, o que implica a biologia como um destino. Assim, o gênero seria definido com o sexo de nascimento, pois, a partir disso, o

indivíduo seria inserido na sociedade e em suas respectivas socializações. Nasce-se, assim, a estrutura social e a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres.

O conceito de gênero apresenta-se, então, para destacar que as diferenças sexuais não estão diretamente ligadas às diferenças sociais entre homens e mulheres, mas, sim, à cultura social que reproduz e naturaliza a questão.

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2008, p. 26).

Seguindo tal perspectiva, entende-se gênero como uma construção social. Independentemente do sexo, por exemplo, o corpo que nasce com vagina ainda não é uma mulher, mas a sua construção na sociedade é que determinará isso. Esse caminho teórico é abraçado pela autora Simone de Beauvoir (1970) que afirma: "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Tal pensamento se difere sutilmente do de Butler, contudo, ambas concordam na imposição cultural e social como construção e definição de gênero (BEAUVOIR, 1970 *apud* BUTLER, 2003, p. 26).

Tendo em vista que a imposição cultural reflete no gênero e na identidade, pode-se afirmar que:

Pelos termos desta definição, nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que nos fornecem, a nós, como um "povo uno", quadros de referência e sentido estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real. Tal "unidade", subjacente a todas as diferenças de superfície [...] (HALL, 2003, p. 68).

Importante destacar o pensamento do filósofo Michel Foucault (1926-1984), que destaca que a sexualidade, por exemplo, não é um fim em si mesmo, é algo que se constrói social e historicamente. Por isso, não há uma única subjetividade universal, ou seja, aquilo que se considera normal ou patológico, racional ou irracional, bom ou ruim, certo ou errado, depende sempre da história (FOUCAULT, 2007). Assim, reflete-se que o gênero se constrói com as vivências sociais e o contexto histórico, fazendo com que não exista uma binaridade de gênero certa, apenas que, naquele momento social, a humanidade define e defende um posicionamento.

2.1. O QUE É ESTEREÓTIPO E O QUE ELE CARREGA?

Segundo Oliveira e Souza (2006), preconceitos direcionados ao gênero e ao sexo estão ligados à prática da discriminação e a comportamentos violentos que as mulheres

enfrentam. Essa violência vem de uma visão estereotipada e sexista a respeito das mulheres e desempenha papel importante nas atitudes agressivas.

Pode-se enxergar o preconceito como um aspecto negativo de hostilidade, direcionada a grupos sociais. Nesse sentido, Fiske (1998) aponta que tal fato possui alguns componentes como: o cognitivo, manifestado pelos estereótipos; o afetivo, que é o preconceito em si; e o comportamental, que é o resultado em atos de discriminação.

A palavra estereótipo é originária palavras gregas *stereo* (rígido) e *tipo* (traço), e se refere a “tornar fixo, inalterável” (FERREIRA, 2000). Ao analisar os diversos aspectos que compõem estereótipos, é preciso ir muito além do que seu conceito formal, compreendendo o termo como algo processual e, nesse caso, pode-se afirmar que: “Estereótipo é um processo de formação de impressão, que constitui um conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais, elaboradas a respeito de uma pessoa. Possui a capacidade de orientar o percebido em suas relações com o meio social (BELO *et al.*, 2005, p. 8)”.

Ainda nesse cenário, os estereótipos determinam-se por singularidades negativas sutis ou declaradas que caracterizam os membros de determinados grupos sociais como: “motivadas por diferenças de raça, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, etnia, ideologia” (FERREIRA, 2004, p. 120). Tais questões geram desinformação, que, por sua vez, podem contribuir para a consolidação de repressão, violência e exclusão por parte da sociedade que não compreende ou não aceita as pessoas como elas são. A esse respeito, Roso *et al.* (2002, p. 72) complementam dizendo que “as pessoas devem ser como a maioria [...] ou serão consideradas desviantes, inadequadas ou marginais. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam”.

Para Bhabha (2007), os atributos que compõem o estereótipo representam a sua capacidade de refletir características históricas e sociais. Segundo o autor, o estereótipo “é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido [...]” (BHABHA, 2007, p. 105). Essa ambivalência, segue Bhabha (2007, p. 106), “que garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individualização e marginalização [...]”. Outros autores apontam também que algumas características associadas ao estereótipo de gênero estão definidas:

[...] em dois grandes grupos segundo a similaridade do traço com a construção sociocultural dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Assim, traços individualistas ou instrumentais (por exemplo: independente, agressivo, racional) caracterizam-se como sendo pertinentes à masculinidade e traços coletivistas ou expressivos (por exemplo: amorosa, sensível, delicada) como pertinentes à feminilidade (ROSO *et al.*, 2002, p. 163).

Nesse sentido, Bhabha (2007, p. 117) entende que o estereótipo “não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade”, mas, sim, continua explicando o autor, “é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença, constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (BHABHA, 2007, p. 117).

Sobre sociedade patriarcal, preconceito, sexismo e atos discriminatórios, é importante observar que:

Entre as diferentes possibilidades de expressão do preconceito encontra-se o sexismo, que compreende avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres e pode se manifestar sob a forma institucional (políticas salariais diferenciadas) ou interpessoal, muito embora a primeira propicie o contexto cultural adequado à segunda [...] o sexismo seria resquício da cultura patriarcal, isto é, um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, sendo legitimado por atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatiza (FERREIRA, 2004 *apud* MESQUITA FILHO; EUFRASIO; BATISTA, 2011, p. 556).

Logo, pode-se dizer que os estereótipos são uma estrutura diante das características de determinado grupo e se definem em crenças sobre o que significa ser mulher ou homem, bem como sobre outras variáveis, por exemplo: “religião, estado civil e escolaridade dos pais, renda familiar, cor da pele, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas e de drogas, antecedentes de violência, entre outros, também devem ser contempladas” (MESQUITA FILHO; EUFRASIO; BATISTA, 2011, p. 565).

Na publicidade, pode-se perceber que os estereótipos podem influenciar na naturalização do poder e da opressão que as questões de gênero estão envolvidas, por meio de representações dos papéis sociais de mulheres e homens. As características que são atribuídas socialmente ao gênero refletem a visão de que a mulher é um ser delicado, emotivo, confuso e frágil, enquanto o homem é visto como forte, desapegado. Assim, a construção do estereótipo do papel da mulher se apresenta nas campanhas e peças publicitárias de forma oposta aos homens, assim reforçando os papéis sociais e comportamentos impostos culturalmente.

De um modo geral, a publicidade naturaliza a visão androcêntrica, representando mulheres como emotivas, passivas, dóceis ou sensuais e homens como sujeitos racionais, viris e provedores do lar. Nesse sentido, é importante perceber que as representações femininas veiculadas nos comerciais são aceitas devido à sua relação com os esquemas de percepção dominantes, tornando-os ‘naturais’ para a grande maioria do público (SILVA, 2003, p. 4).

Tais questões são utilizadas nas construções de anúncios. Apesar de não possuir ideologias, o mercado publicitário resiste em aplicar mudanças. A esse respeito, os autores Conde e Hurtado (2006 *apud* OLIVEIRA-CRUZ, 2017, p. 2) mostram que os anúncios publicitários “são um instrumento fundamental para a reprodução da desigualdade e a discriminação sexual”.

Corrêa (2012) afirma que apontar estereótipos de gênero no meio publicitário não deve ser visto como reclamações ou denúncias, mas, sim, uma observação sobre a narrativa insistente dos papéis sociais entre homens e mulheres na cultura. Compreende-se que existe a possibilidade de ruptura dessa narrativa e, assim, a desconstrução de estereótipos de gênero se desintegra, mas é necessário trabalhar diferentes âmbitos sociais.

Os preconceitos e as discriminações estão fortemente radicados nas nossas mentalidades e no imaginário coletivo da nossa sociedade. Impregnam nosso dia-a-dia, nossos comportamentos, nossas atitudes e práticas sociais. [...]. Integrá-los exige um processo consciente, cuidadoso e sistemático de desnaturalização, sensibilização, reflexão e ação no plano pessoal e coletivo, que trabalhe os âmbitos cognitivo, afetivo, simbólico, cultural e político-social (TEIXEIRA; DUMONT, 2009, p. 102).

As mulheres têm se destacado nas mais diversas áreas de trabalho e do conhecimento, mas ainda é evidente sua presença como donas de casa em muitos dos *cases* publicitários, estando ligadas a produtos de limpeza de casa, lavagem de roupa, maternidade e afins, pois, ao definir o público-alvo, as empresas definem as mulheres como destinatárias da mensagem. O mesmo processo ocorre com os homens, que são colocados em evidência em peças de marketing de produtos esportivos, automotivos, entre outros. Entretanto, a aparição de mulheres em comunicação voltada ao público masculino também é de praxe.

Nos produtos que são, conforme a tendência do discurso publicitário, prioritariamente voltados ao público masculino (como automóveis e bebidas alcoólicas), a mulher aparece como um “objeto de desejo” do homem. Nesse caso, vale ressaltar, a mulher tornada objeto é invariavelmente bela conforme os padrões estéticos hegemônicos e é retratada como coadjuvante ou prêmio a ser desfrutado e associado ao consumo do bem anunciado (CORREA; MENDES, 2015, p. 138).

Acrescenta-se, então, a representação social dos gêneros, pois, ao mesmo tempo que uma mulher representa uma dona de casa que sente prazer ao realizar as tarefas diárias – inclui-se o cuidar do marido –, em uma campanha voltada às mulheres, faz-se comum a inserção de mulheres em campanhas de bebidas alcoólicas, tendo como público-alvo os homens, representando, assim, o sexismo e a erotização de ser mulher para satisfazer o público masculino.

2.2. AS MUDANÇAS DIANTE DA IDENTIDADE DE GÊNERO

No decorrer dos anos, a percepção de gênero foi se modificando e novas realidades tornaram-se conhecidas diante da sociedade. A ruptura do que se enxerga como homem, mulher e a heterossexualidade existente acontece quando se conhecem novas figuras que se apresentam no aspecto *queer*. Na língua portuguesa, o termo *queer* carrega consigo um significado literal de excêntrico, geralmente utilizado para designar pessoas que fogem do modelo heterossexual ou do binarismo de gênero.

No entanto, quando se iniciou o uso da palavra, antes mesmo de qualquer teoria aplicada a ela, utilizava-se de outra forma. De acordo com Chauncey (1995 *apud* BANDEIRA, 2019, p. 3), o termo *queer* era uma denominação utilizada no período pós-guerra para denominar homens afeminados ou para diferenciar, na relação homoafetiva, aquele que era o passivo. Depois disso, o termo começou a ser utilizado de forma ofensiva e direcionada às pessoas gays e lésbicas (BUTLER, 1999).

Logo, *queer* foi considerado um movimento político, direcionado a questões de gênero, tendo como personagens de luta pessoas travestis, transexuais e não binários, atestando, então, a pluralização de sujeitos. Trata-se de uma nova política de gênero, cuja realidade pôde ser vista nos movimentos de travestis, transexuais, não brancos e não binários, o que atesta a pluralização dos sujeitos (BUTLER, 2015). A esse respeito, Bento (2017) explica que

Os estudos *Queer* irão radicalizar o projeto feminista interna e externamente, ao ampliar as vozes para habilitar travestis, drag queens, drag kings, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais como sujeitos que constituem as suas identidades por meio dos mesmos processos daqueles que se consideram socialmente “normais” (BENTO 2017, p. 96).

Nesse aspecto, Louro discorre sobre a resignificação do termo *queer*:

Sua utilização pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original. Essa utilização renovada da palavra “*queer*” joga também com um de seus outros significados, o de “estranho”. Os movimentos homossexuais falam, assim, de uma política quer ou de uma teoria *queer* (LOURO, 2004, p. 125).

A autora ainda diz que o movimento *queer* possui um viés contrário à heteronormatividade compulsória da sociedade, desnormaliza as imposições sociais diante do gênero feminino e masculino e se destaca por transgredir o não normal. Já Dorlin (2021, p. 109) aponta que: “A teoria *queer* é uma expressão que opera o mesmo movimento crítico que o pensamento feminista faz alguns anos antes acerca das ‘mulheres’”. A autora continua afirmando que “As identidades ‘lésbicas’ e ‘gays’” tornam-se identidades que tendem a homogeneizar as diferentes identidades sexuais, mas também de cor e classe, que envolvem e dão forma às nossas sexualidades” (DORLIN, 2021, p. 109).

No Brasil, o *queer* chegou de fato em meados dos anos 2000 carregado de estigmas a ser rompido, além de tentar dialogar com a população utilizando outros termos mais abasileirados, pois se pensava que, por ser um termo em inglês, a recepção não seria tão positiva e, assim, o termo ativismo transviado foi inserido em nossa realidade.

A recepção brasileira da Teoria queer se deu – desde o seu início – articulada às nossas necessidades e problemáticas buscando incorporá-la em práticas sociais. Na década de 2000, a disseminação queer se deu de forma progressiva e transversal nas mais diversas áreas do conhecimento: da educação passando pela sociologia, a psicologia, a comunicação, a antropologia, a história, a linguística e ecoando até em áreas mais sisudas como o direito. Em 2007, com a publicação da primeira compilação de estudos Queer brasileiros [...] (MISKOLCI, 2014, p. 33).

Logo, o mercado começa a produzir reflexos das novas discussões trazidas da sociedade e, nisso, o papel social da publicidade se vê em ação. Segundo Gonçalves e Nishida (2009), a publicidade é o espelho da fala social, pois ela não possui vida própria e está inserida na cultura. Além disso, a propaganda pode tanto influenciar quanto representar

valores, por possuir um impacto expressivo nos valores, crenças e comportamento das pessoas. Descrito por Leite (2008), a publicidade apresenta a possibilidade de observar o discurso publicitário como um meio de transformação social, de modo que estimule novos olhares aos temas expostos.

Por muito tempo a indústria cultural utilizou-se de personagens sociais hegemônicos em suas mensagens publicitárias, o que contribuiu para o Nesta conjuntura, não era reconhecida a diversidade de identidades dos grupos sociais, sendo muitos inseridos à margem desta corrente de produção mercadológica enraizamento e fortalecimento social de ideias preconceituosas (LEITE, 2008, p. 65).

O chamado marketing LGBTQIA+ ou *Pink Money* é uma realidade antiga em países da Europa e pelos Estados Unidos, pois, desde a década de 1980, as empresas inserem o público *queer* em suas propagandas. Em contrapartida, no Brasil, a representatividade LGBTQIA+ se apresentou no marketing em meados dos anos 2010.

Tomando consciência de que o público LGBTQIA+ faz parte da clientela e, muitas vezes, torna-se o público-alvo de alguns produtos ou serviços, as marcas começaram a enxergar o mercado com mais relevância e, assim, passaram a direcionar as comunicações realizadas a essa clientela. Além disso, segundo Nölke (2018), o marketing percebeu que a representatividade é uma demanda social, pois a época atual tem como pauta principal e de saudação a diversidade.

2.2.1. LINGUAGEM NEUTRA

Com a finalidade de desconstrução de gênero e do binarismo de gênero no vocabulário, a linguagem neutra chega para modificar a forma de escrever e falar. Caê (2020) aponta que essa linguagem tem como objetivo a comunicação, de maneira que não demarque gênero no discurso linguístico, incluindo, assim, todos os indivíduos.

A língua portuguesa não possui um gênero neutro, pois se percebe que a cada fala é sempre apontado um gênero, por exemplo: a televisão, o copo e isso se aplica ao referir-se a pessoas.

Pode-se dizer que a gramática e a estilística convergem e divergem em qualquer fenômeno concreto de linguagem: se o examinamos apenas no sistema da língua estamos diante de um fenômeno gramatical, mas se o examinamos no conjunto de um enunciado individual ou do gênero discursivo já se trata de fenômeno estilístico. Porque a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico (BAKHTIN, 2003, p. 269).

Na língua portuguesa, pessoas não binárias costumam utilizar prefixos “u” e “e” para neutralizar os pronomes. Tal ato é visto como um político para mostrar que a sociedade exclui pessoas que fogem da binaridade de gênero e, como o “*elus*”, não se veem como homem ou mulher, não faria sentido falar da forma vista como tradicional.

Não somente pessoas não-binárias enxergaram a necessidade de modificar a linguagem por conta da identidade de gênero, como também o movimento feminista já questionava e levantava pautas diante do sexismo linguístico, tendo em vista que a língua portuguesa - e outras - foram estruturadas e construídas em um sistema patriarcal.

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (BUTLER, 2008, p. 28-29).

O sexismo linguístico é um preconceito velado e naturalizado, composto pelas regras gramaticais e cultas da língua portuguesa, onde o gênero feminino precisa se fixar no termo masculino. Segundo Lessa (2011), por meio de estereótipos, desigualdade, preconceito e opressão direcionados às mulheres, utiliza-se palavras no masculino para designar toda a espécie humana ou para conseguir falar sobre várias pessoas.

A insistente exclusão do gênero feminino da gramática da língua portuguesa representa todo o histórico de discriminação e preconceito do homem sobre a mulher, tal fato que é naturalizado pela sociedade.

Com isso, pretende-se mostrar a visibilidade de pessoas trans não-binárias na forma escrita, mas principalmente na forma lida/falada. Dessa forma, haverá um maior reconhecimento e acolhimento de pessoas assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, queer, intersexo e mais (LAU, 2017, p. 9).

Nesse sentido, a linguagem neutra visa dar visibilidade às pessoas que não se sentem representadas na própria língua. Não há no Brasil, no período em que este trabalho foi realizado, nenhuma normatização quanto a inserção da linguagem neutra na gramática oficial. Ademais, existem projetos de leis de nível nacional³, estadual e municipal para sua proibição, com a justificativa de preservação da língua portuguesa.

2.3. A DIVERSIDADE EM CAMPANHAS DE BELEZA

Pela publicidade ser um registro de valores da sociedade, Hoff (2004) diz que toda campanha tem um jeito de abordar um valor social, por isso algumas marcas já realizaram propagandas a favor de um produto sem gênero.

³ Em 23 de novembro de 2020 o deputado federal Guilherme Derrite (PP - SP) apresentou o projeto de lei n. 5248 que “estabelece o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências.” O projeto tem como intuito proibir instituições de ensino e bancas examinadoras de concursos públicos de utilizarem o gênero neutro para se referir a pessoas que não se identificam com os gêneros masculino e feminino, como a população LGBTI. Atualmente o projeto se encontra ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Em vista disso, entende-se que as empresas precisam resolver os desafios sociais e participar da busca de soluções, a partir de duas forças que obrigam as empresas nos mercados maduros a apoiarem uma transformação. São elas: a necessidade de crescimento futuro e o apelo à diferenciação, pois a transformação do estilo de vida do consumidor pode estimular e criar forte diferenciação e com isso estar trabalhando a questão da representatividade (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2012).

A representatividade dessa neutralidade de gênero acontece a partir do momento em que marcas enxergam a necessidade de mostrar ao público que eles podem sim se verem inseridas no uso do produto ou serviço da empresa.

"[...] que a utilização do gênero como referência às diferenças sociais levou ao entendimento de que as distinções entre o feminino e o masculino não são fatos naturais, pelo contrário, são forjadas pelos indivíduos em sociedade e perpassadas pela cultura (KNOLL, 2012, p. 241)".

Na realidade brasileira, o rompimento dos estereótipos e a representatividade homoafetiva dentro do mercado de cosméticos iniciou-se em 2015 com O Boticário com um comercial de dia dos namorados, onde dois casais homoafetivos aparecem com toda a naturalidade.

Consequentemente, a fissura do gênero no mercado publicitário de cosméticos se deu pela Avon, com a campanha "Avon para *Todes*". Apesar de um histórico conservador, a empresa vem se atualizando e realizando uma transição no posicionamento da marca, adotando representantes midiáticos do universo *Queer* e, de fato, adotando a desconstrução de gênero.

3. A AVON: DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO MERCADO PUBLICITÁRIO

A *Avon Products Inc.* é uma empresa atuante no setor de cosméticos com venda de maquiagens, perfumes, cremes e afins, além de produtos de bazar com itens para o dia a dia, como potes e outros utensílios. A empresa foi fundada em 1886, nos EUA, e se faz presente no Brasil desde a década de 1950. Conforme Holocheski ([201-]), a empresa buscou, desde seu nascimento, apoiar as causas femininas. Tal objetivo ficava evidente nas campanhas publicitárias divulgadas pela marca. A autora afirma que, em um cenário como o que se apresenta no momento da produção deste trabalho, a marca vem desenvolvendo campanhas que objetivam também demonstrar seu apoio ao movimento LGBTQIA+.

Anterior à estratégia que será estudada Avon para *Todes*, no mesmo ano a marca se manifestou através do comercial #MãeSemCulpa: Cida comenta "Filhos e sexualidade", criado para o Dia das Mães, em que traz uma mãe falando sobre seu relacionamento com o filho homossexual. Antes disso, também no ano de 2016, foi realizada a Promoção Louca por Cores que trazia a Drag Queen Pabllo Vittar em seu comercial. No ano de 2015, a marca Avon já buscava se posicionar e escolheu pela primeira vez uma mulher transexual para participar de suas propagandas, sendo a segunda brasileira a estrear comerciais do setor de beleza, a escolhida foi a cantora Candy Mel que participou da campanha #EuSouAssim Outubro Rosa (HOLOCHESKI, [201-], p. 20).

Ao optar por trabalhar com mulheres desde a sua criação, mulheres que levam o catálogo da marca casa a casa, a marca Avon demonstra acreditar na capacidade da mulher e tem contribuído para o empoderamento pela geração de trabalho e renda de todas as mulheres. Considerando a diversidade de gênero, raça, religião ou classe social, todas podem tornar-se uma revendedora dos produtos e, com isso, conquistar sua independência financeira. Pode-se dizer, ainda, que a marca Avon incentiva o microempreendedorismo com seus programas de revenda e representantes. Em sua apresentação no site oficial, a marca afirma que:

Somos uma companhia que empodera mulheres com inspiração e independência financeira. Que combate o envelhecimento da pele e luta contra o câncer de mama. Que sabe o valor dos lábios perfeitos, e apoia que abram a boca para dizer não à violência doméstica. Que leva a beleza à sua porta, e que te abre tantas outras. A Avon apoia 6 milhões de Representantes da Beleza Avon, em mais de 100 países, e que há mais de 130 anos trabalha pela elevação da auto estima e preservação da vida de um número cada vez maior de pessoas (AVON, 2021).

No mercado da beleza, a Avon é uma das marcas que mais investe em diversidade em suas propagandas, pois possui um grande número de peças publicitárias em que personagens da comunidade LGBTQIA+, mulheres e pessoas de outros grupos minoritários se tornam os protagonistas. Diante disso, em 2016, a marca classificou-se em 12ª posição entre as maiores organizações de beleza segundo a revista *Beauty Packaging* (MATUSOW, COSGROVE, 2016). Nesse mesmo ano, a marca lançou a campanha que ora se apresenta como objeto de análise desta pesquisa: Avon para *Todes*.

3.1. CAMPANHA AVON PARA *TODES*

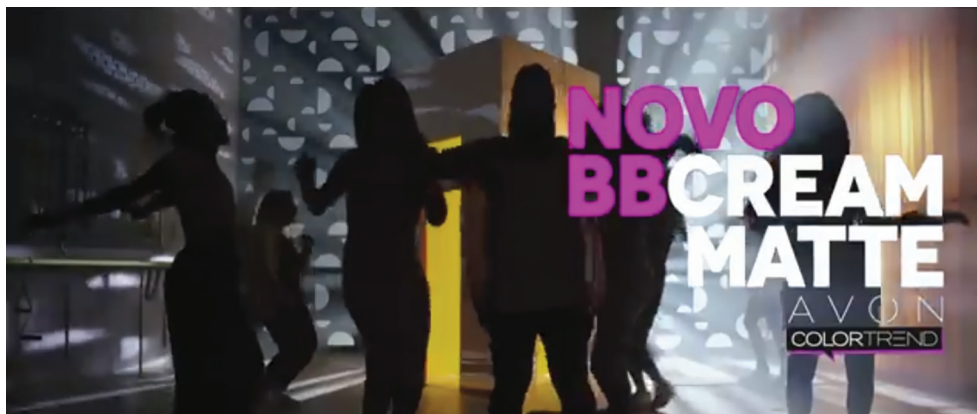
Em meados de 2016, a Avon lançou uma linha de maquiagem em uma campanha intitulada “Para *Todes*”. A partir disso, a marca trouxe representantes da comunidade LGBTQIA+ para darem rostos ao *case* publicitário, mostrando, assim, a diversidade de gênero a que o produto se aplica. A esse respeito, Holocheski ([201-]) explica que, no dia 28 de março de 2016, data em que se celebra o Dia do Orgulho Gay, a Avon lançou uma campanha nas mídias digitais homenageando o público LGBTQIA+. Nessa campanha, ao mesmo tempo que apresenta o novo produto para a pele, trata a temática de gênero e diversidade.

O produto é o novo BB cream matte que apresenta em sua campanha a imagem de rapazes maquiados, reforçando a ideia de que é um produto que não depende do gênero ou cor do consumidor e defende que o produto foi criado para todas as pessoas, já que no próprio comercial é utilizado o termo “para *todes*” (HOLOCHESKI, [201-], p. 20).

No vídeo, é possível observar, já em suas primeiras cenas, que não há um personagem principal, mas, sim, uma diversidade que foge de padrões considerados heteronormativos

na sociedade. A abertura (Figura 1) traz a silhueta das pessoas participantes, em um ambiente mais escuro, destacando, assim, o nome do produto. Aos poucos, as luzes coloridas ao fundo se acendem. Não é possível distinguir o gênero a que pertence cada participante da cena.

Figura 1 – Abertura do vídeo case



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Ao som da música “Baby, Baby”, do Tropkillaz, as pessoas são reveladas (Figura 2). Os representantes escolhidos foram a Liniker⁴; Tássia Reis⁵ e As Bahias e a Cozinha Mineira⁶; membros do projeto Salada de Frutas⁷; Jéssica⁸, do Canal das Bee; o jornalista Gustavo Bonfiglioli⁹; o modelo Gabriel Rocha¹⁰; o cineasta Ariel Nobre¹¹, e o modelo Nicolas Henriques¹².

⁴ Liniker é cantora, compositora, atriz e artista visual brasileira que se identifica como uma pessoa não binária, tendo como preferência os pronomes: ela/dela.

⁵ Tássia Reis é uma mulher negra, rapper, cantora e compositora brasileira.

⁶ As Bahias e a Cozinha Mineira é um trio musical formado por três pessoas, sendo duas delas mulheres transexuais: Raquel Virgínia e Assucena Assucena.

⁷ É uma junção dos artistas Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira, Rico Dalasam e Tássia Reis.

⁸ Jéssica é uma mulher lésbica e uma das fundadoras do canal das bee, um dos canais mais influentes do youtube do meio LGBTQIA+

⁹ Gustavo Bonfiglioli é um homem gay e sua profissão é jornalista.

¹⁰ Gabriel Rocha é modelo não binário.

¹¹ Ariel Nobre é um homem trans que é cineasta.

¹² Nicolas Henrique um ator cisgênero e heterossexual

Figura 2 – Revelação das personalidades



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

A diversidade é apresentada em um primeiro momento pelas características físicas com pessoas de barba, cabelos curtos e compridos, vestindo saias e calças. A partir disso, é possível observar a presença de transexuais, homossexuais, pessoas não binárias, que fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Esses sujeitos presentes no vídeo contribuem para quebrar os estereótipos de gênero, tendo em vista que os personagens apresentados se diferem do que foi instituído historicamente na sociedade.

Como mencionado, “estereótipos são uma estrutura diante das características de um determinado grupo e se definem em crenças sobre o que significa ser mulher ou homem” (MESQUITA FILHO; EUFRASIO; BATISTA, 2011, p. 565). Por isso, a presença de pessoas socialmente identificadas como homens, utilizando adereços ditos femininos, enquadram-se na ruptura social que a comunidade *queer* carrega consigo.

Nesse contexto, o vídeo apresenta a cantora Liniker (Figura 3), dando destaque ao seu rosto, que expõe o efeito *matte* do produto de cosmético em questão, mas que não deixa de evidenciar a presença de barba. Assim, a imagem rompe com o significado do que é ser mulher, visto que a cantora, que tem como expressão de gênero a feminina, não deixa de mostrar características físicas que poderiam lhe “rotular” como sendo homem.

Figura 3 – Destaque em Liniker



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Na sequência, o vídeo expõe o rosto do Gustavo Bonfiglioli, que é uma pessoa socialmente lida como homem cisgênero (Figura 4). Como mencionado, a publicidade dramatiza o comportamento de gênero por meio de gestos, vestimentas, falas e afins, dessa maneira, o personagem se destaca ao não corresponder aos estereótipos socialmente impostos. Não há, dessa forma, como o espectador identificar quem é parte da comunidade LGBTQIA+. A marca, assim, evidencia que seus produtos não são apenas para quem está envolvido em um “discurso de permissão”, conforme afirma Leite (2008), mas para quem sente vontade de usar.

Figura 4 – Destaque em um homem com maquiagem



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Como Nölke (2018) explica, o marketing percebeu que a representatividade é uma demanda social, pois a época atual tem como pauta principal a de saudação à diversidade. Isso se apresenta com a quantidade de pessoas participantes representando-a, o que pode ser observado em todo o *case* que apresentamos.

Tendo em vista que o intuito do vídeo é representar a diversidade da sociedade, a Tássia Reis (figura 5) é ressaltada com um *take* em destaque, trazendo visibilidade às mulheres pretas, que também são deixadas de lado quando o assunto é publicidade. Observa-se, nesse caso, a linguagem verbal como uma característica do produto da Avon. A marca aponta que, quando se fala de diversidade, não se trata apenas do público LGBTQIA+ mas também de toda a pluralidade da sociedade que, muitas vezes, não se vê representada nos conteúdos veiculados nos diversos canais de comunicação. Ao apresentar tal pluralidade, a campanha analisada contribui para desconstruir estereótipos presentes na sociedade em relação às pessoas que fazem parte do referido grupo.

A publicidade naturaliza a visão androcêntrica, representando mulheres como emotivas, passivas, dóceis ou sensuais e homens como sujeitos racionais, viris e provedores do lar. Nesse sentido, é importante perceber que as representações femininas veiculadas nos comerciais são aceitas devido à sua relação com os esquemas de percepção dominantes, tornando-os “naturais” para a grande maioria do público (SILVA, 2003, p. 4).

Portanto, é possível afirmar que a Tássia Reis (Figura 5) apresenta-se como a naturalização de mulheres em um comercial sem aspectos estereotipados de sensualidade e doçura.

Figura 5 – Tássia Reis



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Ao analisar a presença da Youtuber Jéssica, do Canal das Bee, identificada na Figura 6 com a letra “A”, percebe-se a sua introdução no cenário como a representante das mulheres lésbicas em um *take* (Figura 6) no qual estão presentes pessoas que aparentam um perfil *queer*, ou seja, “o termo *queer* carrega consigo um significado literal de excêntrico, geralmente utilizado para designar pessoas que fogem do modelo heterossexual ou do binarismo de gênero” (JORDÃO, 2020, p. 1). Essa questão pode ser visualizada em pessoas de diversos gêneros, com maquiagens, roupas e adereços que fogem do padrão heteronormativo. Ao centro (Figura 6C), podemos observar o jornalista Gabriel, que é um homem cis homossexual, utilizando-se de maquiagens diversas.

Na Figura 6D ainda, encontra-se o modelo Nicolas Henrique, representando as pessoas heterossexuais e cisgênero, reforçando, assim, a pluralidade social. Por fim, dando destaque à Figura 6E, o modelo Gabriel Rocha surge pela primeira vez de forma visível no clipe. Assim, se o estereótipo “é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença”, como defende Bhabha (2007, p. 117), o que a Figura 6 mostra é que a pluralidade de identidades é tamanha que não cabem em categorias fixas, como propõe o discurso que forma o estereótipo.

Figura 6 – A diversidade dos participantes



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Na sequência (Figura 7), a face de Gabriel é destacada junto da frase sobre o produto. Ao seu redor, observam-se mãos de outras pessoas que carregam consigo a sensação de naturalidade e leveza. Por ser uma pessoa não binária, o modelo traz essa representatividade para a campanha, evidenciando ainda mais a proposta de retrato de *Todes*.

Figura 7 – A diversidade dos participantes



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Dando continuidade à representatividade transexual, Raquel e Assucena surgem dançando (Figura 8) com diversas silhuetas ao fundo, destacando, assim, seus corpos com o auxílio de um canhão de luz.

Figura 8 – Raquel Virgínia e Assucena Assucena.



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Ambas reafirmam o enfrentamento aos olhares opressivos por não se encaixarem no que é determinado pelas pessoas, tornando-se, assim, pessoas desviadas. Dessa forma, elas rompem com a situação identificada por Roso *et al.* (2002, p. 78), de que “as pessoas devem ser como a maioria [...] ou serão consideradas desviantes, inadaptadas ou marginais. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam”.

Ademais, os dois últimos *takes* mencionados (Figuras 7 e 8) possuem um valor social ainda mais forte, tendo em vista a marginalização dos corpos transexuais na sociedade. Salienta-se ainda que Raquel, Assucena e Gabriel são pessoas que se encaixam na comunidade *queer*, por se destacarem pela transgressão da não normalidade imposta. Segundo Louro (2004), *queer* possui um viés contrário à heteronormatividade compulsória da sociedade, desnormaliza as imposições sociais diante do gênero feminino e masculino e se destaca por transgredir o não normativo.

Reforçando que as pessoas podem ser, sim, como querem, o vídeo da campanha Avon para *Todes* chega contrariando os estereótipos que, de acordo com Ferreira (2004), são estabelecidos por singularidades negativas que caracterizam os membros de determinados grupos sociais. Percebe-se que, durante todo o filme, a música usada como trilha é em inglês e sua letra não faz qualquer referência a um gênero específico, pela própria estrutura do idioma escolhido. Não se utiliza, portanto, da linguagem verbal para dizer o que se pretende evidenciar.

Figura 9 – Linguagem verbal utilizando gênero neutro



Fonte: Página da Avon no Facebook (2021).

Enquanto o grupo de pessoas dança (Figura 9), surge um momento de linguagem verbal utilizando a linguagem neutra. Assim, o *case* se encerra com a exibição da frase “para *Todes*”, sendo, então, uma reafirmação do que todo o vídeo mostrou. Nesse contexto, revela-se que a marca usufruiu de pessoas que representam a diversidade social, contrariando o que a indústria perpetuou ao longo dos anos.

Segundo Gonçalves e Nishida (2009), a publicidade é o reflexo da fala social, pois ela não possui vida própria e está inserida na cultura. Além disso, a propaganda pode tanto influenciar quanto representar valores, por possuir um impacto expressivo nos valores, nas crenças e no comportamento das pessoas. Por isso, o *case* “Avon para *Todes*” alcança uma camada social que até então a indústria publicitária não trazia em seus materiais, fazendo com que, de fato, o impacto da inclusão e representação alcance a *Todes*.

Ressalta-se que a campanha da marca Avon quebrou alguns paradigmas, por exemplo, de que maquiagem é só para mulheres. Ao mostrar corpos diferentes fazendo o uso do cosmético, por um lado, a marca inova e inclui; por outro lado, corre riscos de não ser compreendida ou aceita, porém, a maneira como o produto chega casa a casa por meio de seus catálogos possibilita saber quem é seu público-alvo, o que pensam, gostam e consomem e, dessa forma, chega até o consumidor da maneira como ele é, quebrando padrões e incluindo a *Todes*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visto que a sociedade reproduz estereótipos relacionados a identidades, gêneros, grupos sociais e afins. Dessa forma, prevalece uma gama de visões deturpadas de realidades desconhecidas ou ignoradas pela sociedade. Como no meio social, o mercado publicitário, por muito tempo, reforçou tal discurso, mas, com o avanço da comunidade, abriu-se

a discussão sobre a questão de gênero. Analisando o *case*, foi possível compreender que a campanha contribuiu para o debate sobre estereótipos de gênero, quando inseriu em uma indústria heteronormativa personagens que rompem as normativas sociais do que se espera de um homem e de uma mulher, como pessoas transgênero tanto binárias quanto não binárias e as diversidades sexuais de todos.

O objetivo geral do estudo foi verificar como a campanha Avon para *Todes* contribuiu para o debate sobre estereótipos de gênero. Desse modo, os objetivos específicos se definiram em 1) compreender gênero; 2) detectar o que é estereótipo e o que ele carrega; 3) identificar se existem, na campanha analisada, elementos que contribuem para a ruptura com estereótipos de gênero. Dessa forma, alcançaram-se as metas traçadas, pois, na medida em que decorreu a análise, a compreensão de gênero se apresentou como algo que se tornou mutável conforme a sociedade evoluiu, conseqüentemente, detectou-se que estereótipos são elementos discursivos que carregam características determinadas de acordo com o momento histórico e social. No caso dos estereótipos de gênero, eles podem, entre outras funções, reforçar a brutalidade em homens e a fragilidade em mulheres.

Todas as características citadas são atribuídas às pessoas de acordo com o seu sexo biológico. Com o decorrer do tempo, as mudanças alcançadas se deram pela percepção de que nem sempre o sexo biológico corresponde à identidade de gênero de uma pessoa. Por conta disso, a postura da marca em manifestar-se utilizando o pronome neutro abrangeu não apenas as questões da comunidade LGBTQIA+ mas também abraçou a sociedade em sua pluralidade. Essa postura, na linguagem escrita, reforçou o que foi apresentado no vídeo, posto que as imagens trouxeram a pluralidade humana.

Nesse contexto, marcas iniciaram o rompimento de paradigmas e, assim, questionou-se na presente pesquisa: de que forma e como a campanha Avon para *Todes* de 2016 contribuiu para a discussão sobre estereótipos de gênero? Assim, respondendo à pergunta que norteou esta pesquisa, a campanha de 2016, Avon para *Todes*, contribuiu para essa discussão especialmente porque propôs o rompimento dos padrões de imagens, representando pessoas cisgênero, transgênero, não binárias, pretas, heterossexuais, homossexuais, magras, gordas, altas e baixas, trazendo a representatividade para um número expressivo de identidades vistas na sociedade.

Considerando todas as informações proporcionadas pela pesquisa, bem como a reflexão acerca do tema, compreende-se que o propósito da campanha Avon para *Todes* – como ferramenta de debate para a desconstrução de estereótipos de gênero, ao desenvolver um *case* no qual estiveram presentes pessoas que representam a diversidade – foi alcançada, pois objetivos específicos e o objetivo geral propostos foram atingidos. Ademais, é possível responder que sim, a marca Avon, na campanha analisada, rompe com estereótipos de gênero e pode ser considerada uma campanha que apresenta a diversidade em um contexto social plural.

REFERÊNCIAS

- AVON. **Eu me orgulho, tu te orgulhas, ele se orgulha, nós nos orgulhamos, vós vos orgulhais, TODES se orgulham.** [S. l.]: Avon, 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=10154045296966195>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- AVON. **A Avon.** São Paulo: Avon Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.avon.com.br/institucional/a-avon?sc=1>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso - Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A Teoria Queer Em Uma Perspectiva Brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Rev. Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 34-53, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BELO, Raquel Pereira *et al.* Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. **Psicologia: reflexão e crítica**, [Porto Alegre], v. 18, n. 1, p. 7-15, 2005.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.
- BHABHA, Homi K. **O Local da cultura.** 4. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BUTLER, Judith. **Meramente cultural.** Buenos Aires: El Rodaballo, 1999.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo - Crítica da violência ética.** Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CAE, Gioni. **Manual para o uso da Linguagem Neutra na língua portuguesa.** Paraná: Unioste, 2020.
- CORRÊA, Laura Guimarães; MENDES, André Mello. Inversão, desnaturalização e reforço de práticas de gênero em peças publicitárias. **Intexto**, Porto Alegre, n. 32, p. 136-155, jan./abr. 2015.

CORRÊA, Laura Guimarães. 'Quem sempre troca a Maria?': transgressão e permanência dos papéis de gênero na publicidade. *In*: FRANÇA, Vera V.; CORRÊA, Laura G. (org.). **Mídia, instituições e valores**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. 1. p. 85-96.

DORLIN, Elsa. **Sexo, Gênero e sexualidade**: introdução à teoria feminista. São Paulo: crocodilo/Ubu editora, 2021.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em psicologia da SBP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004.

FERREIRA, Aurelio Buarque De Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FISKE, Susan Tufts. **The Handbook of Social psychology**. Boston: McGrawHill, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; NISHIDA, Neusa Fumie Kwabara. Publicidade e ética: um estudo da construção da imagem da mulher. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 6, n. 17, p. 49-72, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: APICURI, 2016.

HOFF, Tânia. **Redação publicitária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOLOCESKI, Taysa da Silva. **AVON contra a homofobia**: um estudo sobre a estratégia de comunicação no Facebook. [S. l.]: Brasil Escola, [201-]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/comunicacao-marketing/avon-contrahomofobia-um-estudo-sobre-estrategia-comunicacao-no-facebook.htm>. Acesso em: 2 abr. 2021.

JORDÃO, Pedro. **O que é Queer? Entenda a palavra que dá nome ao novo site LGBTQIA+ do iG**. [S. l.]: Queer, 2020. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2020-12-17/o-que-e-queer-entenda-o-termo-que-da-nome-ao-novo-site-do-ig.html>. Acesso em: 25 set. 2021.

KNOLL, Graziela Frainer. Discursos de gênero na publicidade: Análise crítica de textos publicitários em revistas. **Revista Sociais e Humanas**, v. 25, n. 2, p. 239-252, 2012.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para Pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”!. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2017.

LEITE, Francisco. **Publicidade contraintuitiva**: inovação no uso de estereótipos na comunicação. Curitiba: Abril, 2014.

LEITE, Francisco. A propaganda contra-intuitiva é a politicamente correta. **Comunicologia - Revista de Comunicação da UCB**, [S. l.], v. 1, n.1, p. 129-146, 2008.

LESSA, Patrícia. **A fabricação dos tecno-bio-corpos e a produção do sexismo na linguagem**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATUSOW, Jamie; COSGROVE, Joanna. **Top 20 companhias**. [S. l.]: Beauty Packaging, 2 nov. 2016.

MESQUITA FILHO, Marcos; EUFRASIO, Cremilda; BATISTA, Marco Antônio. Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 554-567, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2011.v20n3/554-567/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MISKOLCI, Richard. Crítica à hegemonia heterossexual. Dossiê Teoria Queer: o gênero sexual em discussão. **Revista Cult**, ano 17, n. 193, p. 32-35, 2014.

NÖLKE, Ana Isabel. Making diversity conform? An intersectional, longitudinal analysis of LGBT-specific mainstream media advertisements. **Journal of Homosexuality**, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 224-255, 2018.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizos. **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 134, p. 181-200, abr./jul. 2017.

OLIVEIRA, Danielle Cristina; SOUZA, Lidio. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. **Estudos e pesquisa em psicologia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 2, p. 34-50, 2. sem. 2006.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPAS. **Genero, mujer y salud en las Américas**. Washington, DC: OPAS, 1993. (Publicación Científica, 541).

RECH, Wagner; SCHMIDT, Saraí. Binarismo até quando? Um olhar *queer* para o marketing da diversidade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: WWC, 2017.

ROSO, Adriane *et al.* Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & sociedade**, [Porto Alegre], v. 14, n. 2, p. 74-94, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history New York**. Estados Unidos da América: Columbia University Press, 1995.

SILVA, Renata Maldonado da. Gênero, argumentos e discursos na publicidade televisiva brasileira. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson (org.). **Discutindo Relações de Gênero na Escola**: reflexões e propostas para a Ação Docente. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2009.

KAIRÓS TEMPORALIDADE, BINÔMIO VIDA

KAIROS TEMPORALITY, LIFE BINOMIUM

Marcelo Calderari Miguel¹
<http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>



Misterioso, exórdio, peremptoriamente ardil.
Adorável e inconveniente, sou assim: desassossegado.
Racional em na áurea essência. Insuficientemente álgida.
Coração frágil, persiste em vulcanicamente amar.
Escritor de dislate, pernóstico e recôndito, sectário discurso.
Louco e exortativo, mas consciente, muito sabe encafifar.
Oscilante entre a incandescência e a caligem, impõem-se a balbúrdia.

Curioso sem admitir, torna-se reacionário.
Amorosidade acompanha o rol de melancolia.
Libertário e vanguardeiro, um total subversivo, diria.
Dualidade nada pudica, o geminiano dispara incógnitas no caminho.
Enigmático como o luar, insurreto e intempestivo olhar.
Romântico e teimoso, insubordinado ao burguês cárcere.
Apreensivo e desconfiado, insubmisso aos disparates, não nitidifica-se.
Reificada subjetividade, tem como corolário a incolumidade, expressão de raridade.
Idiossincrático demais para traduzir, diz: que onde falta a memória, entra a história.

Misterioso e imperativo, testemunha ocular e social, ser de indubitáveis memórias.
Imaturo ou ingênuo, dialogicidade incólume, marcha em pernósticos desdobros.
Generosidade gigante, acredita no que vê, pensa que a vida pode ser mais bela um dia...
Unilateralidade à simbiose homem. Único em tergiversar, afasta a ostracização e o olvidar.
Excêntrico na vaidade, temperamento fleumático, conexão de vulnerabilidades pacíficas.
Líder nato, inefável e icônico até o âmago das coisas; não se rende a heteronormativos atos.

¹ Bibliotecônomo, Arquivologista e Mestrando do Programa em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) - Linha 2 - Memória, Representação e Informação | marcelo.miguel@edu.ufes.br | Associado efetivo no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha - Casa da Memória, no Município de Vila Velha/ES.

REAGREGANDO O SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA DO ATOR-REDE

REAGGGING THE SOCIAL: AN INTRODUCTION TO THE NETWORK ACTOR THEORY

Cícera Pinheiro Batista¹

<http://orcid.org/0000-0003-2615-1803>

Paulo Dourian Pereira de Carvalho²

<http://orcid.org/0000-0003-1961-8970>

BRUNO LATOUR³

Bruno Latour é um renomado filósofo, antropólogo e sociólogo. Nasceu na França, no ano de 1947. Doutorou-se em filosofia pela *Université de Tours* e em antropologia pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris, local onde leciona. Tem se destacado nos estudos de filosofia da ciência e da natureza, bem como no campo de conhecimento das “ecologias políticas”. Latour já trabalhou como professor na *University of California – Campus San Diego* (1989 a 1991) e no Centro de Sociologia e Inovação da *École Nationale Supérieure des Mines de Paris* (1991 a 2006). No ano de 2013, recebeu o prêmio *Holberg* do governo da Noruega. Possui uma profícua trajetória acadêmica, tendo publicado diversos artigos e concedido entrevistas por todo o mundo. É autor de inúmeros livros, entre eles: *Políticas da natureza* e *Ensaio Sobre a Realidade dos Estudos Científicos, Investigações sobre os modos de existência, jamais fomos modernos* e a obra *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*, objeto de análise desta resenha.

REAGREGANDO O SOCIAL – REFLEXÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DAS ASSOCIAÇÕES

A obra *Reagregando o Social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede* é composta de três partes mais a introdução. São quatrocentas páginas de uma escrita complexa e, por

¹ Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN), licenciada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), licenciada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e especialista em Gestão Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Natalense (IESN). E-mail: cicerapinhoibatista.patricia@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: paulo.dourian@hotmail.com.

³ Informações biográficas disponíveis em: <https://bazar-dotempo.com.br/autores/bruno-latour/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

vezes, irônica, em que o autor apresenta uma teoria social “alternativa” para se pensar os elementos do social do século XXI. Trata-se de uma contestação à teoria social tradicional e todas as naturalizações provenientes dela. Latour nos convida a pensar o social por outro viés que enfatiza as associações, as microassociações, os fluxos, as conexões, os microelementos que se articulam em uma rede, conformando coletivos que constituem o social, sendo este último tido como relacional, fluido e não fechado como pressupunha a sociologia clássica.

No pensamento de Latour, sintetizado na obra, nota-se um movimento de abertura. O autor preza pela interdisciplinaridade e defende a interdependência entre os elementos e os agentes que constituem as redes. Além disso, nota-se a tentativa de quebra dos dualismos que historicamente atravessam as ciências sociais, tais como: indivíduo e sociedade, natureza e cultura. Em detrimento das dicotomias, Latour pensa em variações, movimentos de continuidade e complementaridade. Isso faz com que as categorias fixas e estanques sejam diluídas, imersas em uma rede na qual ocorrem cadeias de associações entre humanos e não humanos, pessoas e objetos, ambos com poder de agência.

Influenciado por autores como Gilles Deleuze (1925-1995), Félix Guattari (1930-1992), Gabriel Tarde (1843-1904), Michel Foucault (1926-1984), entre outros, Latour afasta-se da ideia de pensar um todo unificado, ou formas *a priori*. Diferentemente disso, ele se interessa por feixes de relações nas pequenas partes que criam a realidade por meio de conexões que envolvem mediações, processos e horizontalidade entre os elementos presentes na rede.

Partindo desses pressupostos, logo na introdução do livro, Latour expõe que pretende descobrir as associações e desvelar o “social” que estava petrificado na sociologia clássica. Para Latour, o social não é um estado de coisas estanques, de modo que as explicações científicas modernas já não dão conta de abranger o social na atualidade, por isso, segundo o autor, é preciso remontar o “significado primitivo de social”, rastreado os atores nas conexões entre coisas que não são sociais em si mesmas. Isso nos faz pensar que não existe uma essência no que se tem chamado de social, muito pelo contrário, esse é um elemento volátil e compósito.

Logo nas primeiras páginas, nota-se que a obra tem como proposta principal examinar a natureza do social, devido à multiplicidade de produtos científicos/tecnológicos que existem nos agregados, e que carece de ser analisada na perspectiva de mudança no campo da ciência e na complexa composição da “sociedade”. Para Latour, é preciso revisar o objeto, bem como a metodologia das ciências sociais, em razão dos elementos heterogêneos que as associações comportam em um “movimento peculiar de associação e de reagregação”. Assim, o autor busca reexaminar as contradições na esfera do social a partir do que ele chama de “cinco incertezas”, o que implica uma redefinição das “associações”.

Latour aponta que: as explicações sociais dos modernos não permitiram à Sociologia inventar um percurso próprio como disciplina científica. Por isso, é preciso a perspectiva relativista que se adeque aos dados e às informações que o campo oferece como guia aos

estudos da Actor-Network-Theory (ANT)⁴, cuja tarefa é reunir os agregados rastreando as conexões entre eles. Enfatiza que os processos que atravessam os atores são importantes, cabendo ao analista segui-los a fim de descobrir como definem e ordenam o social. Desse modo, não convém à ANT se debruçar sobre pares de conceitos entrelaçados, haja vista que o social, para Latour, é associação – *socius* –, isto é, movimento constante. O autor toma por objeto o conjunto que o social tenta explicar, recomendando explorar a construção do “coletivo” a partir das cinco “grandes incertezas”, que dizem respeito à natureza dos grupos, à natureza das ações, à natureza dos objetos, à natureza dos fatos e, por fim, às soluções práticas para composição de um relato, sendo este colocado pela ANT como mediador entre o analista e o campo.

Na primeira fonte de incerteza, o autor discute as formações de grupos cujos laços são incertos, mutáveis e contraditórios. Por esse motivo, é preciso um deslocamento entre quadros de referências – esse trânsito permitirá aos atores se expressarem para o analista. Este último se integra aos elementos que fazem o “coletivo” no qual é preciso diferenciar o mediador e o intermediário, uma vez que os agregados têm definição performativa e fluida, o que os distingue da concepção sociológica tradicional percebida pelo autor como rígida.

A discussão que orienta a segunda fonte de incerteza diz respeito ao modo como a ANT analisa a natureza heterogênea dos aspectos do social, sendo que este não se resume ao que já se encontra agregado, porque é puro movimento. Nesse caso, os laços, bem como as ações, comportam um conjunto de funções direcionadas não necessariamente ao material social, tendo em conta que agentes e investigadores têm papel importante no desdobramento que evidencia a objetividade do trabalho de investigação. Ademais, os universos dos atores humanos e não humanos, das coisas e dos objetos se conectam. É a partir dessa premissa que Latour assenta a terceira fonte de incerteza porque a ANT põe em interação o mundo do sujeito e o mundo do objeto, onde a influência acontece mutuamente, contrastando com a “sociologia do social”, que tende a desconsiderar a agência dos objetos.

A quarta fonte de incerteza aborda as “questões de fato” e as “questões de interesse”. Para discuti-las, o autor inclui o termo “construção”⁵, uma vez que se relaciona com a fusão, o humano/não humano, ocorrendo a dupla metamorfose – no campo da ciência e no seio da sociedade – na qual as entidades não humanas desempenham papéis indispensáveis. No tocante a essa realidade heterogênea, o “fato científico” assume um caráter diverso em detrimento da “sociologia do social”, o que significa dizer que ele é construído. Esse é um aspecto importante a ser considerado na pesquisa ANT, porque se contrapõe ao argumento da teoria social tradicional de que, por trás dos fenômenos sociais, há sempre uma relação de causa e efeito. Para Latour, o que há é interação estabelecida pelas entidades, e não uma substituição de umas por outras.

⁴ Teoria-Ator-Rede.

⁵ Não se confunde com construção social.

A quinta fonte de incerteza trata do “ato de compor relatos”, sendo estes colocados em primeiro plano na empreitada, considerando que é um recurso, mas também um mediador entre interlocutores da pesquisa. Para Latour, o texto se configura como o “laboratório” do cientista, por meio dele, o social vai se manifestar ao sociólogo. O autor defende a construção de relatos objetivos e com aspecto inovador. O relato será inovador se for capaz de tecer uma rede ampliando o número de atores em ação em um movimento que vai do local ao global. Quanto à rede como conceito, ferramenta da Teoria Ator-Rede, esta vem assegurar, no relato textual, a associação entre sistemas que se cruzam construindo a realidade.

Na segunda e na terceira parte da obra, o autor põe em discussão dois pontos de vista, dois métodos que se opõem, o que chamou de “sociologia do social” e o que denominou de “sociologia de associação”. O intuito é renovar a discussão em torno da construção social, porém, nesse caso, primando pelas interações. Latour parte do princípio de que o adjetivo “social” designa fenômenos diferentes, sendo substância e ao mesmo tempo movimento entre elementos não sociais. Essa distinção torna difícil a empreitada de rastrear o social, haja vista que a solidez, bem como a fluidez do objeto das ciências sociais, com seus vínculos e ordens, não se adapta ao rastreamento realizado no momento da modificação. Por isso, o cientista do social confunde os três deveres sucessivos das ciências sociais, que são: desdobrar as controvérsias, mostrar os meios pelos quais elas se estabelecem e o modo como elas prosseguem.

Latour argumenta que é impossível cumprir esses deveres ao mesmo tempo, sob pena de confundir uma estratégia intelectual obscura com um método eficiente. Desse modo, é importante seguir os atores enquanto eles alinham o social, deixando traços empíricos que o cientista descobre no processo investigativo. O autor defende que o social se tornou irrastrável devido à própria existência da “sociedade”, como conceito fechado. Porém, é possível reverter o processo discutindo a importância política da sociologia sob a ótica relativista, revendo os movimentos do local ao global em busca das entidades que transitam entre os espaços e no tempo, o que implica apreender o deslocamento e as conexões entre os pontos.

Latour trata da distribuição do social a partir da “recondução” e da redistribuição do local em um processo simétrico que envolve o movimento simultâneo local/global, intermediando os localizadores que atuam nas interações. Saber como elas funcionam ajuda a romper com a ideia de contexto e de estrutura social, conceitos utilizados pela sociologia tradicional. A ANT contesta a relação de causa e efeito por entender que nenhuma força exterior determina os mediadores de subjetividades. Estes induzem atores e proporcionam habilidades intelectuais na concretude da ação. Isso significa que se relacionam, modificando-a.

Em suma, neste livro, Bruno Latour apresenta uma excelente explicação da Teoria Ator-Rede, que postula que os padrões definidos pela tradição moderna não podem ser aceitos sem desconfiança, pois carregam em si as explicações sobre uma estrutura rígida da sociedade. Para o autor, essa concepção é contrária aos vínculos sociais entre

humanos e não humanos, objetos e coisas que constituem o universo social de associações provisórias, em que os mediadores vêm de fora para constituir o coletivo, fugindo do repertório ontológico padronizado. A proposta é avançar sobre a pluralidade dos mundos e dos regimes de existência que habitam o social. Considera-se este um livro essencial para se repensar a sociologia, não no sentido de descartar tantas contribuições importantes dos seus pensadores clássicos, mas no de propor um movimento de conciliação das diferentes tradições.

REFERÊNCIAS

BRUNO LATOUR. **Bazar do tempo**, 2013. Disponível em: <https://bazardotempo.com.br/autores/bruno-latour/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

REFORM AND POLITICAL CRISIS IN BRAZIL

Hugo Feitosa Gonçalves¹
<http://orcid.org/0000-0001-6323-1648>



Essa publicação é uma coletânea de artigos do professor de Ciências Políticas da Unicamp, Armando Boito Jr., tendo contribuição de alguns companheiros da Escola de Campinas, datados entre 2007, primeiro ano do segundo Governo Lula, até 2017, já no Governo Temer; partindo de uma perspectiva poulantiziana, ou (neo)marxista, tomando como principais categorias: “fração de classe” e “bloco no poder”; trata sobre: i) a organização do poder político no Brasil, os conflitos endógenos da burguesia, a dinâmica das relações das frações burguesas que compõem o bloco no poder do Estado brasileiro entre os governos Cardoso, Lula, Dilma e Temer; ii) a política “neodesenvolvimentista” dos governos Lula e Dilma; iii) a crise política do “neodesenvolvimentismo”; e iv) os elementos do processo de *impeachment* do segundo Governo Dilma.

Toma como principal objetivo de análise o conflito de classe entre a “grande burguesia interna” e a fração da burguesia brasileira “compradora”, “associada” ao capital internacional durante os governos do PT. Para se alcançar tal objetivo, toma como elementos de discussão: o “programa neodesenvolvimentista”, os setores e suas contradições que formaram da “frente neodesenvolvimentista” sua política externa; o “neopopulismo” dos governos do PT; a relação desses governos com os setores da classe trabalhadora; a “nova matriz econômica” do Governo Dilma; a reação do “campo neoliberal ortodoxo”, e a atuação dos seus setores no processo de crise política e *impeachment* do segundo Governo Dilma.

Inicialmente, trata de diferenciar “conflito de classe” e “luta de classes”, conceituando o primeiro como disputa pela redistribuição do produto social sem ameaça ao modo de produção dominante, enquanto o segundo seria o processo de disputa de classes pelo poder condicionante da produção social. O estudo defende que os governos do PT não puseram em questão a ordem social capitalista, mas que o que esteve no centro da disputa política foram os conflitos de classes e as frações de classe por uma maior fração da renda social.

Assim, esclarece que o “neodesenvolvimentismo” dos governos do PT é um modelo desenvolvimentista da economia brasileira nos limites do neoliberalismo periférico, que se diferencia do período de meados do século XX em alguns fatores: um crescimento econômico limitado devido aos gastos do Estado estarem voltados para atender,

¹ Doutorando na linha “Estado, Governo e Sociedade” pelo PPGCS-UFRN. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR-UEPB e graduado em Ciências Econômicas pela UFCG. E-mail: hugofg@live.com.

principalmente, a acumulação financeira, com juros elevados sobre os recursos financeiros do Estado, a partir do sistema da dívida pública, e também sobre os recursos das empresas e trabalhadores; e uma especialização regressiva, voltada para a dinâmica da produção de baixo valor agregado dos setores exportadores, aproveitando o período de aquecimento da economia mundial e o aumento dos preços das *commodities*. Também mostra que os governos Lula não puseram uma ruptura à política neoliberal dos Governos Cardoso, mantendo o tripé macroeconômico, o qual inclui a busca pelo superávit primário para cumprir com os compromissos com o capital financeiro, credor da dívida pública brasileira. Ademais, buscaram formas alternativas para privilegiar os setores da grande burguesia interna, que gradualmente ascende à hegemonia do bloco no poder do Estado brasileiro durante os governos do PT, principalmente, a partir do segundo Governo Lula.

O autor toma os conceitos de: “grande burguesia interna”, em que o termo “grande” seria a fração de maior poder econômico e político; e de “burguesia interna”, que representa aquela que ocupa uma posição “intermediária” entre a “burguesia nacional” e a “burguesia compradora” (ou “associada”), não tem interesse em promover um desenvolvimento nacionalista, tem interesses conflitantes com o capital financeiro e produtivo internacional, porém depende desse capital em relação ao seu desenvolvimento tecnológico e financeiro, uma fração heterogênea de interesses, por vezes, contraditórios, formada por industriais, agropecuários, bancos, construção civil e serviços; e “burguesia associada”, que representa a extensão interna dos interesses do capital financeiro e produtivo internacional. O autor não considera o conceito de “burguesia nacional”, pois não percebe a existência de uma fração burguesa organizada interessada em um desenvolvimento econômico nacional, nem autônoma, nem disposta a desafiar os interesses do capital internacional.

A burguesia associada, formada principalmente por filiais de grandes bancos e financeiras internacionais, junto ao capital financeiro e produtivo internacional, que forma a fração dirigente do campo neoliberal ortodoxo – composto ainda pela “alta classe média” alocada nos setores público e privado, e segmentos do agronegócio –, absolutamente hegemônica no bloco no poder nos governos Cardoso, representada no Parlamento brasileiro, principalmente, pelo PSDB, é a fração mais forte economicamente. Assim, para ascender como força política, a grande burguesia interna, foi condicionada a formar uma frente heterogênea e contraditória com setores da classe trabalhadora, formando a “frente neodesenvolvimentista” comandada pelo setor industrial, base de sustentação dos governos do PT.

O programa neodesenvolvimentista dos governos do PT, tendo como fator fundamental a adaptação dos interesses da grande burguesia interna sem reverter a política de abertura comercial, de juros altos e de superávit primário, herdada dos governos Cardoso, foi centrado em: estimular a produção interna, principalmente as grandes empresas dos setores da indústria e da agropecuária a partir da criação de linhas específicas de créditos especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da participação dessa instituição na formação do capital dessas grandes empresas; mudar

a política de compras das grandes empresas estatais, como a Petrobras, em função de demandar a produção de empresas constituídas majoritariamente por capital nacional; estimular o arquivamento de propostas de abertura de mercado para os países imperialistas, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e o avanço da política “Sul-Sul”, como o fortalecimento do Mercosul, expandindo o mercado para as grandes empresas de capital brasileiro; aumentar o investimento em infraestrutura, estimulando o setor de construção pesada; além de, proporcionado pelo crescimento econômico, promover a política de aumento real do salário mínimo, com transferência de renda, construção de moradia popular, contribuindo com o setor de construção civil etc. Rejeitando a tese de André Singer de que os governos do PT seriam uma variação “bonapartista” – defendendo que esses governos desenvolveram o fetiche do Estado protetor, com caráter progressista, e não de Estado de ordem, de caráter conservador, como foi o governo de Luís Bonaparte na França, em meados do século XIX –, o autor ainda caracteriza esses governos, generalizadamente chamados de “Lulismo”, como “neopopulista”, a partir da concepção marxista de “populismo”, como um governo que aspira a uma relativa distribuição de renda, mantendo a classe trabalhadora desorganizada e/ou sob tutela das instituições do Estado.

Entre as semelhanças dos governos do PT e o populismo varguista, considerando as especificidades de cada conjuntura, estão: a mudança da fração hegemônica no bloco no poder do Estado brasileiro, passando a grande burguesia interna, liderada pelo setor industrial, a ocupar o lugar antes ocupado pela burguesia associada, ou compradora, ao capital internacional; e setores da classe trabalhadora como classe de apoio. O que diferencia basicamente o populismo de Vargas do neopopulismo Lulista seriam as bases de sustentação: enquanto os governos Vargas foram apoiados pela jovem fração operária da classe trabalhadora em processo de organização, os governos Lula e Dilma estavam apoiados na “massa marginal” não organizada, mantendo essa aliança com base no programa de transferência de renda.

O autor ainda destaca a relação dos governos do PT com três setores da classe trabalhadora: sindicatos; a “massa marginal” não organizada; e os trabalhadores rurais, subdividindo esses entre organizados (com posse de terras) e os desorganizados (sem posse de terras). Em relação aos sindicatos, ele destaca a mudança de pauta, de uma luta defensiva de manutenção do poder de compras e de direitos nos anos de 1990, para uma posição ofensiva, de melhoria das condições de trabalho e do salário real nos governos Lula e Dilma. Em relação aos grandes sindicatos, seus dirigentes ganharam espaços, ainda que secundários, nesses governos, o que freou as lutas pelas reformas estruturais, provocando rupturas internas e deserções nos sindicatos.

A massa marginal, constituída pelos trabalhadores que não possuem vínculo empregatício – ambulantes, desempregados, temporários etc. –, foram contemplados por políticas de governo como o “Bolsa Família”, o “Minha Casa Minha Vida”, o “Luz Para Todos”; porém, esses governos trataram de manter esse setor desarticulado, como base eleitoral, sem organização política autônoma. Já os trabalhadores rurais não conseguiram colocar em questão a pauta de reforma agrária, o que iria de encontro aos interesses do

setor agrário exportador – componente da frente neodesenvolvimentista. Porém, os movimentos organizados conseguiram auxílios e crédito para a agricultura familiar, enquanto os trabalhadores sem posse de terras ficaram desassistidos por esses governos.

A “nova matriz econômica” do primeiro Governo Dilma – redução da Selic, do *spread* bancário, desvalorização do câmbio, isenções fiscal para o capital produtivo – desencadeia uma reação das frações do campo neoliberal ortodoxo, liderado pelo capital financeiro, a partir de agências internacionais, imprensa, alta classe média e partidos burgueses de oposição, fundamentados nas bandeiras contra a inflação, a corrupção, e aos movimentos feminista e LGBT, correlacionados ao PT; provoca também uma primeira deserção da frente neodesenvolvimentista do setor bancário da grande burguesia interna.

O avanço da burguesia associada, junto à alta classe média, em busca da retomada da hegemonia política por essa fração burguesa e da manutenção dos privilégios dessa alta classe média, é percebido no ano de 2013, quando as jornadas de junho, inicialmente promovidas por jovens da “baixa classe média” – que tiveram acesso à universidade nos governos do PT, porém, a política de incentivo aos setores exportadores de baixa demanda de mão de obra qualificada não conseguiu absorver esse contingente – fazem reivindicações contra o aumento das passagens de ônibus direcionadas a estados e municípios. Essas lutas foram redirecionadas pelo campo neoliberal ortodoxo para um discurso anti-corrupção voltado para o Poder Executivo Federal sob forte cobertura da mídia.

Com a desaceleração do crescimento econômico a partir de 2013, o autor aponta que, enquanto o PSDB avança no congresso, a burocracia do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Judiciário, setores mais bem remunerados do serviço público, que compõem a alta classe média – setor descontente com as políticas de aumento real do salário mínimo, de cotas nas universidades e de serviços públicos, de concessão de direitos do trabalho doméstico, o que ameaçava a manutenção dos seus privilégios –, fundamentados nas investigações da Polícia Federal, seletivamente, promoveram uma cruzada contra as principais instituições públicas e privadas centrais da política neodesenvolvimentista, como a Petrobras, o BNDES, grandes empresas privadas, o Itamaraty e o Governo Dilma. Esses fatores acarretaram a crise política que culminou no *impeachment* em 2016.

O segundo Governo Dilma, já começa fragilizado: há uma fraca dinâmica econômica, com o avanço do campo neoliberal ortodoxo, indo a burguesia internacional contra a políticas das empresas estatais; e a alta classe média ocupa as ruas e avança nas estruturas do Estado, simbolizado na Operação Lava-jato, perdendo a presidência da Câmara de Deputados. Com isso, tenta sinalizar para o campo neoliberal, traindo compromissos de campanha, buscando promover um reajuste fiscal. Ademais, vai perdendo os setores da grande burguesia interna, atraídos pelos discursos das reformas de desestruturação dos direitos dos trabalhadores; enquanto dirigentes sindicais, com receio de sanções de um eventual novo governo, ficaram passivos. Ainda mais, os grandes sindicatos ligados ao PT não tiveram os seus chamados às ruas atendidos pelos grandes setores sindicalizados, restando a defesa do Governo nas ruas às iniciativas de estudantes e do MST, os quais não

tiveram forças para fazer frente aos movimentos contra o Governo Dilma. Sem as ruas e sem o parlamento, esse governo tenta se manter a partir dos trâmites jurídicos, sem êxito.

Com o avanço do neoliberalismo do Governo Temer, com o ajuste fiscal, o encarecimento do crédito e a abertura comercial, a Fiesp (instituição-chave dos governos do PT e do processo de *impeachment*) passou a ser crítica do novo governo, porém, sem passar para a oposição. Ao mesmo tempo, a precoce retirada dos direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência, fez com que os sindicatos, mesmo sem força, passassem a se mobilizar. O autor mostra ainda que, em 2017, Lula voltava a se articular a partir das bases dos trabalhadores da massa marginal do Nordeste, com a caravana “Lula pelo Brasil”, sendo apontado como favorito nas pesquisas para a presidência do Brasil nas eleições de 2018, porém, ele já estava em processo de perseguição pelos atores do judiciário.

Por fim, o autor defende a tese da existência de uma burguesia interna no Brasil, e que houve a sua gradual mudança de posição para o campo oposicionista no processo que culmina no golpe de 2016, quando, diferentemente do processo do Mensalão de 2005, ainda estava na memória dessa fração burguesa a política dos governos Cardoso. Assim, os governos do PT não seriam, apenas por essa mudança de posição da grande burguesia interna em meados dos anos 2010, governos que colocaram a classe trabalhadora no centro político.

REFERÊNCIA

BOITO Jr., A. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Vice-coordenador da Pós-Graduação: Prof. José Antonio Spinelli

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-gerente: Prof. José Antonio Spinelli

Coeditora: Profa. Lore Fortes

Assistente Editorial: Letícia França

Auxiliares de Editoria: Tiago Souto Bezerra,
Geovane de Souza Almeida e Marcelha Pereira da Silva.

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “COVID-19: SAÚDE E SOCIEDADE”

Profa. Silvia Bastos (IS-SES-SP)

Prof. Carlos Botazzo (USP)

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Karlla de Araújo Souza, UERN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP

Boaventura de Sousa Santos – Universidade Coimbra

Denise Machado Cardoso – UFPA

Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP

Evaldo Vieira – USP

Jessé Souza – UFABC

João Emmanuel Evangelista – UFRN

John D. Lemons – New England University – USA

José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 (FRANÇA)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues

Diagramador: Victor Hugo Rocha Silva

Revisora: Karla Geane de Oliveira

Bolsista de Revisão: Janaína Moreno Matias

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Revisora de Língua Portuguesa: Fabíola Barreto

Revisora de ABNT: Edineide Marques

Diagramador: Ian Medeiros

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino – Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos. 6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronospoggcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da

UFRN – SEDIS

Março de 2023
